MINISTÉRIO DA CULTURA
INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL

Seu Zé de Lelinha (José Vitório dos Reis) e sua Viola Machete, instrumento utilizado no Samba de Roda do Recôncavo Baiano, Bem Registrado como Patrimônio Cultural Brasileiro. Foto: Luiz Santos.

Relatório de Gestão do exercício de 2015
Brasília-DF, 2016

MINISTÉRIO DA CULTURA

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL

Relatório de Gestão do exercício de 2015

Relatório de Gestão do exercício de 2015, apresentado aos órgãos de controle interno e externo e à sociedade como prestação de contas anual a que esta Unidade Jurisdicionada está obrigada nos termos do parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa - TCU nº 63, de 1º de setembro de 2010, da Decisão Normativa - TCU nº 146, de 30 de setembro de 2015, da Portaria - TCU nº 321, de 30 de novembro de 2015 e das orientações do órgão de controle interno, Portaria - CGU nº 500, de 08 de março de 2016.

Coordenação de Planejamento e Projetos
Brasília-DF, 2016

LISTA DE QUADROS

Quadro 1.4 Informações sobre áreas ou subunidades estratégicas 16
Quadro 1.5 Macroprocessos finalísticos 18
Quadro 2.3.1 Ações relacionadas a programa temático do PPA de responsabilidade da UPC – OFSS 31
Quadro 2.3.3.1 Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência 36
Quadro 2.3.3.2 Resumo dos instrumentos celebrados e dos montantes transferidos nos últimos três exercícios 42
Quadro 2.3.3.3 Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de convênio, termo de cooperação e de contratos de repasse 42
Quadro 2.3.3.4 Situação da análise das contas prestadas no exercício de referência do relatório de gestão 43
Quadro 2.3.3.5 Perfil dos atrasos na análise das contas prestadas por recebedores de recursos 43
Quadro 2.3.3.6 Tempo de aprovação das contas 46
Quadro 2.3.4.1 – Despesas por Modalidade de Contratação 49
Quadro 2.3.4.2 Despesas por grupo e elemento de despesa 50
Quadro 3.2 Informações sobre Dirigentes e Colegiados 55
Quadro 3.4.1 Informações sobre PAD's e Sindicâncias Punitivas – 2015 61
Quadro 3.4.2 Irregularidade no Âmbito dos Macroprocessos Finalísticos - 2015 62
Quadro 4.2 Carta ao Cidadão – Compromisso com melhorias priorizadas 70
Quadro 6.1.1.1 Força de Trabalho da UPC 80
Quadro 6.1.1.2 Situação dos servidores ativos 81
Quadro 6.1.1.3 Força de Trabalho 83
Quadro 6.1.1.4 Força de trabalho por gênero 84
Quadro 6.1.1.5 Distribuição da Lotação Efetiva 84
Quadro 6.1.1.3 Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UPC 85
Quadro 6.1.2.1 Despesas do pessoal 89
Quadro 6.1.4.1 Contratos de prestação de serviços não abrangidos pelo plano de cargos da unidade 92
Quadro 6.1.4.2 Gastos com agente de integração 117
Quadro 6.1.4.3 Gastos com estagiários 117
Quadro 6.1.4.4 Folha de pagamento 2014 118
Quadro 6.1.4.5 Folha de pagamento 2015 118
Quadro 6.2.1 Gestão do patrimônio imobiliário da União 120
Quadro 6.2.2.1 Cessão de espaços físicos e imóveis a órgãos públicos e órgãos e entidades públicas ou privadas – IPHAN/SEDE 135
Quadro 6.2.2.2 Cessão de espaços físicos e imóveis a órgãos públicos e órgãos e entidades públicas ou privadas – IPHAN / RN 136
Quadro 6.2.3 Informações sobre imóveis locados de terceiros 139
Quadro 6.3.1 Sistemas de Informações da Unidade 140
Quadro 6.3.2.1 Atividades de capacitação de pessoal de TI 146
Quadro 6.3.2.2 Treinamentos de servidores da área de TI 147
Quadro 6.3.2.3 Força de trabalho de TI 147
Quadro 6.3.2.4 Contrato de gerenciamento de serviços de TI 148
Quadro 6.3.2.5 Processos da biblioteca ITIL 148
Quadro 6.3.2.6 Projetos de TI 149
Quadro 6.4.1 Gestão Ambiental e Sustentabilidade 151
Quadro 7.1.1 Determinações do TCU que permanecem pendentes de cumprimento 152
Quadro 7.1.2 Determinações do TCU que permanecem pendentes de cumprimento 154
Quadro 7.1.3 Determinações do TCU que permanecem pendentes de cumprimento 155
Quadro 7.1.4 Determinações do TCU que permanecem pendentes de cumprimento 156
Quadro 7.1.5 Determinações do TCU que permanecem pendentes de cumprimento 157
Quadro 7.5 Revisão do contrato nº 11/2011 161

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 4.1.1 Solicitações de Acesso a Informação (e-SIC).....65
Gráfico 4.1.2 Atendimentos Fale Conosco de 2013 a 2015.....66
Gráfico 4.1.3 Atendimentos do Fale Conosco 2015.....66
Gráfico 4.1.4 Segmento por temas, tabela Fale Conosco 2015.....67
Gráfico 6.1.1.1 Demonstrativo de Ingresso x Egresso.....81
Gráfico 6.1.1.2 Perspectiva de aposentadoria.....82
Gráfico 6.1.1.3 Demonstrativo da redução do número de servidores ativos.....82
Gráfico 6.1.1.4 Faixa Etária.....83
Gráfico 6.1.1.5 Força de trabalho por gênero.....84
Gráfico 6.1.1.6 Rotatividade de Estágiários.....116

LISTA DE SIGLAS

AUDIN - Auditoria Interna

BAE - Boletim Administrativo Eletrônico

CCPI - Centro Cultural Paço Imperial

CGCAP - Comitê Gestor de Capacitação

CGU - Controladoria Geral da União

CIEE - Centro de Integração Empresa-Escola

CNA – Centro Nacional de Arqueologia

CNFCP - Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular

COGESTI - Comitê Gestor de Tecnologia da Informação

CRESPIAL - Centro Regional para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial de América Latina

CTEP - Coordenação Técnica do Escritório de Processos

DAF - Departamento de Articulação e Fomento

DEPAM - Departamento de Patrimônio Material e Fiscalização

DICONT - Divisão de Prestação de Contas

DPA - Departamento de Planejamento e Administração

DPHAN - Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

DPI - Departamento do Patrimônio Imaterial

e-SIC - Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão

FHIST - Festival de História

FISCALIS - Sistema Informatizado de Fiscalização

FLIP - Festa Literária Internacional de Paraty

GECC - Gratificação por Encargo de Curso ou Concurso no Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

Geplanes - Sistema de Gestão de Planejamento Estratégico

IBPC - Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural

IBRAM - Instituto Brasileiro de Museus

INSS - Instituto Nacional do Seguro Social

IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

LNC - Sistema de Levantamento de Necessidade de Capacitação

MEC - Ministério da Educação

NBC - Normas Brasileira de Contabilidade

OBTV - Ordem Bancária de Transferência Voluntária

PAC - Programa de Aceleração do Crescimento

PAD - Processo Administrativo Disciplinar

PAINT - Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna

PDTI - Plano Diretor de Tecnologia da Informação

PEP - Programa de Especialização em Patrimônio

PF - Procuradoria Federal

PNC - Plano Nacional de Cultura

PNPI - Programa Nacional do Patrimônio Imaterial

PPA - Plano Plurianual

PRONAC - Programa Nacional de Apoio à Cultura

RAE - Reunião de Análise Estratégica

RAINT - Relatório Anual de Atividades da Auditoria Interna

SAP - Sala do Artista Popular

SCDP - Sistema de Concessão de Diárias e Passagens

SIADS - Sistema Integrado de Administração de Serviços

SIAPE - Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos

SICONV - Sistema de Convênios

SIGC - Sistema de Conhecimento e Gestão

SISP - Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação

SNC - Sistema Nacional de Cultura

SNPC - Sistema Nacional do Patrimônio Cultural

SPIUNET - Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União

SRBM - Sítio Roberto Burle Marx

TCE - Tomada de Contas Especial

TCU - Tribunal de Contas da União

TI - Tecnologia da Informação

UFF - Universidade Federal Fluminense

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

LISTA DE ANEXOS E APÊNDICES

Relatório de Procedimentos Instaurados.....162
Relatório de Procedimentos em Indiciamento/Citação.....163
Relatório de Procedimentos encaminhados para Julgamento.....164
Relatório de Procedimentos Julgados.....165
Balanço Financeiro - Todos os Orçamentos.....166
Balanço Patrimonial - Todos os Orçamentos.....168
Demonstrações das Variações Patrimoniais - Todos os Orçamentos.....171
Balanço Orçamentário - Todos os Orçamentos.....174
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido - Todos os Orçamentos.....178

SUMÁRIO

1. VISÃO GERAL DA UNIDADE 10

1.1 Finalidade e competências 10

1.2 Normas e regulamento de criação, alteração e funcionamento da Unidade 11

1.3 Ambiente de atuação 13

1.4 Organograma 15

1.5 Macroprocessos finalísticos 18

2. PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO E OPERACIONAL 19

2.1 Planejamento organizacional 19

2.2 Formas e instrumentos de monitoramento da execução e resultados dos planos 30

2.3 Desempenho orçamentário 31

2.4 Apresentação e análise de indicadores de desempenho 52

3. GOVERNANÇA 53

3.1 Descrição das estruturas de governança 53

3.2 Informações sobre Dirigentes e Colegiados 55

3.3 Atuação da unidade de auditoria interna 56

3.4 Atividades de correição e apuração de ilícitos administrativos 58

3.5 Gestão de riscos e controles internos 63

4. RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE 64

4.1 Canais de acesso do cidadão 64

4.2 Carta de Serviço ao cidadão 68

4.3 Aferição do grau de satisfação dos cidadãos-usuários 74

4.4 Mecanismos de transparência das informações relevantes sobre a atuação da unidade 75

5. DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS 76

5.1 Tratamento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos 76

5.2 Sistemática de apuração de custos no âmbito da unidade 77

5.3 Demonstrações contábeis exigidas pela Lei 4.320/64 e notas explicativas 78

6. ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO 79

6.1 Gestão de pessoas 79

6.2 Gestão do patrimônio e infraestrutura 120

6.3 Gestão da Tecnologia da Informação 140

6.4 Gestão Ambiental e Sustentabilidade 151

7. CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DE ÓRGÃOS DE CONTROLE 152

7.1 Tratamento de determinações e recomendações do TCU 152

7.2 Tratamento de recomendações do Órgão de Controle Interno 158

7.3 Demonstração da conformidade do cronograma de pagamentos de obrigações com o disposto no art.5º da Lei 8.666/1993 159

7.4 Informações sobre a revisão dos contratos vigentes firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento 160

APRESENTAÇÃO

Este Relatório de Gestão integra o processo de Tomada de Contas do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN, exercício de 2015. Apresenta a síntese dos resultados das ações empreendidas pela Autarquia no esforço de melhor cumprir suas competências constitucionais e legais, bem como demonstra a utilização dos créditos orçamentários e recursos financeiros colocados à sua disposição.

A elaboração do Relatório norteou-se pelas normas de organização e apresentação de relatórios e de peças complementares integrantes dos processos de contas da Administração Pública Federal, em especial, a Instrução Normativa - TCU nº 63, de 1º de setembro de 2010, a Decisão Normativa - TCU nº 146, de 30 de setembro de 2015, a Portaria - TCU nº 321, de 30 de novembro de 2015 e a Portaria - CGU nº 500, de 08 de março de 2016.

Seguem abaixo as principais realizações da gestão no ano de 2015:

- Conclusão de 10 obras, 60 obras em execução e 245 projetos em desenvolvimento/aprovação no âmbito do Programa PAC Cidades Históricas;

- Reconhecimento de 19 Bens em todo território nacional; Inscrição de 10 bens na Lista do Patrimônio Cultural Ferroviário e Cadastro de 160 sítios arqueológicos. Autorização de cerca de 1000 projetos de pesquisas arqueológicas;

- Revisão do processo de licenciamento ambiental por meio da participação na elaboração e publicação da Portaria interministerial nº 60/2015, e elaboração e publicação da Instrução Normativa Iphan nº 01/2015;

- Edição, impressão e distribuição de 34.900 livros voltados para a preservação do patrimônio cultural e educação patrimonial;

- Implantação de 14 Casas do Patrimônio, que se constituem como centros de formação para promoção, educação e gestão do patrimônio;

- Digitalização de 85.250 documentos sobre o patrimônio cultural, aquisição de equipamentos e instalação de laboratórios;

- Formação de 67 Mestres em Preservação do Patrimônio Cultural e realização de 18 pesquisas sobre conservação e restauração de bens culturais;

- Aprovação de Projetos de Preservação do Patrimônio Cultural, pelo Ministério da Cultura, para a captação de incentivos fiscais no âmbito da Lei de Incentivo à Cultura;

- Inclusão de novas línguas no Inventário Nacional da Diversidade Linguística e concessão do título de Referência Cultural Brasileira;

- Finalização dos projetos brasileiros para a ação de valorização de “Canto, danza y música de los Pueblos Afrodescendientes de América Latina” realizado no âmbito do Centro Regional para Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial da América Latina – CRESPIAL;

• Lançamento do Edital de Prêmio Boas Práticas de Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial – PNPI 2015;

• Cerimônia de entrega dos 31 prêmios concedidos no Edital Prêmio Patrimônio Cultural dos Povos e Comunidades Tradicionais de Matiz Africana – PNPI 2014;

• Lançamento do Prêmio Teatro de Bonecos Popular do Nordeste – Mamulengo, Babau, João Redondo e Cassimiro Coco; e

• Lançamento do Edital para a Salvaguarda do Ritual Yaokwa do Povo Indígena Enawene Nawe.

Considerando que este Relatório de Gestão será disponibilizado no Portal do IPHAN (www.iphan.gov.br) para consulta pública, pretende-se que o documento forneça à sociedade elementos para a completa avaliação da gestão do Instituto em 2015.

1. VISÃO GERAL DA UNIDADE

1.1 Finalidade e competências

O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional é uma autarquia com sede e foro no Distrito Federal, representada em todo o território nacional por 27 Superintendências nos Estados, quatro Unidades Especiais (Centro Nacional de arqueologia – CNA; Centro Nacional do Folclore e Cultura Popular – CNFCP, Paço Imperial e Sitio Roberto Burle Marx – SRBM) e Escritórios Técnicos em 27 Municípios. Está vinculado ao Ministério da Cultura e integra o Programa Temático "Cultura, Preservação, Promoção e Acesso" no âmbito do Plano Plurianual (PPA) 2012-2015. Tem como Missão promover e coordenar o processo de preservação do patrimônio cultural brasileiro, visando fortalecer identidades, garantir o direito à memória e contribuir para o desenvolvimento socioeconômico do País.

É competência do Instituto, preservar, proteger, fiscalizar, promover, estudar e pesquisar o patrimônio cultural brasileiro, na acepção do art. 216 da Constituição.

Tal competência se desdobra em ações de identificação e documentação; de reconhecimento do patrimônio por meio dos respectivos instrumentos legais, quais sejam o Tombamento dos bens materiais (DL 25/1937), o Registro dos bens imateriais (Decreto 3551/2000) e a valoração do patrimônio ferroviário (Lei 11.483/2007); de cadastramento de sítios arqueológicos (Lei 3924/1961); de conservação, restauração e revitalização do patrimônio cultural protegido pela União; de salvaguarda de bens imateriais registrados; de elaboração de normas e procedimentos para as ações de preservação; de promoção a difusão do patrimônio cultural brasileiro, visando à sua preservação e apropriação social; de autorização de intervenções, de pesquisas arqueológicas e de saída de obras de arte do país (Lei 4845/1965); de autorização, no que lhe compete, de empreendimentos submetidos ao licenciamento ambiental; de fiscalização dos bens protegidos e respectivo exercício do poder de polícia administrativa, aplicando as sanções previstas em lei; de aprimoramento de modelos e instrumentos de gestão da política de preservação de forma articulada entre os entes públicos, a sociedade civil e os organismos internacionais; de promoção e apoio à formação técnica especializada em preservação do patrimônio cultural.

O reconhecimento dos bens culturais por meio do Tombamento e do Registro se dá a partir de decisão do Conselho Consultivo do IPHAN. O Conselho é formado por 22 membros não vinculados ao IPHAN, indicados por entidades especializadas, por órgãos federais de áreas afins e pela própria instituição entre especialistas de notório saber. O Conselho não percebe jetons ou qualquer forma de remuneração e realiza, em média, quatro reuniões anuais para deliberar sobre processos de Tombamento e de Registro instruídos pelo corpo técnico do IPHAN. Suas decisões são submetidas ao Ministro da Cultura para homologação.

A atuação do IPHAN observa as orientações estabelecidas para o Sistema Nacional de Cultura no que diz respeito à adoção de princípios e diretrizes que visem ao compartilhamento de atribuições e responsabilidades entre os entes da Federação e à instituição de instâncias de participação social. No médio prazo, advoga-se a instituição de um Sistema Nacional do Patrimônio Cultural - SNPC que garanta a articulação e parceria com os entes federados.

1.2 Normas e regulamento de criação, alteração e funcionamento da Unidade

O IPHAN, autarquia federal vinculada ao Ministério da Cultura, foi constituído pela Lei no 8.113, de 12 de dezembro de 1990, e pelo Decreto no 99.492, de 3 de setembro de 1990, com base na Lei no 8.029, de 12 de abril de 1990.

A Lei 8.029/1990 criou o Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural (IBPC), transferindo-lhe os acervos, receitas e dotações orçamentárias das extintas Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) e Fundação Pró-Memória.

A Lei 8.113/1990 conferiu ao IBPC a natureza jurídica de autarquia. A Medida Provisória 610, de 8 de setembro de 1994 – sucessivamente reeditada até a Medida Provisória 752, de 6 de dezembro de 1994 -, deu ao antigo IBPC a sua denominação atual, IPHAN.

Atualmente a estrutura regimental do IPHAN consta no Decreto 6.844, de 7 de maio de 2009, que prevê o exercício pela Autarquia das competências estabelecidas no Decreto-lei no 25, de 30 de novembro de 1937, no Decreto-lei no 3.866, de 29 de novembro de 1941, na Lei no 3.924, de 26 de julho de 1961, na Lei no 4.845, de 19 de novembro de 1965, no Decreto no 3.551, de 4 de agosto de 2000, na Lei no 11.483, de 31 de maio de 2007 e no Decreto no 6.018, de 22 de janeiro de 2007, bem como especifica outras atividades e atribuições que conformam a missão institucional do IPHAN.

O detalhamento da estrutura regimental do IPHAN com a especificação das atribuições das unidades administrativas que o integram é feito pelo Regimento Interno, aprovado pela Portaria MinC nº 92, de 5 de julho de 2012.

A estrutura do IPHAN é complementada pelo disposto no Decreto 8.005, de 15 de maio de 2013, que remanejou para a Autarquia, em caráter temporário, cargos em comissão de modo a viabilizar a criação de estrutura central para planejamento, gestão e monitoramento das ações do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC Cidades Históricas. Assim, em caráter transitório, foi criada, por meio da Portaria IPHAN 438, de 17 de setembro de 2013, a Diretoria do PAC Cidades Históricas.

O Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural, que integra a estrutura do IPHAN, possui regimento próprio, instituído pela Portaria IPHAN 486, de 29 de novembro de 2012.

No plano da regulação interna de processos e procedimentos, os seguintes atos merecem destaque:

- Portaria 11, de 11 de setembro de 1986, que regulamenta o procedimento de tombamento;

- Resolução 01, de 3 de agosto de 2006, que determina os procedimentos a serem observados na instauração e instrução do processo administrativo de Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial;

- Instrução Normativa 01, de 11 de junho de 2007, que dispõe sobre o Cadastro Especial dos Negociantes de Antiguidades, de Obras de Arte de Qualquer Natureza, de Manuscritos e Livros Antigos ou Raros;

• Portaria 187, de 11 de junho de 2010, que dispõe sobre os procedimentos para apuração de infrações administrativas por condutas e atividades lesivas ao patrimônio cultural edificado, a imposição de sanções, os meios defesa, o sistema recursal e a forma de cobrança dos débitos decorrentes das infrações;

• Portaria 420, de 22 de dezembro de 2010, que Dispõe sobre os procedimentos a serem observados para a concessão de autorização para realização de intervenções em bens edificados tombados e nas respectivas áreas de entorno;

• Instrução Normativa 01, de 25 de março de 2015, que estabelece procedimentos administrativos a serem observados pelo IPHAN nos processos de licenciamento ambiental dos quais participe;

Vale registrar que o IPHAN também exerce competências relativas ao Inventário Nacional de Diversidade Linguística, instituído pelo Decreto 7.387, de 9 de dezembro de 2010.

1.3 Ambiente de atuação

A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 216, fixou definitivamente o entendimento de que o patrimônio cultural é competência concorrente entre a União, Estados, Municípios e comunidade. Essa síntese resulta de uma construção de longo prazo, que se acentuou a partir dos anos 1970, quando o processo de urbanização do país deixou evidente que, sem a participação dos entes federados, a política de preservação não teria êxito. Esse entendimento motivou o Governo Federal a convocar os Estados a criarem órgãos estaduais de patrimônio, associando a essa medida um programa de investimentos em patrimônio - o PCH, Programa Integrado de Reconstrução de Cidades Históricas, que melhor contemplou os Estados que atenderam à recomendação federal.

A partir de 1988, foi a vez dos municípios, especialmente das capitais, criarem seus órgãos de preservação, sobretudo como decorrência da Constituição Federal, que fortaleceu o nível local e a relação entre patrimônio e legislação urbanística (Planos Diretores e Leis de Uso e Ocupação do Solo).

No inicio dos anos 2000, o Ministério da Cultura e o IPHAN voltaram a buscar uma estratégia de descentralização com a implementação do Programa Monumenta, que teve como princípio a execução municipal. A criação de instâncias locais de execução de projetos e obras, assim como a criação de um Fundo Municipal de Preservação do Patrimônio Cultural, condição obrigatória para acesso ao Programa, estão entre os melhores e mais duradouros resultados do Monumenta. No entanto, o Monumenta foi implantado em apenas 26 cidades, dentre as 100 hoje detentoras de conjuntos urbanos tombados pelo IPHAN.

Mais recentemente, o PAC Cidades Históricas mobilizou novamente os municípios e redes de parceiros nos estados para a execução, iniciada em agosto de 2013, de mais de 400 obras de restauração em 44 cidades, de 20 estados da federação, com a previsão de disponibilização de cerca de R$ 1,6 bilhões de reais em quatro anos. Até 2015, o Programa foi bastante prejudicado pela limitada capacidade de execução por parte dos municípios e pelo mercado de projetos e obras de restauração, incipiente e pouco estruturado para o aumento da demanda induzido pelo Programa.

Paralelamente aos citados esforços de compartilhamento e articulação com entes federados e organizações da sociedade, as últimas décadas se caracterizam pelo alargamento do sentido do patrimônio, na mesma direção do ocorrido com a política cultural como um todo. Concretamente esse alargamento conceitual passou a requerer que a proteção do estado se estenda, por exemplo, desde um sítio urbano complexo e dinâmico como o Plano Piloto de Brasília, até a pequena casa de madeira do seringueiro Chico Mendes, em Xapuri, no interior do Acre, ambos tombados pelo IPHAN. Além disso, outro campo se abriu com o Decreto 3551 de 2000, que foi a atenção do estado para com o chamado *patrimônio imaterial*, o que implica, por exemplo, na salvaguarda dos modos de fazer tradicionais relacionados ao manejo de alimentos ou recursos naturais; de celebrações como o Círio de Nazaré ou a Festa do Bonfim; ou de expressões como o Frevo e a Roda de Capoeira. Esse novo campo de atuação tem por principio um forte embasamento social e a transversalidade com políticas de direitos humanos e culturais.

Esse amplo espectro impõe hoje que a política de patrimônio se relacione com os campos mais diversos, como a gestão urbana, a gestão ambiental, os direitos humanos e culturais, além de crescente interface com o ambiente internacional, onde tais princípios são fomentados sobretudo pela UNESCO, cujas convenções foram quase todas ratificadas pelo Brasil.

Como decorrência, resultam números impressionantes. Se, por um lado, esses números são um indicador da afirmação da política de patrimônio, por outro lado ainda denotam pouco compartilhamento de

responsabilidades com outros entes. Vejamos alguns exemplos: cerca de 80 mil imóveis estão localizados em conjuntos urbanos tombados, o que implica acompanhamento, autorização de intervenções e fiscalização; o licenciamento ambiental prevê a participação do IPHAN visando minimizar impactos sobre o patrimônio cultural, o que representa mais de mil processos de licenciamento por ano, envolvendo desde as grandes obras de infraestrutura até intervenções urbanas de menor porte; a cada ano, são analisados cerca de 50 mil bens em processo de transferência, permanente ou temporária, para o exterior, visando o combate ao tráfico ilícito de objetos de bens de valor cultural; com a extinção da Rede Ferroviária Federal, o IPHAN, após 2007, tornou-se responsável pior identificar, dentre os bens, aqueles que devam ser preservados e buscar as parcerias necessárias para tal, incluindo edifícios, bens móveis e acervos documentais. Embora quantitativamente menos numerosa, é de grande complexidade a salvaguarda do patrimônio imaterial e a relação com o chamado "patrimônio vivo", justamente pela natureza diversa e pela dinâmica dessas manifestações.

Toda essa amplitude, somada ao grande volume de investimentos públicos e privados aplicados nos últimos anos, especialmente em infraestrutura, fazem com que estejamos vivenciando um dos períodos mais desafiadores da história da preservação no Brasil. Não é exagero dizer que quase todos os locais emblemáticos do nosso patrimônio urbano estão passando por algum tipo de transformação, seja material, seja social, envolvendo tipos ou intensidades de uso do solo ou de apropriação pela população. O patrimônio arqueológico é também objeto de permanente atenção, o que vem se se traduzindo em quantidades inéditas de pesquisas arqueológicas financiadas pelos próprios empreendedores das obras em processo de licenciamento. Essas pesquisas, por sua vez, levaram a um crescimento exponencial de cursos de formação em arqueologia, ainda assim insuficientes para a demanda atual do mercado de trabalho.

Em que pese a redução, em 2015, do Orçamento do IPHAN, ainda prevaleceram condições favoráveis devido aos aportes do Programa PAC Cidades Históricas. Esse aporte, no entanto, colocou em evidência o grande desafio que é lidar com o mercado de produção das obras de restauração, ainda formatado para uma demanda muito inferior, com poucos profissionais e poucas empresas especializadas e, principalmente, com a reduzida capacidade instalada nos municípios, executores prioritários do programa sob a coordenação do IPHAN.

Vale dizer que, mais do que financiamento para a preservação, o país como um todo enfrenta hoje desafios de gestão. Os maiores desafios são aqueles que resultam de fatores que extrapolam a governabilidade do IPHAN, como, por exemplo, o esvaziamento funcional e habitacional dos centros históricos, que vem perdendo atividades e população residente, como acontece em São Luís, em Salvador e em vários centros urbanos tombados; a reutilização, de forma sustentável, de um vasto conjunto de imóveis de valor cultural, cujo exemplo mais notável é o do acervo da antiga RFFSA; ou, ainda, o diálogo com os mais diversos atores para alcançar os pactos necessários à salvaguarda dos bens imateriais.

É necessário procurar o equilíbrio entre os papéis da União, dos Estados, dos Municípios, da comunidade e do setor privado, investindo fortemente na ampliação de uma rede de proteção e valorização do patrimônio, não só para desonerar o órgão federal de tantas responsabilidades, mas para alcançar a verdadeiro sentido do patrimônio, que é contribuir para o desenvolvimento sustentável e inserir-se positivamente na vida cotidiana dos cidadãos.

1.4 Organograma

Fonte: http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/214

Quadro 1.4 Informações sobre áreas ou subunidades estratégicas

Áreas / Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo	Período de atuação
Conselho Consultivo	Compete ao Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural examinar, apreciar e decidir sobre questões relacionadas a tombamentos, a registros de bens culturais de natureza imaterial, a saídas temporárias do País de bens culturais protegidos por lei, além de opinar acerca de outras questões relevantes propostas pelo presidente do IPHAN. O Conselho tem seu Regimento Interno e em sua estrutura o presidente do IPHAN em sua presidência, nove representantes de instituições públicas e privadas e 13 representantes da sociedade civil, indicados pela presidência do Instituto e designados pelo Ministério da Cultura. O mandato dos conselheiros é de quatro anos, permitida a recondução.	Jurema de Sousa Machado	Presidenta	Todo o ano de 2015
Comitê Gestor	Cabe ao Comitê Gestor colaborar na formulação, consecução, monitoramento e avaliação das políticas públicas de preservação do Patrimônio Cultural Brasileiro, além de propor ações de articulação com outros órgãos, programas e ações culturais do Ministério da Cultura e com outros setores de interesse do patrimônio. O Comitê deve ainda participar da formulação do planejamento estratégico e orçamentário e do desenvolvimento institucional e da elaboração de propostas diretrizes para implementação do Plano Anual de Ação. É também função do Comitê Gestor propor normas para a política de recursos humanos e implantação de instrumentos voltados para seu desenvolvimento, elaborar propostas para o estabelecimento de normas técnicas e administrativas de abrangência nacional e apreciar todos os demais assuntos que lhe sejam submetidos pela Diretoria. Caso haja necessidade, o Comitê pode designar Grupos de Trabalho com competência e conhecimento visando apoiar a Diretoria na definição de normas técnicas e administrativas.	Jurema de Sousa Machado	Presidenta	Todo o ano de 2015
Departamento de Patrimônio Material e Fiscalização	O Departamento de Patrimônio Material e Fiscalização (DEPAM) é a instância que zela pelo Patrimônio Cultural Brasileiro de natureza material e visa garantir sua preservação e usufruto, presente e futuro, pela sociedade. Cabe ao DEPAM propor diretrizes, critérios e normas, bem como gerenciar programas, projetos e ações nas áreas de identificação, reconhecimento, proteção, conservação e gestão de bens culturais materiais. Também é o DEPAM que supervisiona e orienta as atividades do Centro Nacional de Arqueologia (CNA), e do Centro Cultural Sítio Roberto Burle Max (SRBM). Vale lembrar que o patrimônio cultural material compreende, isolados ou em conjunto, os bens imóveis, os sítios urbanos, bens móveis e integrados, históricos, artísticos, arqueológicos, etnográficos, ferroviários, paisagísticos e naturais, tombados para a preservação nacional.	Andrey Rosenthal Schlee	Diretor	Todo o ano de 2015
Departamento de Articulação e Fomento	O Departamento de Articulação e Fomento (DAF) é responsável por planejar, coordenar, orientar, controlar e avaliar a execução de atividades de formação, acesso ao conhecimento, especialização e aperfeiçoamento técnico em patrimônio cultural. Cabe ao DAF propor diretrizes, articular e orientar a execução das ações para a promoção do Patrimônio Cultural Brasileiro, da gestão das bibliotecas, arquivo e acervos documentais, além de definir e gerenciar o uso da aplicação da identidade visual do IPHAN, coordenar a editoração de publicações institucionais, e supervisionar e orientar as atividades do Centro Cultural Paço Imperial.	Luiz Philippe Peres Torelly	Diretor	Todo o ano de 2015

Áreas / Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo	Período de atuação
Departamento de Patrimônio Imaterial	O Departamento de Patrimônio Imaterial (DPI) zela pela preservação e difusão dos saberes, das celebrações, das formas de expressão e lugares portadores de referência à identidade, à ação e à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira. Desta forma, é o DPI que propõe diretrizes e critérios para o cumprimento da sua missão e, em conjunto com as Superintendências Estaduais, gerencia programas, projetos e ações nas áreas de identificação, de registro, acompanhamento e valorização do Patrimônio Cultural Brasileiro de natureza imaterial. Cabe ainda ao DPI gerenciar e executar o Programa Nacional de Patrimônio Imaterial, além de supervisionar e orientar as atividades do Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular. O DPI é também responsável por implantar, acompanhar, avaliar e difundir o Inventário Nacional de Referências Culturais, tendo em vista o reconhecimento de novos bens por meio do Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial.	- Célia Maria Corsino - Mônia Luciana Silvestrin - Vanderlei dos Santos Catalão	Diretor (a)	- 01/01 a 20/03/15 - 21/03 a 14/07/15 - 15/07 a 31/12/15
Diretoria do PAC Cidades Históricas	Em virtude do Decreto nº 8.005, de 15 de maio de 2013, foi instituída pela Portaria IPHAN nº 438, de 17 de setembro de 2013, em caráter temporário. A Diretoria é responsável por planejar a execução e gerir o programa PAC Cidades Históricas no âmbito do IPHAN. Desta forma, supervisiona e monitora a execução dos empreendimentos selecionados para integrar o Programa. Também compete à Diretoria do PAC CH articular com os Ministérios parceiros, Estados e Municípios, ações para viabilizar os empreendimentos, bem como realizar e fomentar a interlocução tanto interna com os Departamentos, quanto entre as unidades descentralizadas do IPHAN.	Robson Antônio de Almeida	Diretor	Todo o ano de 2015
Departamento de Planejamento e Administração	O Departamento de Planejamento e Administração (DPA) é responsável por coordenar, elaborar e consolidar os planos e programas anuais e plurianuais de trabalho do IPHAN; supervisionar e articular a elaboração da proposta orçamentária e da programação orçamentária e financeira; administrar os processos licitatórios; dos instrumentos para contratação e aquisição de bens e serviços; além de formalizar a celebração de convênios, acordos e outros termos ou instrumentos que envolvam a transferência de recursos do Orçamento Geral da União. Compete ainda ao DPA gerir a política de recursos humanos (administração de pessoal, capacitação e desenvolvimento) e coordenar as ações relativas ao planejamento estratégico da tecnologia da informação e sua implementação no âmbito do IPHAN, nas áreas de desenvolvimento dos sistemas de informação, de manutenção e operação, de infraestrutura, de rede de comunicação de dados e de suporte técnico.	Marcos José Silva Rêgo	Diretor	Todo o ano de 2015

1.5 Macroprocessos finalísticos

Macroprocessos Finalísticos Identificados no IPHAN

Os macroprocessos finalísticos estão afetos à essência da missão do IPHAN voltados para a prestação e disponibilização de serviços e produtos da organização, diretamente ao cidadão e sociedade e são suportados pelos processos de gestão interna do Instituto, definidos a partir de sua cadeia de valor e alinhados ao Mapa Estratégico do Órgão (através do Objetivo 9 Implantar Gestão Estratégica por Resultados em sua iniciativa Implementação da gestão por Processos). Atualmente a organização vivencia um momento de transição da cadeia de valor "como é hoje" (*As Is*) para a cadeia de valor "como será" (*To Be*), tendo esta fase maior duração de implantação que o previsto em seu planejamento. Este trabalho é fomentado e assessorado pela Coordenação Técnica do Escritório de Processos.

Quadro 1.5 Macroprocessos finalísticos

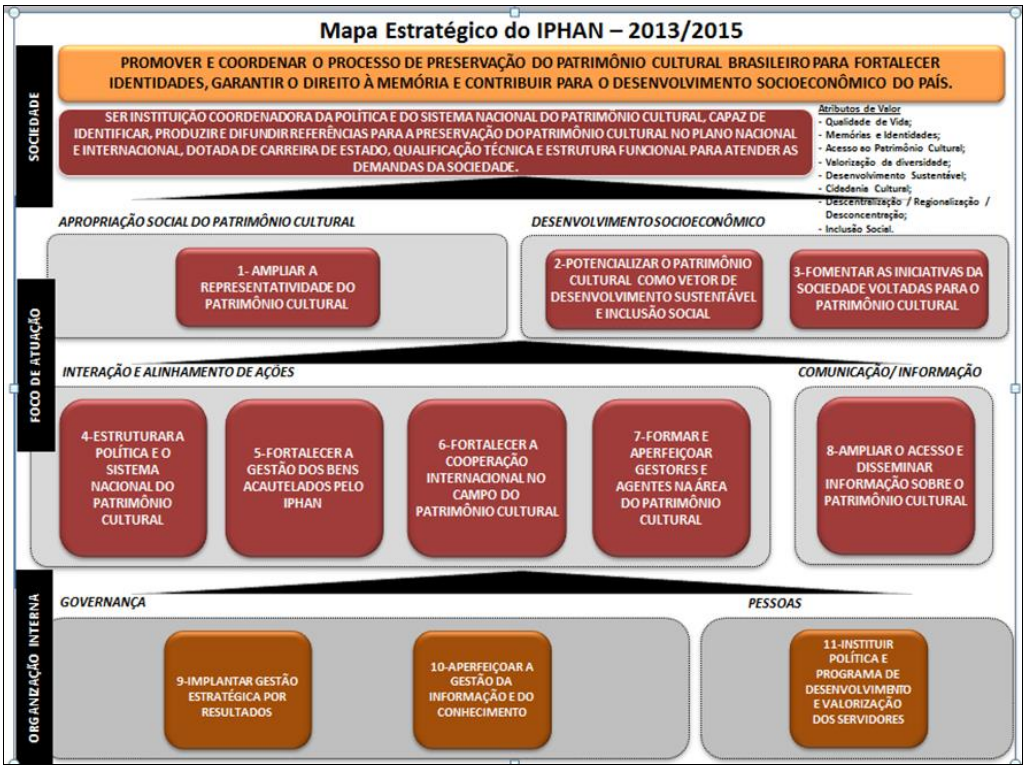
Macroprocessos	Descrição	Produtos e Serviços	Principais Clientes	Subunidades Responsáveis
Preservar o Patrimônio Arqueológico	Realizar o planejamento, gestão, preservação e fomento do Patrimônio Arqueológico.	• Gerir pesquisa e licenciamento arqueológicos; • Reconhecer sítios arqueológicos; • Fiscalizar bens arqueológicos.	Empreendimentos e produtores privados; Pesquisadores; Estatais; Estados e Municípios; Cidadão.	Centro Nacional de Arqueologia.
Gerir Articulação e Fomento	Coordenar a difusão do patrimônio cultural.	• Fomento a projetos incentivados (PRONAC); • Gestão da documentação e informação; • Difusão da educação patrimonial.	Moradores e visitantes em áreas protegidas ou de interesse cultural; Investidores e patrocinadores culturais; ONGs; Estados e Municípios; Pesquisadores; Funcionários Públicos; Órgãos Públicos; Detentores de Bens Imateriais reconhecidos.	Departamento de Articulação e Fomento.
Gerir Patrimônio Material e Fiscalização	Realizar o planejamento, gestão, preservação e fomento do Patrimônio Material.	• Identificação do patrimônio cultural material; • Proteção do patrimônio cultural material; • Conservação do patrimônio cultural material.	Moradores e visitantes em áreas protegidas ou de interesse cultural; Estados e Municípios; Pesquisadores; Órgãos Públicos.	Departamento de Patrimônio Material.
Gerir Patrimônio Imaterial	Realizar o planejamento, gestão, salvaguarda e fomento do Patrimônio Imaterial.	• Identificação do patrimônio cultural imaterial; • Reconhecimento do patrimônio cultural imaterial; • Apoio e fomento ao patrimônio cultural imaterial.	Comunidades e indivíduos detentores de saber e/ou prática registradas; Usuários e visitantes em lugares reconhecidas; Estados e Municípios; Pesquisadores; Órgãos Públicos; ONGs; Praticantes de expressões culturais registradas.	Departamento de Patrimônio Imaterial.

Fonte: Escritório de Processos/DPA/IPHAN

2. PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO E OPERACIONAL

2.1 Planejamento organizacional

O IPHAN implementou seu Planejamento Estratégico (Mapa Estratégico) a partir de 2013, focalizando o período 2013 - 2015. O Planejamento Estratégico está vinculado à Presidência e é coordenado pela Assessoria Especial, que orienta e instrumentaliza tecnicamente as unidades sobre o tema, sua execução, consolida resultados e estabelece calendário para as reuniões de análise estratégica.



Tendo como horizonte a finalidade, os objetivos e as competências do Instituto, a Missão e a Visão de Futuro estão definidas assim:

Missão: Promover e coordenar o processo de preservação do patrimônio cultural brasileiro para fortalecer identidades, garantir o direito à memória e contribuir para o desenvolvimento socioeconômico do país.

Visão de Futuro (2019): Instituição coordenadora da Política e do Sistema Nacional do Patrimônio Cultural, capaz de identificar, produzir e difundir referências para a preservação do patrimônio cultural no plano nacional e internacional, dotada de carreira de Estado, qualificação técnica e estrutura funcional para atender as demandas da sociedade.

O foco da estratégia é contribuir para o alcance da gestão por resultados, voltada para o cidadão e a sociedade. Enfatiza, de um lado, a inserção do Patrimônio ao processo de desenvolvimento sustentável e, por outro, a busca da qualificação dos serviços, produtos e práticas do IPHAN.

A partir do Mapa Estratégico, há um conjunto de objetivos, indicadores e iniciativas que são desdobradas em planos de ação por todas as unidades do IPHAN: na sede, nas superintendências e nas unidades

especiais. Este processo de desdobramento se deu após capacitação específica das unidades, via videoconferência. Foram também realizadas capacitações para o uso da ferramenta de suporte à Gestão do Mapa, denominada Sistema de Gestão de Planejamento Estratégico – Geplanes. Essa ferramenta foi apoiada de manual prático disponibilizado a todos para facilitar o processo de inserção dos planos de ação. Trata-se de um software público que possibilita monitorar a execução e o desempenho dos objetivos estratégicos estabelecidos. Ao utilizar o Geplanes, o gestor pode acompanhar continuadamente os planos de ação, avaliar resultados apurados por meio dos indicadores de desempenho, emitir diversos relatórios gerenciais, gráficos de gestão e sinalizar os ajustes e mudanças necessárias.

Para o exercício de 2015 a instituição priorizou algumas iniciativas, dentre as vinculadas aos objetivos do mapa estratégico. Os respectivos resultados estão descritos a seguir (organizados por objetivo).

2.1.1 Descrição sintética dos objetivos do exercício

Com base nos indicadores que estavam definidos e nos principais resultados divulgados pelo IPHAN que detalham algum aspecto dos indicadores selecionados, apresenta-se a seguir o que foi alcançado no período.

OBJETIVO ESTRATÉGICO 1: Ampliar a representatividade do patrimônio cultural.

Em 2015 foram tombados quatro bens materiais, dos quais dois contribuem diretamente para a ampliação da representatividade do patrimônio cultural, são eles os Prédios das estações telegráficas construídas pela Comissão Estratégica de Linhas Telegráficas de Cuiabá a Porto Velho – Comissão Rondon (1907-15) – pois envolvem as comunidades Vilhena e Ji Paraná, no Estado de Rondônia.

Também foram desenvolvidas 138 ações de apoio e fomento a bens culturais registrados ou em processo de registro, contemplando todas as regiões do País. Ademais, foram realizadas 19 ações de estudos e pesquisas para a identificação de bens culturais, incluindo inventários e mapeamentos. Quanto ao Reconhecimento de bens como patrimônio imaterial brasileiro, foram efetuadas 15 instruções para Registro e 3 Registros de bens como patrimônio imaterial (Teatro de Bonecos Popular do Nordeste, Modo de fazer Cuias no Baixo Amazonas e Festa do Pau da Bandeira de Santo Antônio de Barbalha), além do reconhecimento de línguas no Inventário Nacional da Diversidade Linguística – INDL. Essas ações somam-se a outras realizadas pelo IPHAN no sentido da ampliação da representatividade do patrimônio cultural.

A implantação do novo portal ampliou consideravelmente a difusão do conhecimento e informações, bem como permitiu o acesso a cerca de 14 mil páginas de informações, centenas de livros e documentos técnicos bem como considerável acervo de vídeos e imagens.

Além disso, também em 2015 foram ampliadas as discussões sobre os resultados das "pesquisas de satisfação e imagem" do público interno e do público externo, desenvolvidas em parceria com a Universidade Federal Fluminense – UFF, que permitiu um diagnóstico claro dos pontos onde o IPHAN precisa avançar e também de suas qualidades. Isto oportunizou a revisão de algumas práticas relacionadas a processos finalísticos, com vistas ao aumento de valor público aos serviços prestados pelo IPHAN.

OBJETIVO ESTRATÉGICO 2: Potencializar o patrimônio cultural como vetor de desenvolvimento sustentável e inclusão social

Houve uma série de ações concluídas para melhorar a acessibilidade e também para ampliar a inclusão social, contempladas no âmbito das obras no Programa de Aceleração do Crescimento – PAC Cidades Históricas. Houve um esforço para aumentar a quantidade de obras fiscalizadas e para restauração e recuperação de imóveis tombados. Foram lançados diversos editais para obras nas ações previstas no PAC Cidades Históricas e diversas ações para educação patrimonial e fortalecimento da cidadania, incluindo oficinas, publicações, vídeos, capacitações, cartilhas, palestras e vivências para resgatar a história local como elemento de referência cultural e cidadania.

Em geral, foram prioridades ações para ampliar a acessibilidade universal aos edifícios e espaços públicos; e os imóveis com uso e manutenção. Para acessibilidade, a meta era 50% dos bens (objetos de obras do PAC - 424 obras) com acessibilidade assegurada e foram atingidos 37,3%, ou seja, 75% da meta. Para imóveis com uso e manutenção, a meta era 68,7% e foram atingidos 57,3%, ou seja, 83% da meta.

No que se refere ao patrimônio cultural imaterial, foram realizadas diversas ações que contribuíram com a inclusão social e o acesso a direitos sociais e culturais, a citar: instrução do processo de reconhecimento

para inclusão no Inventário Nacional da Diversidade Linguística – INDL – das línguas Karib do Alto Xingu: Nahukuá, Matipu, Kuikuro e Kalapalo; formalização de convênios com instituições privadas sem fins lucrativos cujos projetos foram aprovados no Edital 004/2014: Hunsrikucsh como língua brasileira de imigração, Inventário de Libras na grande Florianópolis e Diversidade Linguística na TI Ianomami; acompanhamento do Projeto Levantamento Sociolinguístico de 26 etnias de Rondônia, por meio de TED com o Museu Emílio Goeldi/PA, além da finalização do Guia INDL para subsidiar levantamentos sociolinguísticos.

Ademais, o Programa de Promoção do Artesanato de Tradição Cultural – Promoart - na atual etapa de execução - de maio de 2015 a maio de 2016 - tem por objetivo a consolidação de ações para comercialização e fortalecimento de espaços de venda de artesanato de tradição cultural, em continuidade às etapas anteriores do programa. Desde o início das atividades, o Programa abrangeu 75 municípios e 93 associações, beneficiando mais de 4 mil artesãos e artesãs de diferentes regiões do país que trabalham com distintas tipologias artesanais. Conforme as metas planejadas para o Programa em 2015, finalizou-se o diagnóstico de 28 pólos de comercialização e realizou-se 1 exposição. Assim, das 31 ações do PROMOART previstas para 2015, 29 foram realizadas, e as demais, já iniciadas, serão finalizadas em 2016.

OBJETIVO ESTRATÉGICO 3: Fomentar as iniciativas da sociedade voltadas para o patrimônio cultural

Ainda não foi possível negociar incentivos tributários para que proprietários particulares de bens tombados possam efetivar a possibilidade legal já existente de algum tipo de isenção tributária sobre os recursos que forem gastos na preservação de seu próprio patrimônio. Em contrapartida, houve um considerável número de projetos aprovados no que compete ao IPHAN e indicados como aptos aos recursos Pronac. A meta para 2015 era aprovar 60 projetos. Essa meta que foi superada, tendo sido aprovados 61 projetos. Além disso, foram captados valores para os projetos aprovados pelo IPHAN. A meta para 2015 era captar 45 milhões de reais. Via Pronac, foram captados em 2015 R$ 30,7 milhões de reais (dos R$ 311,8 milhões de valores aprovados).

Foi publicada em novembro de 2015 a Portaria Conjunta entre o Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional (IPHAN) e a Secretaria do Patrimônio da União do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão estabelecendo os procedimentos para a concessão de anistia de débitos patrimoniais e de benefício de isenção do pagamento de taxas de ocupação, de foros ou de laudêmios para as pessoas jurídicas de direito privado que desenvolvam ações de salvaguarda para bens culturais registrados pelo IPHAN, quando os imóveis da União utilizados sob regime de inscrição de ocupação ou aforamento forem essenciais à manutenção, à produção e à reprodução dos saberes e práticas associados.

Além disso, a cooperação com estados e municípios, bem como com entidades da sociedade civil, tem sido estimulada e praticada com intensidade crescente. Um dos maiores indicadores desta realidade são os projetos contemplados pelo Premio Rodrigo Melo Franco de Andrade. No ano de 2015, 7 dos 8 premiados eram iniciativas fortemente ligadas a instituições não governamentais de preservação e memória.

Essas medidas fomentam as iniciativas da sociedade voltadas para o patrimônio cultural.

OBJETIVO ESTRATÉGICO 4: Estruturar a política e o sistema nacional do patrimônio cultural

O Sistema Nacional de Patrimônio Cultural (SNPC), que integra o Sistema Nacional de Cultura (SNC), foi pensado para estabelecer a necessária articulação entre esferas de governo, e para servir de base para

formulação dos programas e projetos na área patrimonial. No entanto, o Sistema Nacional de Patrimônio Cultural (SNPC) continua em processo de discussão e elaboração. O Plano Nacional de Cultura (PNC) estipulou o SNPC como uma de suas metas: "Meta 5 = Sistema Nacional de Patrimônio Cultural implantado, com 100% das Unidades da Federação (UFs) e 60% dos municípios com legislação e política de patrimônio aprovadas".

O planejamento estratégico do IPHAN para o período de 2013-2015 trouxe como diretriz a priorização de projetos integrados com estados e municípios e de projetos que abrangessem mais de um estado. A mesma priorização está sendo considerada para o planejamento estratégico do IPHAN para o período de 2016-2019. Ainda que de forma incipiente, o IPHAN também tem prestado assistência a municípios e estados na criação de legislação de proteção, mas há um longo caminho a se percorrer.

O SNPC, embora ainda em discussão e não elaborado/implantado formalmente, começou a ser posto em prática com o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) das Cidades Históricas, que tem sido um laboratório importante de articulação entre os três níveis de governo e de agregação de parcerias para ações de maior alcance. Foram criados Comitês de Acompanhamento em todos os estados, compostos pelos órgãos de governo, entidades parceiras e representantes da sociedade.

Além disso, há ações na linha da educação patrimonial que são pensadas dentro da lógica do SNPC, integrando as esferas governamentais e a sociedade civil organizada.

O Edital do Programa Nacional do Patrimônio Imaterial – PNPI 2015 - foi lançado comemorando os 15 anos da política de salvaguarda do patrimônio imaterial. Foram contemplados 34 projetos de Boas Práticas de Salvaguarda do Patrimônio Imaterial realizadas por instituições privadas sem fins lucrativos.

Com isso espera-se continuar a fortalecer as práticas da sociedade civil em prol da salvaguarda do PCI e disseminar os valores da Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Imaterial da UNESCO (2003).

OBJETIVO ESTRATÉGICO 5: Fortalecer a gestão dos bens acautelados pelo IPHAN

O sistema FISCALIS foi efetivamente implantado, oportunizando condições adequadas para o exercício mais eficiente da ação de fiscalização. Os bens imóveis fiscalizados em 2015 superaram em 201% a meta que havia sido estipulada. Em 2015, foi instituída portaria (portaria nº 483, de 13 de novembro de 2015) com as diretrizes para elaboração dos planos de fiscalização dos Bens Acautelados em nível federal para o exercício de 2016, bem como termo de referência disciplinar dos planos de fiscalização contendo definições, fundamentos, procedimentos, parâmetros, instruções para estabelecimento de metas, monitoramento do plano, dentre outras.

Somado a esta iniciativa, houve incremento na fiscalização de bens móveis e também de sítios arqueológicos; bem como instituições de guarda fiscalizadas, e gestão de patrimônio paleontológico. Houve também ações para salvaguarda de bens imateriais registrados. Foram expedidas autorizações para saída de obras de arte do país e foram restaurados acervos museológicos. A meta para 2015 era de 19% dos (total de 148) relatórios de monitoramento de bens registrados elaborados/recebido. Essa meta foi superada em 167%, com 31,75% de resultado, correspondente a 47 processos de salvaguarda sobre os quais foram elaborados/recebidos relatórios de monitoramento de bens registrados.

Com o objetivo de orientar e disciplinar a realização de ações e planos de salvaguarda para Bens Registrados foi implantado o processo referente a estes procedimentos, assim como publicação da Portaria 299, de 17 de julho de 2015, que aprova o Termo de Referência para a Salvaguarda de Bens Registrados e disciplina a gestão da salvaguarda de bens Registrados como Patrimônio Cultural do Brasil,

no âmbito do IPHAN, bem como os procedimentos e o fluxo das atividades relacionadas. A partir de então a atividade de monitoramento dos Bens Registrados passou a ser realizada via formulários *on line*, com questões a respeito do tipo de ações de salvaguarda desenvolvidas, nível de participação dos grupos detentores, parceiros institucionais e recursos aplicados. A meta para 2015 era a de receber 19% de relatórios de monitoramento de bens registrados (em relação a um total de 148 processos de salvaguarda em curso). Essa meta foi superada em 167%, com 31,75% de resultado, correspondente a 47 processos de salvaguarda sobre os quais foram enviados relatórios de monitoramento de bens registrados.

OBJETIVO ESTRATÉGICO 6: Fortalecer a cooperação internacional no campo do patrimônio cultural

As ações do IPHAN decorrentes de Acordos Internacionais superaram a meta que havia sido estipulada para 2015, atingindo 146% da meta inicial.

Além disso, estava prevista a participação do IPHAN em 43 fóruns internacionais, meta também superada, pois houve participação em 67 fóruns. Um exemplo de ação executada que não estava originalmente planejada foi a participação do IPHAN na III Reunião do Projeto Música, Canto, e Dança Afrodescendentes dos Países do CRESPIAL, ocorrida no Chile.

A instalação do Centro de Formação de Gestores para a Preservação do Patrimônio Cultural, Centro Lucio Costa, sob os auspícios da Unesco tem permitido uma ação cooperativa que abrange 3 continentes: América do Sul, África lusófona e Timor Leste na Ásia. O Centro já tem a adesão de 7 países além do Brasil a saber: Chile, Equador, Uruguai, Colômbia, Peru, Moçambique e Cabo Verde. Desde 2013 têm sido promovidas oficinas técnicas, cursos e publicações de interesse da região.

Semelhante esforço foi realizado nas ações realizadas para valorizar o Patrimônio Cultural de Interesse Comum, no âmbito do Mercosul. Foi reconhecida como primeiro bem comum dos países a ponte Barão de Mauá que liga o Brasil ao Uruguai. Foram também realizadas ações comuns para a preservação do itinerário das missões jesuíticas, patrimônio comum de reconhecimento mundial. além dos trabalhos de avaliação, tratamento, sistematização e validação de informações da lista indicativa de Cabo-Verde, cuja repercussão foi difundida pelo sítio eletrônico do Centro do Patrimônio Mundial, UNESCO.

Em dezembro de 2015 houve no Brasil a reunião técnica do Programa de Fortalecimento de Capacidades na América do Sul, no marco de implementação do Plano de Ação para o Patrimônio Mundial na Região (2014-2024).

Como destaque, houve a Reunião de Planejamento e Capacitação para a Implementação da Lista Indicativa Brasileira do Patrimônio Mundial, que resultou em calendário decenal das candidaturas, construído de forma colaborativa entre os pontos focais e a Presidência do IPHAN. Houve também um Simpósio, Memorando de Entendimento e Programa de Intercâmbio com os Países Baixos; participação do IPHAN em curso de capacitação internacional sobre Patrimônio Cultural Imaterial (Peru); e participação no Seminário Internacional "Viva o Centro, revitalização de Centros Históricos", Governo do México e Banco Interamericano de Desenvolvimento (México).

OBJETIVO ESTRATÉGICO 7: Formar e aperfeiçoar gestores e agentes na área do patrimônio cultural

O objetivo 7 visa formar, capacitar e aperfeiçoar gestores públicos e agentes para atuarem na área do Patrimônio Cultural, tendo em vista os desafios de trabalhar na perspectiva integral do Patrimônio

Cultural e do compartilhamento da gestão das políticas patrimoniais entre os diversos entes da federação e da sociedade civil, tanto no âmbito nacional como internacional.

Em 2015, foram capacitados 238 gestores e agentes na gestão do Patrimônio Cultural, cumprindo 100% da meta que estava estipulada para o ano, incluindo agentes culturais que participaram das ações educativas e das oficinas de elaboração de projetos culturais. Desse total, 72 agentes foram capacitados via Programa de Especialização em Patrimônio (PEP) e 166 via capacitações do Centro Lúcio Costa.

OBJETIVO ESTRATÉGICO 8: Ampliar o acesso e disseminar informação sobre o patrimônio cultural

Para ampliar o acesso e divulgar informações sobre o patrimônio cultural, foram disponibilizados 67 acervos institucionais pelo projeto Rede de Arquivos IPHAN. A meta inicial era divulgar trinta (30) acervos. Portanto, a meta foi superada em 223%.

Ampliou-se o acesso ao site e redes sociais geridas pelo IPHAN, superando em 796% a meta estipulada para o ano (esperava-se uma média de 150 mil acessos por mês e foram obtidos no ano mais de treze milhões de acessos).

Foram implantadas nove (9) Casas do Patrimônio, completando dez Casas do Patrimônio já implantadas com acordo de cooperação (das 29 constantes da carta de serviços do IPHAN), o que também implica em atingimento de 113% da meta (superação da meta), pois o plano era implantar oito e foi possível implantar nove Casas do Patrimônio.

O Centro Nacional de Arqueologia (CNA) autorizou 1.080 pesquisas arqueológicas em 2015, atingindo um total de 10.091 autorizações e permissões de pesquisas entre os anos de 1991 e 2015, todas executadas no território nacional. É um momento significativo para a Instituição, que enfrenta, na última década, a maior demanda desde a sua fundação.

Deu-se continuidade ao Prêmio Boas Práticas de Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial. Com edições anuais desde 2005, o décimo Edital do PNPI lançado em 2015 é edição comemorativa dos 15 anos da Política de Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial, premiando 34 instituições de qualquer região do país que tenham desenvolvido ações bem sucedidas voltadas à promoção e valorização de bens culturais de natureza imaterial.

Em dezembro de 2015 a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO no Brasil), o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e a Prefeitura de Congonhas inauguraram um dos mais importantes projetos de preservação da memória do país: o Museu de Congonhas. A instituição chega ao público com a missão de potencializar a percepção e a interpretação das múltiplas dimensões do Santuário do Bom Jesus de Matosinhos, sítio histórico que, desde 1985, tem o título de Patrimônio Cultural Mundial.

Publicado pela primeira vez em 1976, a obra de Mário de Andrade, O Turista Aprendiz, um dos mais importantes livros de relatos de viagem do Brasil, foi relançada pelo IPHAN em dezembro de 2015. Também foi lançada a segunda edição ampliada do livro Patrimônio: Atualizando o debate. O Sistema Agrícola Tradicional do Rio Negro foi tema de oficina audiovisual promovida pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional em Amazonas (IPHAN-AM). O curso teve início em junho de 2015 em três municípios diferentes - São Gabriel da Cachoeira, Santa Isabel do Rio Negro e Barcelos (noroeste amazônico) e teve como público-alvo jovens entre 15 a 29 anos das cidades ou das comunidades de cada um dos municípios. O objetivo foi produzir vários documentários de curta duração

e um de média duração. IPHAN realizou 3° Encontro Regional para Registro do Cordel e do Repente. Foi realizado o Seminário Gênero e Patrimônio Cultural, promovendo a reflexão sobre o protagonismo feminino, fomentando a reflexão de gênero no campo da cultura.

Deu-se continuidade ao Prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade (estabelecido em 1987, em reconhecimento às ações de excelência na preservação do patrimônio cultural brasileiro), ao Concurso Sílvio Romero (instituído em 1959, com o propósito de estimular a produção de conhecimento científico sobre os diversos temas do folclore e da cultura popular), e ao Prêmio Luiz de Castro Faria (criado em 2013, como objetivo incentivar a produção de pesquisas acadêmicas relativas à preservação do patrimônio arqueológico). Além de várias outras iniciativas de sucesso.

Foram mantidos o atendimento da demanda rotineira de venda; o atendimento ocasional de venda em eventos; a gestão e fiscalização dos contratos de consignação de livros em vigência; a organização dos estoques/depósitos, separação de material inservível para doação/reciclagem; o atendimento da demanda rotineira de distribuição/doação para bibliotecas, universidades, escolas públicas e Superintendências;

Houve lançamento da Publicação Projetos para Brasília, em Brasília e São Paulo, com venda de publicações diversas, bem como participamos de dois grandes eventos com a venda de títulos, o Festival de História - FHIST e a Festa Literária Internacional de Paraty –FLIP. O lançamento do livro "o Turista Aprendiz" de Mário de Andrade realizou-se nos meses de novembro e dezembro.
Além disso, há ainda dois contratos de consignação assinados, um com a livraria "Set Palavras" de Ouro Preto/MG e outro com o "GRUPO NACIONAL EDITORIAL" de São Paulo/SP. Há um processo de assinatura iniciado com a "Livraria da Travessa" do Rio de Janeiro/RJ e estão em andamento a assinatura de dois contratos de consignação: com a "banca de jornais da Sra. Conceição Freitas" de Brasília/DF e outro com a "FUMCULT" de Congonhas/MG.

Números de 2015:

- Venda virtual (por e-mail): 292
- Venda em eventos: 729
- Exemplares consignados: 1194
- Exemplares distribuídos às Superintendências e a entes públicos: 25.637;
- Total: 27.852

OBJETIVO ESTRATÉGICO 9: Implantar gestão estratégica por resultados

A Carta de Serviços (Carta ao Cidadão) foi elaborada e publicada em versão impressa em 2014, e durante o ano de 2015 buscou-se aperfeiçoar os serviços ofertados.

A implantação da gestão por competência teve como meta prevista a aquisição de 41 competências e foram adquiridas 99 novas competências, no sentido de aperfeiçoar os serviços executados e ofertados.

Buscou-se alinhar cada vez mais os projetos ao Mapa Estratégico (atingimos 80% da meta estipulada) e também reduzir o tempo de resposta às demandas da sociedade. Em 2015, foram publicados o Catálogo de Serviços da Coordenação Técnica do Escritório de Processos – CTEP e o Manual Interativo de Gestão por Processos Organizacionais.

OBJETIVO ESTRATÉGICO 10: aperfeiçoar a gestão da informação e do conhecimento

Atingiu-se 89% da meta do índice de governança de Tecnologia da Informação – TI. Ainda é um desafio concluir a execução geral do Plano Diretor de Tecnologia da Informação – PDTI.

OBJETIVO ESTRATÉGICO 11: Instituir política e programa de desenvolvimento e valorização dos servidores

Foi executada 75% da Política de Gestão de Pessoas, sendo que sua implementação será concluída em 2016. Também foi desenvolvida uma metodologia de elaboração do plano de capacitação, com vistas a atender requisitos da referida política.

2.1.2 Estágio de implementação do planejamento estratégico

O planejamento estratégico está em fase de consolidação prática e de apropriação por toda a área central, assim como unidades descentralizadas que incluem 27 Superintendências e quatro unidades especiais. Todas as unidades foram envolvidas por meio de capacitações, reuniões presenciais e videoconferências. A organização adotou como prática o acompanhamento sistemático da execução de suas iniciativas e do desempenho de seus indicadores por meio de reuniões de análises estratégicas, tendo como suporte o uso da ferramenta Geplanes, que possibilita o acompanhamento e monitoramento contínuo do mapa. A referida ferramenta possibilitou o desdobramento do mapa por todas as unidades, mesmo que com algumas fragilidades. As dificuldades identificadas fazem parte deste processo, pois a solidificação de uma gestão estratégica requer uma mudança de cultura que leva um tempo de maturação. Muitos gestores ainda confundem o planejamento das ações estratégicas com o planejamento das ações rotineiras. A instituição entende a relevância da prática de planejar e reconhece que apesar dos esforços empreendidos, o estágio de implementação do planejamento estratégico ainda não está no ponto desejado e esta constatação implica em compromissos maiores para 2016, a começar pelo realinhamento do Mapa, cujos princípios gerais já foram apontados em 2015.

2.1.3 Vinculação dos planos da unidade com as competências institucionais e outros planos

O IPHAN também tem vinculação do plano com suas competências constitucionais, legais e normativas, bem como com os programas do novo Plano Plurianual. No capítulo "Cultura: Dimensão Essencial do Desenvolvimento", o "OBJETIVO 0783 - Preservar e promover a diversidade, a memória e o patrimônio cultural brasileiro" determina metas para o IPHAN "04JP - Ampliar de 38 para 44 o número de bens culturais de natureza imaterial reconhecidos" e "04JQ - Ampliar em 5% a quantidade de bens tombados em macrorregiões do país" além de iniciativas para "04G2 - Preservação, salvaguarda, valorização, difusão, promoção, identificação e reconhecimento da memória e do patrimônio cultural, seu monitoramento e sua fiscalização" e para "05Z8 - Empreendimento de ações com vistas a aumentar o número de bens brasileiros reconhecidos como patrimônio cultural da humanidade." Na linha da criação do Sistema Nacional de Patrimônio Cultural, prevê também "05ZD - Estabelecimento de parcerias para implementação da Política Nacional de Patrimônio Cultural com as Unidades da Federação e com os municípios possuidores de bens tombados e registrados federais."

2.2 Formas e instrumentos de monitoramento da execução e resultados dos planos

São feitas sistematicamente Reuniões de Análise Estratégica – RAE que permitem análises críticas de desempenho e redefinição de rumos com vistas ao atingimento dos objetivos e iniciativas propostas. Em 2015, foram realizadas quatro reuniões, sempre conduzidas pela Presidente com participação dos Diretores e servidores das diferentes unidades designados como responsáveis por iniciativas e indicadores, monitorando o avanço nas iniciativas priorizadas para atingimento dos objetivos do mapa estratégico.

2.3 Desempenho orçamentário

2.3.1 Execução física e financeira das ações da LOA de responsabilidade da unidade

Quadro 2.3.1 Ações relacionadas a programa temático do PPA de responsabilidade da UPC – OFSS

Identificação da Ação						
Código	5538			Tipo:	Projeto	
Título	Preservação do Patrimônio Cultural das Cidades Históricas					
Iniciativa	Preservação, salvaguarda, valorização, difusão, promoção, identificação e reconhecimento da memória e do patrimônio cultural, seu monitoramento e sua fiscalização.			Código	04G2	
Objetivo	Preservar, identificar, proteger e promover a memória e o patrimônio cultural brasileiro, fortalecendo identidades e criando condições para sua sustentabilidade.			Código:	0783	
Programa	Cultura: Preservação, Promoção e Acesso	Código:	2027	Tipo: Temático		
Unidade Orçamentária	42204					
Ação Prioritária	(X) Sim ( )Não	Caso positivo: (X) PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras				

Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
170.000.000,00	170.000.000,00	84.524.998,91	52.402.205,44	29.962.630,42	22.439.575,02	32.122.793,47

Execução Física				
Descrição da meta	Unidade de medida	Meta		
		Prevista	Reprogramada	Realizada
Projeto realizado	Unidade	100	0	61

Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas		
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
82.398.843,68	45.511.260,67	2.433.614,53	Projeto realizado	Unidade	128

Identificação da Ação					
Código	20ZH			Tipo:	Atividades
Título	Preservação do Patrimônio Cultural Brasileiro				
Iniciativa	Preservação, salvaguarda, valorização, difusão, promoção, identificação e reconhecimento da memória e do patrimônio cultural, seu monitoramento e sua fiscalização.			Código	04G2
Objetivo	Preservar, identificar, proteger e promover a memória e o patrimônio cultural brasileiro, fortalecendo identidades e criando condições para sua sustentabilidade.			Código:	0783
Programa	Cultura: Preservação, Promoção e Acesso	Código:	2027	Tipo:	Temático
Unidade Orçamentária	42204				
Ação Prioritária	( ) Sim (X)Não	Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras			

Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
41.827.784,00	32.483.558,00	29.867.983,05	14.214.143,45	11.902.826,13	21.311.317,32	15.653.839,60

Execução Física			
Descrição da meta	Unidade de medida	Meta	
		Prevista	Reprogramada	Realizada
Bem preservado	Unidade	60	0	103

Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas		
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
24.158.829,67	15.267.521,04	2.173.119,65	Bem preservado	Unidade	110

Identificação da Ação					
Código	211F			Tipo:	Atividades
Título	Funcionamento de Espaços e Equipamentos Culturais				
Iniciativa	Programação e funcionamento dos espaços e ambientes artístico-culturais da União			Código	035H
Objetivo	Implantar, ampliar, modernizar, recuperar, manter, gerir e articular a gestão e o uso de espaços e ambientes destinados a atividades artísticas, culturais, esportivas e de lazer			Código:	0787
Programa	Cultura: Preservação, Promoção e Acesso	Código:	2027	Tipo:	Temático
Unidade Orçamentária	42204				
Ação Prioritária	( ) Sim (X)Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras				

Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
6.578.755,00	8.552.381,00	8.552.381,00	8.325.172,32	7.970.126,15	355.046,17	227.208,68

Execução Física			
Descrição da meta	Unidade de medida	Meta	
		Prevista	Reprogramada	Realizada
Público atendido	Unidade	20	0	412.608

Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas		
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
5.976.681,71	5.360.603,81	66.340,99	Público atendido	Unidade	230.000

Fonte: COFIN/CGPLAN/DPA/IPHAN

2.3.2 Fatores intervenientes no desempenho orçamentário

AÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 5538 – Preservação do Patrimônio Cultural das Cidades Históricas

META: 100 Projetos realizados

REALIZADO: 61

No exercício de 2015, foram investidos recursos do programa em 189 projetos e obras, 61 deles contando com valores empenhados no mesmo exercício, e o restante (128) empenhado em exercícios anteriores. Os 61 projetos e obras (com empenhos e pagamentos no exercício) estão assim classificados: 29 projetos em andamento, 28 obras em andamento e 4 obras concluídas.

Das 128 restantes, empenhadas em exercícios anteriores, são 107 projetos em andamento, 2 obras em fase de licitação, 12 obras em andamento e 7 obras concluídas.

A execução do programa é compartilhada: existem ações sob responsabilidade dos governos estaduais, universidades federais, municípios, IBRAM e IPHAN, os quais são os responsáveis pela fiscalização dos contratos. A opção pela descentralização, compartilhamento de responsabilidades e consequente capacitação dos parceiros cria uma complexidade que pode acarretar na demora do início das obras, mas, entretanto, fortalece a rede que atua no campo do Patrimônio e a ação como política de Estado. Ademais, obras são empreendimentos plurianuais, o que faz com que muitas vezes ocorram os pagamentos com "restos a pagar" empenhados em exercícios anteriores.

AÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 20ZH – Preservação do Patrimônio Cultural Brasileiro

META: 60 Bens Preservados

REALIZADO: 103 Bens Preservados

Para fazer frente aos desafios da preservação dos bens culturais protegidos, o IPHAN tem, nos últimos anos, concentrado esforços para ampliar a atuação de outros agentes públicos e privados, buscando criar condições para a gestão compartilhada. Uma das ações que tem contribuído para esse avanço é o financiamento para a recuperação dos imóveis privados localizados nas áreas tombadas, atualmente vigente em 8 municípios do Nordeste. No entanto, em 2015, assim como em anos anteriores, a Instituição enfrentou dificuldades na gestão desses convênios tanto por parte dos Municípios como das Superintendências, postergando os repasses dos recursos autorizados para o final do ano e comprometendo a assinatura de novos contratos. Houve, ainda, uma interrupção na prestação dos serviços do agente financeiro, Banco do Nordeste, em função do encerramento da vigência do contrato. Durante o exercício, foram preservados 44 bens culturais de natureza material.

Ao final de 2015 o IPHAN totalizou o reconhecimento de 38 bens culturais Registrados como Patrimônio Cultural do Brasil. Este quantitativo extrapola um conjunto meramente numérico de bens culturais. Cada bem cultural Registrado, em geral, aglutina uma gama diversa de grupos e segmentos sociais e, inclusive, pode possuir características diferentes entre si, ou seja, 1 bem cultural, dependendo do grupo que o pratica, mesmo possuindo a mesma denominação, pode possuir distintas representações. Assim, os atuais 38 bens culturais Registrados correspondem a 148 conjuntos de bens culturais que estão na esfera de atuação das ações de preservação no campo da política de salvaguarda do patrimônio imaterial.

Nesta perspectiva, em 2015, 59 conjuntos de bens culturais de natureza imaterial foram preservados pelo IPHAN, na seguinte forma:

- Fandango Caiçara – SP; PR; RJ;
- Saberes e Práticas Associados ao modo de fazer Bonecas Karajá – PA; MT; TO e GO;
- Roda de Capoeira e Ofício de Mestre de Capoeira – AC; BA; CE; PA; PB; PI; RR; SE; TO; MS; PR e SP;
- Teatro de Bonecos Popular do Nordeste – CE e PB;
- Jongo do Sudeste – ES (norte e sul do estado);
- Ofício de Sineiro e Toque dos Sinos em Minas Gerais – municípios de São João del Rey e as cidades de Outro Preto, Mariana, Catas Altas, Congonhas do Campo, Diamantina, Sabará, Serro e Tiradentes;
- Carimbó – PA (3 regiões);
- Festividade do Glorioso São Sebastião na região do Marajó – 3 localidades;
- Produção Tradicional e Práticas Socioculturais Associadas à Cajuína no Piauí – Teresina;
- Tava – Lugar de Referência do Povo Guarani – Missões;
- Ritual Yaokwa do Povo Indígena Enawene Nawe – TI Enawene Nawe;
- Sistema Agrícola Tradicional do Rio Negro – 3 regiões do Amazonas (São Gabriel da Cachoeira, Santa Isabel e Barcelos);
- Samba de Roda do Recôncavo Baiano – Recôncavo;
- Modo de Fazer Renda Irlandesa, tendo como referência este ofício em Divina Pastora – Aracaju; e
- (Salvaguarda Emergencial do Fole de 8 baixos – Paraíba – não se refere a bem cultural Registrado, mas sim em processo de reconhecimento).

A expectativa para o futuro é que todos os bens reconhecidos possam ser preservados, no entanto, sem o ingresso de servidores efetivos essa ação finalística do IPHAN continuará comprometida.

AÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 211F – Funcionamento de Espaços e Equipamentos Culturais

META: 20 Públicos Atendidos

REALIZADO: 412.608

Os valores utilizados no âmbito desta Ação Orçamentária propiciaram, durante o ano de 2015, o funcionamento dos Espaços e Equipamentos Culturais sob gestão do IPHAN, especificamente as 3 Unidades Especiais (Sítio Roberto Burle Marx-SRBM, Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular-

CNFCP e Centro Cultural Paço Imperial-CCPI), e as Casas do Patrimônio, oferecendo ao produtor cultural e aos artistas uma alternativa para o desenvolvimento de suas atividades, de modo a garantir a atratividade e acessibilidade de público, e criando condições para sua sustentabilidade, bem como promovendo e difundindo o Patrimônio Cultural Brasileiro à sociedade.

O SRBM tem uma área de mais de 400 mil m2, onde está reunida uma das mais importantes coleções de plantas tropicais e semitropicais do mundo, originalmente formada e cultivada pelo paisagista Roberto Burle Marx.

O CNFCP tem atuação nacional e sua missão consiste na pesquisa, documentação, difusão e execução de políticas públicas de preservação e valorização dos mais diversos processos e expressões da cultura popular. Sua estrutura abriga: o Museu de Folclore Edison Carneiro, a Biblioteca Amadeu Amaral e os setores de Pesquisa e de Difusão Cultural, além da área administrativa.

O CCPI é um Centro de exposições e eventos, e sede da Biblioteca Paulo Santos. Atuando pela preservação da memória histórica, ao mesmo tempo em que incorpora as inovações de cultura brasileira, é um dos marcos da história cultural do Rio de Janeiro.

O projeto Casas do Patrimônio desenvolve ações que fomentem a articulação do IPHAN com a população local, promovendo atividades que geram circulação de público no espaço físico destinado às Casas do Patrimônio. Neste sentido, exposições, palestras, oficinas, rodas de conversa, seminários e diversas outras ações que estejam relacionadas com as particularidades locais são propostas e executadas, fomentando a interação e participação de público nas Casas do Patrimônio.

Considerando que no ano de 2015 foram recebidos 412.608 visitantes nos Espaços e Equipamentos Culturais sob gestão do IPHAN, é possível inferir que o IPHAN subestimou a meta a ser alcançada, fato corrigido no momento da elaboração do Projeto de Lei Orçamentária de 2016.

2.3.3 Execução descentralizada com transferência de recursos

Quadro 2.3.3.1 Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência

Posição em 31.12.2015

Unidade Concedente ou Contratante									
Nome: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN									
UG/GESTÃO: 343026/40401									
Informações sobre as Transferências									
Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Global	Contrapartida	No Exercício	Acumulado até o Exercício	Início	Fim	
1	785613	COMISSAO PRO INDIO DO ACRE	107.980,00	4.000,00	-	103.980,00	25/10/2013	02/10/2015	2
1	789101	CENTRO DE TRABALHO INDIGENISTA	375.008,34	75.008,34	-	300.000,00	31/12/2013	26/11/2015	1
1	789346	FUNDACAO CULTURAL DE SAO BENTO DO SUL	127.092,00	27.092,00	-	100.000,00	02/12/2013	31/12/2015	1
1	792191	INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL	275.000,00	55.000,00	-	220.000,00	01/01/2014	15/02/2016	1
1	811882	CHEGANCA DOS MARUJOS FRAGATA BRASILEIRA	93.750,00	18.750,00	75.000,00	-	10/02/2015	19/12/2015	1
1	787703	FUNDACAO LAGUNENSE DE CULTURA	131.250,00	26.250,00	-	105.000,00	13/01/2014	23/12/2015	1

Unidade Concedente ou Contratante									
Nome: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN									
UG/GESTÃO: 343026/40401									
Informações sobre as Transferências									
Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Global	Contrapartida	No Exercício	Acumulado até o Exercício	Início	Fim	
1	786109	CASA DO CONGADO - ASSOCIACAO NACIONAL DOS CONGADOS MOCAMBIQUES E MARUJADAS - PESQUISA E DEFESA DAS TRADICOES E CULTURAS POPULARES	300.000,00	24.000,00	138.000,00	138.000,00	13/01/2014	14/02/2016	1
1	787550	SOCIEDADE DE AMIGOS DO MUSEU DO INDIO	375.000,00	75.000,00	-	300.000,00	02/12/2013	17/05/2015	1
1	795226	ASSOCIACAO NUCLEO INTERDISCIPLINAR DE NARRADORES E AGENTES CULTURAIS - NINA	437.500,00	87.500,00	-	350.000,00	21/01/2014	24/08/2016	1
1	791063	SOCIEDADE DE AMIGOS DO MUSEU DO INDIO	166.000,00	16.000,00	-	150.000,00	29/01/2014	03/09/2015	1
1	784756	FUNDACAO CULTURAL DE BLUMENAU	442.981,57	96.300,25	-	346.681,32	11/10/2013	29/07/2016	1
1	787218	MUNICIPIO DE PINHALZINHO	125.000,00	25.000,00	-	100.000,00	02/12/2013	08/04/2016	1
1	787224	ASSOCIACAO FILMES DE QUINTAL	374.990,00	75.000,00	-	299.990,00	02/12/2013	14/04/2016	1

Unidade Concedente ou Contratante									
Nome: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN									
UG/GESTÃO: 343026/40401									
Informações sobre as Transferências									
Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Global	Contrapartida	No Exercício	Acumulado até o Exercício	Início	Fim	
1	787248	IPOL INSTITUTO DE INVESTIGACAO E DESENVOLVIMENTO EM POLITICA LINGUISTICA	131.245,00	26.250,00	-	104.995,00	15/12/2013	20/03/2016	1
1	787480	MUNICIPIO DE ANGRA DOS REIS	125.000,00	25.000,00	-	10.000,00	31/12/2013	09/04/2016	1
1	788321	FUNDACAO ROMI	309.375,24	61.875,24	87.614,00	159.886,00	02/12/2013	13/08/2017	1
1	793454	FUNDACAO PRO-MEMORIA DE SAO CARLOS	499.471,46	99.896,30	-	399.575,16	30/12/2013	04/05/2016	1
1	774932	MUNICIPIO DE HORTOLANDIA	123.819,60	20.636,60	-	103.183,00	22/01/2013	17/08/2015	1
1	787045	FUNDACAO DE APOIO A PESQUISA	374.895,00	75.000,00	-	299.895,00	29/01/2014	23/04/2016	1
1	811204	CENTRO DE TRABALHO INDIGENISTA	354.504,00	24.504,00	30.000,00	300.000,00	31/10/2014	01/12/2016	1
1	813605	MUNICIPIO DE SAO LUIS	245.000,00	49.000,00	-	-	29/12/2015	28/06/2017	1
1	813609	MUNICIPIO DE PARATI	100.000,00	25.000,00	-	-	08/10/2015	07/04/2017	1
1	816399	FUNDACAO MUNICIPAL DE CULTURA, LAZER E TURISMO - FUMCULT	1.351.397,17	501.397,17	850.000,00	-	26/06/2015	25/06/2016	1

Unidade Concedente ou Contratante									
Nome: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN									
UG/GESTÃO: 343026/40401									
Informações sobre as Transferências									
Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Global	Contrapartida	No Exercício	Acumulado até o Exercício	Início	Fim	
1	813607	MUNICIPIO DE HORIZONTE	102.280,00	27.280,00	75.000,00	-	14/05/2015	15/05/2016	1
1	811875	CENTRO CULTURAL CARTOLA	306.250,00	61.250,00	245.000,00	-	28/01/2015	30/05/2016	1
1	811904	INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL	628.097,35	128.169,43	499.927,92	-	02/03/2015	29/06/2017	1
1	811893	FUNDACAO DE APOIO A PESQUISA	562.342,00	112.500,00	-		25/08/2015	24/02/2017	1
1	811892	CENTRO DE ESTUDOS E MEMORIA DA JUVENTUDE AMAZONICA	90.000,00	18.000,00	72.000,00	-	27/05/2015	28/01/2017	1
1	813661	ASSOCIACAO DE CULTURA POPULAR MANDICUERA	240.000,00	48.000,00	186.300,00	-	29/06/2015	15/12/2016	1
1	811960	ASSOC. CULTURAL AMIGOS MUSEU FOLCLORE EDISON CARNEIRO	1.500.000,00	300.000,00	395.003,33	-	21/05/2015	17/07/2016	1
1	811894	I T S INSTITUTO TERCEIRO SETOR	304.588,44	60.917,69	243.670,75	-	12/06/2015	13/01/2017	1

Unidade Concedente ou Contratante									
Nome: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN									
UG/GESTÃO: 343026/40401									
Informações sobre as Transferências									
Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Global	Contrapartida	No Exercício	Acumulado até o Exercício	Início	Fim	
1	811896	IPOL INSTITUTO DE INVESTIGACAO E DESENVOLVIMENTO EM POLITICA LINGUISTICA	625.000,00	125.000,00	208.309,20	-	24/07/2015	20/09/2017	1
1	811895	IPOL INSTITUTO DE INVESTIGACAO E DESENVOLVIMENTO EM POLITICA LINGUISTICA	625.000,00	125.000,00	41.555,00	-	08/09/2015	07/09/2017	1
3	001/2011	Universidade Federal do Pampa - UNIPAMPA	2.946.532,70	-	-	2.946.532,70	27/03/2013	31/03/2015	1
3	005/2013	Universidade Federal da Grande Dourados	289.985,00	-	-	289.985,00	18/11/2013	04/04/2016	1
3	003/2013	Universidade Federal da Bahia	568.150,60	-	-	448.150,60	09/06/2014	30/06/2016	1
3	006/2013	Universidade Federal da Bahia	200.000,00	-	-	200.000,00	17/06/2014	30/04/2016	1
3	001/2014	Universidade Federal da Bahia	100.000,00	-	-	100.000,00	23/05/2014	31/08/2015	1
3	003/2014	Universidade Federal do Pará	681.004,50	-	-	681.004,50	05/08/2014	20/04/2016	1
3	004/2014	Museu Paraense Emílio Goeldi	334.995,00	-	-	334.995,00	15/09/2014	04/11/2016	1
3	002/2015	Fundação Universidade de Brasília	242.880,00	-	-	-	11/12/2015	31/07/2017	1
3	001/2015	Universidade Federal do Pará	99.060,00	-	-	-	10/12/2015	31/12/2016	1

Unidade Concedente ou Contratante									
Nome: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN									
UG/GESTÃO: 343026/40401									
Informações sobre as Transferências									
Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Global	Contrapartida	No Exercício	Acumulado até o Exercício	Início	Fim	
3	008/2014	Ministério das Relações Exteriores	44.608,00	-	-	44.608,00	12/11/2014	11/01/2015	1
3	006/2014	Universidade Federal do Pará	275.825,40	-	-	275.825,40	14/11/2014	14/09/2016	1

LEGENDA

Modalidade:	**Situação da Transferência:**
1 - Convênio	1 - Adimplente
2 - Contrato de Repasse	2 - Inadimplente
3 - Termo de Cooperação	3 - Inadimplência Suspensa
4 - Termo de Compromisso	4 - Concluído
	5 - Excluído
	6 - Rescindido
	7 - Arquivado

Fonte: CCONV/CGLOG/DPA/IPHAN

Quadro 2.3.3.2 Resumo dos instrumentos celebrados e dos montantes transferidos nos últimos três exercícios

Unidade Concedente ou Contratante						
Nome:	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN					
UG/GESTÃO:	343026/40401					
Modalidade	**Quantidade de Instrumentos Celebrados**			**Montantes Repassados no exercício (em R$ 1,00)**		
	2015	**2014**	**2013**	**2015**	**2014**	**2013**
Convênio	18	1	18	2.711.216,00	3.927.341,16	2.476.393,32
Contrato de Repasse	-	-	-	-	-	-
Termo de Cooperação/TED	2	9	2	-	2.678.368,50	286.075,00
Termo de Compromisso	-	-	-	-	-	-
Totais	20	8	20	2.711.216,00	6.605.709,66	2.762.468,32
Fonte: CCONV/CGLOG/DPA/IPHAN						

Quadro 2.3.3.3 Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de convênio, termo de cooperação e de contratos de repasse

Valores em R$ 1,00

Unidade Concedente				
Nome: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN				
UG/GESTÃO: 343026/40401				
Exercício da Prestação das Contas	**Quantitativos e Montante Repassados**		**Instrumentos (Quantidade e Montante Repassado)**	
			Convênios	**Termo de Cooperação/TED**
Exercício do Relatório de Gestão	**Contas Prestadas**	**Quantidade**	30	0
		Montante Repassado	5.283.438,95	-
	Contas NÃO Prestadas	**Quantidade**	1	2
		Montante Repassado	103.980,00	3.046.532,70
Exercícios anteriores	**Contas NÃO Prestadas**	**Quantidade**	5	1
		Montante Repassado	814.362,00	370.000,00
Fonte: CCONV/CGLOG/DPA/IPHAN				

Quadro 2.3.3.4 Situação da análise das contas prestadas no exercício de referência do relatório de gestão

Valores em R$ 1,00

Unidade Concedente ou Contratante			
Nome: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN			
UG:GESTÃO: 343026/40401			
Contas apresentadas ao repassador no exercício de referência do relatório de gestão		**Instrumentos**	
		Convênios	**Termo de Cooperação**
Contas Analisadas	Quantidade Aprovada	**25**	**4**
	Quantidade Reprovada	0	0
	Quantidade de TCE	0	0
	Montante repassado (R$)	4.801.724,88	413.408,00
Contas NÃO Analisadas	Quantidade	**30**	**0**
	Montante repassado (R$)	5.283.438,95	0,00
Fonte: CCONV/CGLOG/DPA/IPHAN			

Quadro 2.3.3.5 Perfil dos atrasos na análise das contas prestadas por recebedores de recursos

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN					
UG/GESTÃO: 343026/40401					
Instrumento de Transferência	**Quantidade de dias de atraso na análise das contas**				
	Até 30 dias	**De 31 a 60 dias**	**De 61 a 90 dias**	**De 91 a 120 dias**	**Mais de 120 dias**
Convênio	2	2	4	2	16
Contrato de Repasse	-	-	-	-	-
Termo de Cooperação	-	-	-	-	-
Termo de Compromisso	-	-	-	-	-
Totais	2	2	4	2	16
Fonte: CCONV/CGLOG/DPA/IPHAN					

Análise Crítica

A análise crítica sobre a situação da gestão das transferências vigentes no exercício e seus efeitos no médio e longo prazo é obrigatória e aplicável a todas as UPC que descentralizar recursos.

Nesse contexto e sem prejuízo de outras abordagens que a unidade considere relevante fazer, importa que a UPC informe sobre:

• **Medidas adotadas para sanear as transferências na situação de prestação de contas inadimplente;**

Algumas medidas são adotadas com o intuito de sanear as transferências na situação de prestação de contas inadimplente, são elas: envio de ofícios de cobrança da prestação de contas, notificações, contatos via e-mail e telefone. Além disso, solicitamos o apoio dos fiscais designados para o acompanhamento e fiscalização dos convênios a fim de solucionar as pendências e auxiliar o Convenente no fechamento das contas.

Em atendimento ao § 2º do art. 76 da Portaria Interministerial nº 507/2011, esta Divisão de Prestação de Contas de Convênios busca exaurir todas as providências cabíveis para regularização das pendências antes de se instaurar a TCE. Em virtude disso, temos casos que estão sendo diligenciados por mais de dois exercícios financeiros.

• **Razões para eventuais oscilações significativas na quantidade e no volume de recursos transferidos nos três últimos exercícios;**

Os montantes repassados nos exercícios de 2013, 2014 e 2015 foram R$ 2.762.468,32, R$ 6.605.709,66 e R$ 2.711.216,00, respectivamente.

Os números apresentados em 2013 se devem ao fato da celebração de convênios do IPHAN ter sido descentralizada para as Superintendências distribuídas pelo território brasileiro. Essas Unidades Descentralizadas do IPHAN celebram a maioria dos convênios de obras/restauração, o que demanda a maior parte dos recursos financeiros.

Já em 2014, houve um aumento significativo no volume de recursos transferidos. Isso se deve à celebração de sete Termos de Execução Descentralizada entre o IPHAN e outras entidades federais para execução de objetos em assuntos diversos, tais como: Pesquisa de Clima Organizacional, Mapeamento de Competências, Regularização Fundiária e Ações de Salva guarda. Nos anos anteriores o número de celebração desse tipo de instrumento era ínfimo e do total do montante repassado, este instrumento representa 40,55 % do total do montante repassado.

Em 2015, devido ao contingenciamento das transferências dos recursos financeiros por parte do Governo Federal, notamos uma redução significativa nas transferências das parcelas pendentes de instrumentos celebrados em outros exercícios, além daqueles celebrados no exercício de 2015. Se compararmos ao exercício anterior, houve uma redução de 41%, que representa um montante de R$ 3.894.493,66.

• **Análise do comportamento das prestações de contas frente aos prazos regulamentares no decorrer dos últimos exercícios;**

A alegação da maioria dos convenentes no que se refere ao descumprimento dos prazos para apresentação de prestação de contas se trata da dificuldade na utilização do SICONV. As dificuldades advêm, entre outros motivos, da falta de conhecimento sobre o sistema e a instabilidade do mesmo. Isso traz consequências diretas no trabalho da Divisão de Prestação de Contas, que deve prestar auxílio por telefone, por e-mail e pessoalmente. Segue o resumo do comportamento das prestações de contas dos últimos três exercícios:

2013

Dos convênios que deveriam prestar contas em 2013 (13 convênios), informa-se:

1. 1 convênio foi aprovado;

2. 12 convênios estão em diligência;

2014

Dos convênios que deveriam prestar contas em 2014 (21 convênios), informa-se:

1. 5 convênios não apresentaram prestação de contas ainda

2. 16 apresentaram Prestação de Contas;

3. 6 convênios estão em diligência;

4. 10 convênios estão aguardando a análise.

2015

Dos instrumentos que deveriam prestar contas em 2015, sendo 7 Convênios, 1 Termo de Cooperação e 4 Termos de Execução Descentralizada, informa-se:

1. 3 instrumentos (1 Termo de Execução Descentralizada, 1 Termo de Cooperação e 1 Convênio) não apresentaram prestação de contas ainda;

2. 6 Convênios apresentaram Prestação de Contas;

3. Nenhum instrumento está em diligência;

4. 3 Termos de Execução Descentralizada foram aprovados;

5. 6 Convênios estão aguardando a análise.

- **Análise da evolução das análises das prestações de contas referentes às transferências expiradas até 2015, quanto à eficiência e eficácia dos procedimentos adotados, bem como quanto à disponibilidade adequada de recursos humanos e materiais para tanto;**

A Divisão de Prestação de Contas do IPHAN – DICONT do IPHAN contou com uma servidora responsável pela análise das contas dos Convênios e dois terceirizados para o auxílio nas tarefas administrativas, no ano de 2015. No que se refere à adequação de recursos humanos, informamos que, para a efetividade desse trabalho são necessários, no mínimo, mais dois servidores na área.

Quanto à evolução das análises de prestação de contas, informa-se que em 2015 a DICONT analisou a prestações de contas de 40 convênios, o que resultou em 39 diligências e 29 aprovações de prestação de contas. Por meio de estudos e observações, constatou-se que, para aprovar a prestação de contas da maioria dos convênios do IPHAN, leva-se em média de um ano e meio a dois anos e meio. Isso se deve

ao fato do convenente apresentar documentações parciais, o que resulta em um grande número de diligências.

Além disso, constata-se que houve um acréscimo no tempo de aprovação das contas nos últimos três anos, conforme demonstra o quadro abaixo:

Quadro 2.3.3.6 Tempo de aprovação das contas

2013	2014	2015
1,6 anos	2,5 anos	2,5 anos

Fonte: CCONV/CGLOG/DPA/IPHAN

Este aumento se deve à redução do quadro de servidores da área. No ano de 2012 esta divisão dispunha de 2 servidoras, no ano de 2013, a servidora que já trabalhava há 4 anos com a temática foi cedida a outra área e uma nova servidora foi contratada. Já nos anos de 2014 e 2015, somente uma permaneceu na área sem novas contratações.

Além disso, a dinâmica de análise da documentação financeira passou por uma reformulação a fim de atender as determinações dos Acórdãos do TCU e da Portaria Interministerial nº 507/2011. A análise se tornou mais detalhada e rigorosa, o quem tem acarretado em maior dispêndio de tempo.

- **Estruturas de controle definidas para o gerenciamento das transferências, informando, inclusive, a capacidade de fiscalização in loco da execução dos planos de trabalho contratados;**

A Coordenação de Convênios e Prestação de Contas - CCONV deste Instituto é responsável, pelo gerenciamento e monitoramento das atividades de transferências de recursos, alterações de planos de trabalho, alteração de vigência, disponibilização de OBTV para Convenente, utilização de rendimento de aplicação financeira, prorroga de ofício e análise da prestação de contas financeira. Todas essas atividades são gerenciadas por meio de planilhas e informações de controle do SICONV.

Com relação à fiscalização in loco, o IPHAN, além de sua sede em Brasília, conta com uma Superintendência em cada Estado do Brasil para atuar no acompanhamento e fiscalização dos convênios celebrados. Essa gestão não se concentra apenas no IPHAN/SEDE. Desde o ano de 2010, as Superintendências Regionais têm celebrado, executado, fiscalizado e analisado as prestações de contas de convênios que são firmadas em cada Unidade.

A atribuição de realizar a fiscalização in loco da execução do objeto conveniado é do Fiscal de cada convênio na sua área de execução. Os fiscais são designados por meio de Portaria publicada no Boletim Administrativo Eletrônico – BAE, assinada e aprovada pela Presidente deste Instituto. Com o intuito de alinhar os procedimentos entre os servidores e as superintendências envolvidas na gestão dos convênios, o IPHAN regulamentou, por meio da Portaria nº 542, de 14 de novembro de 2014, a Norma Interna de Gestão de Convênios. Este documento estabelece os procedimentos e responsabilidades de cada unidade envolvida na celebração, execução e prestação de contas.

Além disso, em 2014 iniciou-se o trabalho para a criação da Cartilha de Fiscalização e Acompanhamento dos Convênios com vistas a orientar e trazer mais efetividade aos trabalhos dos fiscais. Ademais, esta Coordenação passou a encaminhar mensagens informativas semanais relativas à temática dos convênios aos servidores envolvidos diretamente ou indiretamente a este instrumento. Essa iniciativa criou um novo canal de comunicação entre os servidores.

• **Análise da efetividade das transferências como instrumento de execução descentralizada das políticas públicas a cargo da UPC.**

As transferências voluntárias realizadas pelo IPHAN têm como objetivos a Preservação dos Patrimônios Material e Imaterial Brasileiro. A efetividade dessas transferências pode ser verificada nos produtos apresentados ao final da execução de cada projeto.

Preservar o Patrimônio Cultural é um ato de grande importância no que se refere ao crescimento social e cultural de um povo. Por meio da execução desses projetos, o IPHAN e seus parceiros garantem a preservação, a difusão e a apropriação dos patrimônios material e imaterial. Nesse sentido, o maior beneficiado é o cidadão brasileiro.

2.3.3.1 Informações sobre a estrutura de pessoal para análise das prestações de contas

Atualmente, a Divisão de Prestação de Contas – DICONT, área responsável pela análise das contas dos instrumentos de transferências voluntárias celebrados por este Instituto, é composta por uma servidora e dois terceirizados que desenvolvem o apoio administrativo na execução das tarefas.

Além disso, todas as atividades desenvolvidas para análise das prestações de contas são gerenciadas por meio de planilhas e informações de controle do SICONV.

2.3.4 Informações sobre a execução das despesas

Quadro 2.3.4.1 – Despesas por Modalidade de Contratação

Unidade Orçamentária: IPHAN	**Código UO:** 42204		**UGO:** 403101	
Modalidade de Contratação	**Despesa Liquidada**		**Despesa paga**	
	2015	**2014**	**2015**	**2014**
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	**92.968.709,71**	**73.732.732,82**	**70.575.206,56**	**65.675.832,60**
a) Convite	23.500,00	48.364,07	0,00	48.364,07
b) Tomada de Preços	4.400.291,78	10.085.302,65	2.808.845,97	8.070.992,95
c) Concorrência	22.037.697,13	12.698.415,22	11.731.146,80	8.204.874,59
d) Pregão	50.751.227,58	49.400.227,38	48.223.209,77	49.106.600,99
e) Concurso	293.000,00	245.000,00	293.000,00	245.000,00
f) Consulta	0,00	0,00	0,00	0,00
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas	15.462.993,22	1.255.423,50	7.519.004,02	0,00
2. Contratações Diretas (h+i)	**17.993.307,09**	**24.078.320,98**	**17.300.196,46**	**23.330.065,02**
h) Dispensa	15.153.575,23	20.909.676,00	14.528.595,28	20.819.517,84
i) Inexigibilidade	2.839.731,86	3.168.644,98	2.771.601,18	2.510.547,18
3. Regime de Execução Especial	**18.461,87**	**40.229,84**	**18.461,87**	**40.229,84**
j) Suprimento de Fundos	18.461,87	40.229,84	18.461,87	40.229,84
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	**168.696.259,53**	**154.431.128,07**	**168.696.259,53**	**154.430.489,31**
k) Pagamento em Folha	167.093.593,85	152.820.517,08	167.093.593,85	152.819.878,32
l) Diárias	1.602.665,68	1.610.610,99	1.602.665,68	1.610.610,99
5. Outros	**25.402.940,66**	**24.553.942,70**	**21.797.808,24**	**23.419.251,69**
6. Total (1+2+3+4+5)	**305.079.678,86**	**276.836.354,41**	**278.387.932,66**	**266.895.868,46**

Fonte: COFIN/CGPLAN/DPA/IPHAN

Quadro 2.3.4.2 Despesas por grupo e elemento de despesa

Unidade Orçamentária: IPHAN				**Código UO:** 42204		**UGO:** 403101	
DESPESAS CORRENTES							
Grupos de Despesa	**Empenhada**		**Liquidada**		**RP não processados**		**Valores Pagos**	
1. Pessoal	**2015**	**2014**	**2015**	**2014**	**2015**	**2014**	**2015**	**2014**
319001 - Aposentadoria e Reformas	51.505.661,01	48.830.309,16	51.505.661,01	48.830.309,16	-	-	51.505.661,01	48.830.309,16
319011 - Venc. E Vantagens Fixas - Pessoa Civil	73.063.646,11	70.595.490,93	73.063.646,11	70.595.490,93	-	-	73.063.646,11	70.595.490,93
319113 - Obrig. Patron. - Op. Infra - Orçamentárias	14.238.450,91	13.873.722,79	14.238.450,91	13.873.722,79	-	-	14.238.450,91	13.873.084,03
Demais elementos do grupo	28.288.298,96	16.276.682,70	28.288.298,96	16.020.764,12	2.463,14	64.298,35	28.285.835,82	19.520.994,20
3. Outras Despesas Correntes								
339037 - Locação de Mão de Obra	43.031.548,11	45.508.535,92	39.653.399,22	38.737.680,53	3.378.148,89	6.770.855,39	38.680.028,11	38.501.200,33
339039 - Outros Serv. De Terceiros - Pessoa Jurídica	36.201.623,38	63.009.906,02	26.281.499,48	36.724.477,88	9.920.123,90	26.285.428,74	23.704.515,59	35.490.091,58
339041 - Contribuições	8.676.967,16	11.569.552,31	2.559.174,52	6.953.963,34	6.117.792,64	4.615.858,97	2.559.174,52	6.498.438,37
Demais elementos do grupo	16.120.566,54	15.040.015,26	15.058.210,37	14.023.025,64	1.062.356,17	1.016.989,62	14.792.160,94	14.002.923,48

DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	**Empenhada**		**Liquidada**		**RP não Processados**		**Valores Pagos**	
4. Investimentos	**2015**	**2014**	**2015**	**2014**	**2015**	**2014**	**2015**	**2014**
443041 - Contribuições	28.489.441,64	43.376.032,08	13.935.900,06	8.803.755,86	14.553.541,58	34.572.276,22	10.331.234,60	8.124.607,88
449051 - Obras e Instalações	59.997.851,71	56.087.579,49	40.135.572,98	17.816.177,70	19.862.278,73	38.271.401,79	20.924.723,67	10.507.737,74
449052 - Equip. e Material Permanente	754.449,75	2.411.343,69	362.268,38	910.590,76	392.181,37	1.500.752,93	302.441,38	910.590,76
Demais elementos do grupo	353.360,56	751.616,44	60,00	46.165,62	353.300,56	-	705.450,82	40.400,00

Fonte: COFIN/CGPLAN/DPA/IPHAN

Análise crítica da realização da despesa

No que concerne às contratações diretas, mediante dispensa de licitação, cabe destacar que o IPHAN possui superintendências e unidades especiais em todo o territorial nacional, as quais efetuam contratações de pequeno valor para aquisição de materiais de consumo e suprimentos, além da contratação de serviços junto a entidades da administração pública federal, tais como Imprensa Oficial e treinamento de servidores.

Quanto aos efeitos na gestão orçamentária provocados pelas limitações orçamentárias e financeiras, ressalta-se que no biênio 2014/2015 o IPHAN, a exemplo de outros órgãos e entidades da administração pública federal, sofreu cortes de seus limites orçamentários ao longo desses exercícios, tendo seus limites recompostos normalmente ao final de cada ano.

2.4 Apresentação e análise de indicadores de desempenho

O Mapa Estratégico permite acompanhar o desempenho do órgão conforme prioridades estabelecidas e mensurado de acordo com os indicadores construídos. O balanço do período 2013/2015 mostra que dos 29 indicadores, apenas dezessete (17) tiveram desempenho igual ou maior que 75%. Doze indicadores evidenciam dificuldades de implementação e de resultados, não tendo atingido 75% das metas inicialmente estipuladas, sendo sete em situação crítica, não tendo atingido nem metade da meta estipulada.

O indicador do Objetivo 3 - Projetos contemplados em editais de fomento – teve o seu desempenho comprometido em função de restrições orçamentárias para Editais de Fomento no ano de 2015.

A figura abaixo traz o resumo dos indicadores do Mapa Estratégico. Os que estão com realce em verde são os que foram priorizados em 2015 e atingiram ao menos 75% das metas inicialmente estipuladas.

Resultado do ano de 2015: indicadores Mapa Estratégico (fonte Geplanes em 10 de março de 2016)

	Objetivo	Indicador	Meta	Realizado	%
1	AMPLIAR A REPRESENTATIVIDADE	Identificação da sociedade com o Iphan	0	0	
2	POTENCIALIZAR O PATRIMÔNIO CULTURAL COMO VETOR DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E INCLUSÃO SOCIAL	Acessibilidade Universal aos Edifícios e Espaços Públicos	50	37,3	75
		Beneficiários de baixa renda atendidos por ações do IPHAN	50	28,5	57
		Ações que contribuam com a inclusão social e acesso a direitos sociais e cult.	600	19	3
		Imóveis com uso e manutenção	68,7	57,3	83
3	FOMENTAR AS INICIATIVAS DA SOCIEDADE VOLTADAS PARA O PATRIMÔNIO CULTURAL	Número de projetos aprovados pelo IPHAN aptos aos recursos PRONAC	60	61	102
		Projetos contemplados em editais de fomento	50	-78	-156
		Valor captado via Lei Rouanet para os projetos aprovados pelo IPHAN	45.000.000	30.696.418	68
4	ESTRUTURAR A POLÍTICA E O SISTEMA NACIONAL DO PATRIMÔNIO CULTURAL	Execução do projeto da Política e do SNPC	6,7	3,4	51
		Municípios que possuem legislação e política de patrimônio	5	2,5	50
		Unidades federativas que possuem legislação e política de patrimônio	50	25	50
5	FORTALECER A GESTÃO DOS BENS ACAUTELADOS PELO IPHAN	Bens imóveis fiscalizados	100	200,61	201
		Bens reconhecidos com normativas publicadas	28	0	0
		Implantação do sistema Fiscalis	100	75	75
		Relatórios de Monitoramento de Bens Registrados elaborados	19	31,75	167
6	FORTALECER A COOPERAÇÃO INTERNACIONAL NO CAMPO DO PATRIMÔNIO CULTURAL	Ações do IPHAN decorrentes de Acordos Internacionais	60	87,5	146
		Participação do IPHAN em fóruns internacionais	43	67	156
7	FORMAR E APERFEIÇOAR GESTORES E AGENTES NA ÁREA DO PATRIMÔNIO CULT	Gestores e Agentes capacitados na gestão do Patrimônio Cultural	238	238	100
8	AMPLIAR O ACESSO E DISSEMINAR INFORMAÇÃO SOBRE O PATRIMÔNIO CULTURAL	Acervos institucionais disponibilizados pelo projeto Rede de Arquivos IPHAN	30	67	223
		Acesso ao site e redes sociais (acumulado)	1.740.000	13.851.887	796
		Casas do Patrimônio com Acordo de Cooperação Técnica	8	9	113
9	IMPLANTAR GESTÃO ESTRATÉGICA POR RESULTADOS	Aquisição de Competências	41	99	241
		Execução dos planos de apoio à implantação dos processos da Carta ao Cidadão	82	41,6	51
		Projetos alinhados ao Mapa Estratégico	100	80	80
		Tempo de resposta às demandas da sociedade	29	0	0
10	APERFEIÇOAR A GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DO CONHECIMENTO	Execução Geral do PDTI	60	21,25	35
		Implementação da política de gestão documental	20	10	50
		Índice de Conhecimentos Disseminado	0	0	
		Índice de Governança de TI	45	40	89
11	INSTITUIR POLÍTICA E PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO E VALORIZAÇÃO DOS SERVIDORES	Execução da Política de Gestão de Pessoas	100	75	75

Há que se rever esses indicadores e respectivas iniciativas pretendidas, para superar os desafios encontrados na implementação, fazer ajustes e planejar outras formas de atingir os resultados esperados.

3. GOVERNANÇA

3.1 Descrição das estruturas de governança

Fazem parte da Estrutura de Governança do IPHAN o Departamento de Planejamento e Administração – DPA, o Gabinete da Presidência, a Procuradoria Federal – PF e a Auditoria Interna – AUDIN, tendo como apoio à Governança o Comitê Gestor de Tecnologia da Informação.

A Estrutura de Governança do IPHAN está organizada da seguinte forma (Decreto 6.844/2009): Diretoria Colegiada, composta pelo Presidente do órgão e cinco Diretores e possui poder deliberativo. A Diretoria Colegiada se reúne com regularidade e delibera sobre assuntos de interesses das partes interessadas do patrimônio cultural e dos cidadãos, a fim de melhor atender as demandas, elevar o desempenho e aumentar o grau de transparência da atuação do IPHAN. Atua de forma efetiva na definição das políticas sobre o ambiente de controle, tendo dado bastante ênfase e firmado, por ocasião do processo de construção do seu planejamento estratégico e da Carta ao Cidadão, o conjunto de valores éticos, compromissos e condutas obrigatórios a serem observadas na prática de todos os servidores do IPHAN; o Conselho Consultivo – com 9 representantes de Institutos e Associações de Classe e 13 membros da Sociedade Civil – com competência para examinar, apreciar e decidir sobre questões relacionadas ao tombamento, ao registro de bens culturais de natureza imaterial e à saída de bens culturais do País e opinar acerca de outras questões relevantes propostas pelo Presidente; o Comitê Gestor – com representantes das 27 Superintendências do órgão nos Estados, pelos Diretores, Procurador Chefe, Diretores das Unidades Especiais e Presidente do Instituto – contribui para formulação de politicas públicas de preservação do patrimônio cultural, na formulação do planejamento estratégico e no orçamentário, no desenvolvimento de politica de recursos humanos, elaboração de normas técnicas e administrativas de abrangência nacional e propõe ações de articulação interinstitucional de preservação do Patrimônio Cultural; a Auditoria Interna – estrutura orgânica de controle do Instituto diretamente subordinada à Presidente do órgão, cujas atribuições e competências estão descritas neste relatório, cabendo-lhe, de modo suplementar, exames de conformidade do desempenho dos componentes e instrumentos do controle interno do IPHAN, favorecendo o alcance dos objetivos estratégicos projetados, mediante redução, a níveis aceitáveis, dos riscos relacionados à atuação do Instituto. Cabe ainda a AUDIN, conforme atribuições regimentais, assessorar, orientar, acompanhar e avaliar os atos de gestão administrativa, orçamentária, financeira, contábil, de material, patrimonial, operacional e de pessoal quanto à legitimidade, economicidade, eficiência, eficácia, efetividade e ao cumprimento da legislação pertinente; acompanhar a implementação das recomendações e determinações de medidas saneadoras apontadas pelos órgãos/unidades do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal e do Tribunal de Contas da União; coordenar as ações necessárias, objetivando prestar informações, esclarecimentos e oferecer razões de justificativa aos órgãos de controle interno e externo; auxiliar na elaboração de relatórios e expedientes, relacionados com as diligências promovidas pelos órgãos e unidades do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal e do Tribunal de Contas da União; elaborar o Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna – PAINT e o Relatório Anual de Atividades da Auditoria Interna – RAINT; examinar e emitir parecer sobre a Prestação de Contas Anual do IPHAN e em Tomadas de Contas Especiais, segundo diretrizes emanadas do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal e do Tribunal de Contas da União; promover diligências e elaborar relatórios por demanda da Presidência e das Diretorias; e orientar a Presidência, as Diretorias, o Comitê Gestor, as Superintendências do IPHAN nos Estados e Distrito Federal e as Unidades Especiais, nos assuntos de sua competência.

Como apoio à Governança o órgão conta com o Comitê Gestor de Tecnologia da Informação - COGESTI, instituído pela Portaria nº 235, de 20 de julho de 2010, publicada em 4 de agosto do mesmo ano. Seu

principal objetivo é deliberar sobre planejamento, orçamentação, investimentos, priorização e gerenciamento de riscos de toda a Política de Tecnologia da Informação do IPHAN, por meio de reuniões regulares de seus membros: os Diretores de Departamentos, o Chefe de Gabinete e o Coordenador-Geral de Tecnologia da Informação. A composição e o funcionamento do COGESTI obedecem ao disposto em seu Regimento Interno, instituído pela supracitada Portaria nº 82, de 2012, Devido à natureza de suas deliberações, o COGESTI é o ator estratégico da Governança de TI no IPHAN.

3.2 Informações sobre Dirigentes e Colegiados

Quadro 3.2 Informações sobre Dirigentes e Colegiados

Colegiado	Composição, critério de escolha e perfil	Papeis e funcionamento
Diretoria	Presidente do IPHAN e quatro Diretores	Estabelecer diretrizes e estratégias do IPHAN; deliberar sobre os planos de ação e as propostas referentes ao processo de acompanhamento e avaliação da execução das agendas do IPHAN, observando as diretrizes e estratégias estabelecidas; examinar, opinar e decidir sobre questões relacionadas à proteção e à defesa dos bens culturais; deliberar sobre diretrizes, critérios, normas e procedimentos para a proteção dos bens culturais; apreciar e deliberar sobre propostas de edição de normas de abrangência nacional; coordenar a Política Nacional do Patrimônio Cultural e o Sistema Nacional do Patrimônio Cultural.
Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural	Presidente do IPHAN, nove representantes de instituições públicas e privadas e 13 representantes da sociedade civil, com especial conhecimento nos campos de atuação do IPHAN, indicados pela presidência do Instituto e designados pelo Ministério da Cultura. O mandato dos conselheiros é de quatro anos, permitida a recondução, conforme estrutura regimental decretada.	Examinar, apreciar e decidir sobre questões relacionadas a tombamentos, a registros de bens culturais de natureza imaterial, a saídas temporárias do País de bens culturais protegidos por lei, além de opinar acerca de outras questões relevantes propostas pelo presidente do IPHAN.
Comitê Gestor	Titulares das 27 Superintendências nos Estados, Diretores, Procurador Chefe, Diretores das Unidades Especiais e Presidente do Instituto, de acordo com a estrutura regimental decretada e Regimento Interno.	Colaborar na formulação, consecução, monitoramento e avaliação das políticas públicas de preservação do Patrimônio Cultural Brasileiro, além de propor ações de articulação com outros órgãos, programas e ações culturais do Ministério da Cultura e com outros setores de interesse do patrimônio. O Comitê deve ainda participar da formulação do planejamento estratégico e orçamentário e do desenvolvimento institucional e da elaboração de propostas diretrizes para implementação do Plano Anual de Ação.

Fonte: Presidência/IPHAN

3.3 Atuação da unidade de auditoria interna

A atuação da Auditoria Interna do IPHAN se dá em obediência ao arcabouço legal constante da seguinte legislação: Decreto 3.591/2000, que dispõe sobre o Sistema de Controle Interno do Poder Executivo do Governo Federal e suas alterações; Instrução Normativa SFC/CGU n.º 01/2001, que define diretrizes, princípios, conceitos e aprova normas técnicas para a atuação do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal; Instrução Normativa SFC/CGU n.º 24/2015, que dispõe sobre o Plano Anual de Auditoria Interna (PAINT), os trabalhos de auditoria realizados pelas unidades de auditoria interna e o Relatório Anual de Atividades da Auditoria Interna (RAINT); bem como nas competências insertas no Decreto n.º 6.844/2009, que Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN e no Regimento Interno.

Segundo o Decreto n.º 6.844/2009, para o órgão Auditoria Interna são previstos dois cargos comissionados, o de Auditor Chefe e de Assistente Técnico. Destaca-se que no final do exercício de 2015 ocorreu a substituição do titular da unidade de Auditoria Interna.

Ressalta-se que os trabalhos da Auditoria Interna abrangem os Departamentos existentes na estrutura organizacional da Sede do IPHAN em Brasília, as Superintendências Regionais nas 27 unidades de Federação, seus Escritórios Técnicos e Parques Históricos, Condomínio do Palácio Gustavo Capanema, além das unidades especiais definidas no Decreto n.º 6.844/2009, totalizando 38 (trinta e oito) unidades gestoras ativas, com visitas in loco e à distância.

a) Estratégia de atuação em relação à unidade central e às unidades ou subunidades descentralizadas, quando houver;

A estratégia de atuação da auditoria interna do IPHAN em relação à sede e às respectivas superintendências e demais unidades ocorre por meio de aproximação com os dirigentes e áreas técnicas com o objetivo de prestar orientações preventivas, utilizando como subsídio os acórdãos do TCU, alterações e modificações ocorridas na legislação, além de acompanhamento via sistemas estruturantes do governo federal e sistemas internos do IPHAN.

Além do auxílio à administração de forma agregar valor a gestão com as orientações pertinentes às unidades administrativas, esta Auditoria também realiza utilização de técnicas e de modelos previstos nas normas de controle, analisando documentos e processos por amostragem, quando cabível, sempre observando as competências regimentais nos limites de atuação e alcance, considerando a sua estrutura em termos de recursos humanos e materiais, para verificar como essas unidades gerenciam os recursos.

b) Informações quantitativas e qualitativas (área de negócio, unidade regional, objeto, etc.) das auditorias e/ou fiscalizações realizadas no exercício de referência do relatório de gestão;

Como já dito, as atividades da auditoria direcionam-se principalmente à orientação aos gestores na prevenção de falhas, saneamento de inconsistências e esclarecimento de dúvidas, visto que, em virtude da força de trabalho reduzida, composta de 4 (quatro) colaboradores, dos quais apenas 02 (dois) são servidores públicos, incluindo o titular da AUDIN, inviabilizou a realização de auditorias e /ou fiscalizações in loco no presente exercício.

Apesar dessas limitações, ao longo do exercício de 2015, foram realizadas acompanhamento das atividades do IPHAN por meio de consulta aos sistemas estruturantes do governo federal (SIAFI, SICONV e SCDP), e análises de processos relacionados às atividades administrativas e finalísticas. Esse trabalho resultou na expedição de 397 documentos, com orientações, recomendações, encaminhamento e acompanhamento de diligências e deliberações dos órgãos de controle externo e interno (TCU e CGU).

Ressalta-se que as ações de controle realizadas coadunam-se com as previstas no Plano Anual de Auditoria Interna, todavia foram executadas outras ações não previstas, tidas como necessárias em razão de fato superveniente.

c) Demonstração da execução do plano anual de auditoria, contemplando avaliação comparativa entre as atividades planejadas e realizadas, destacando os trabalhos mais relevantes, as principais constatações e as providências adotadas pela gestão da unidade jurisdicionada;

No Plano Anual de Auditoria do exercício de 2015, houve a previsão de 11 (onze) ações de controle (correspondentes a 1.072 homens/hora) relacionadas com as atividades meio e fim desta Autarquia.

Dentre os trabalhos mais relevantes realizados, destacam-se o monitoramento das contas junto ao SIAFI, acompanhamento dos processos relacionados à dispensa e inexigibilidade de licitações e da concessão e pagamento de diárias e passagens, além do atendimento das demandas provenientes dos órgãos de controle interno e externo (CGU/PR e TCU).

A partir da ação sistemática da auditoria interna, houve melhoria significativa no processo relacionado às concessões de diárias e passagens, com a publicação do manual que normatiza os procedimentos para a realização dessa atividade.

d) Eventuais redesenho feitos recentemente na estrutura organizacional da unidade de auditoria, inclusive reposicionamento na estrutura da unidade jurisdicionada, demonstrando os ganhos operacionais deles decorrentes;

Conforme previsão constante do Decreto 6.844/2009, ainda vigente, a Auditoria Interna, é um órgão seccional dentro da estrutura organizacional do IPHAN e subordinada diretamente à Presidência do Instituto e, portanto, não houve alteração dessa organização.

3.4 Atividades de correição e apuração de ilícitos administrativos

Sistema de Correição

A execução das atividades de correição no âmbito do IPHAN é realizada em observância as normas aplicáveis para o Direito Administrativo Disciplinar tendo como base legal a Constituição Federal, que veio a ser regulamentada pela lei 8.112/90, e normativo interno, conforme Art. 21, XIV e Art. 115, XII, § 1º e 2º da Portaria nº 92, de 5 de julho de 2012, que aprova o Regimento Interno do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN e delegação regulamentada pela Portaria nº 673/2009, de 16 de outubro de 2009;

Regimento Interno do IPHAN - Portaria nº 92, de 2012:

Art. 21. Ao Departamento de Planejamento e Administração – DPA compete:

...

XIV - coordenar, acompanhar e orientar as atividades relacionadas a procedimentos de caráter disciplinar no âmbito do IPHAN;

...

Art. 115. Ao Presidente incumbe:

...

XII - instaurar, no âmbito do IPHAN, processos de sindicância e processos administrativos disciplinares (PAD), homologar seus resultados e aplicar as sanções cabíveis, bem como decidir acerca das propostas de arquivamento de denúncias e representações;

§1º À exceção dos incisos III, VIII, IX, X e XI, as atribuições contidas neste artigo poderão ser delegadas.

§2º A delegação da competência de que trata o inciso XII deverá obedecer à legislação vigente sobre a matéria.

Portaria nº 673, de 2009:

Art. 2º Delegar competência aos Superintendentes Estaduais e Distrital e aos Diretores de Unidades Especiais para, no desempenho de suas atividades institucionais, praticarem atos de gestão nas seguintes áreas:

...

§ 2º PESSOAL

...

II - Determinar a instauração de processos de sindicância, bem como homologar seus resultados, aplicando aos infratores as sanções cabíveis, observadas as disposições contidas no art. 141 da Lei n.º 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

III - Processos Administrativos Disciplinares - PAD serão instaurados exclusivamente pelo Diretor do Departamento de Planejamento e Administração;

As atividades de correição executadas por este Instituto englobam:

I – Coordenar, acompanhar e orientar as atividades relacionadas a procedimentos de caráter disciplinar no âmbito do IPHAN;

II – examinar denúncias de irregularidades praticadas no âmbito do IPHAN, submetidas à Procuradoria Federal Especializada, e emitir parecer sobre a necessidade ou não de apuração de responsabilidade;

III – Indicar os membros da comissão processante a serem designados pelo Diretor do Departamento de Planejamento e Administração;

IV - examinar e emitir despachos em processos administrativos disciplinares e de sindicâncias nas fases de instauração e julgamento e na de recurso administrativo hierárquico;

V - orientar, supervisionar e acompanhar os trabalhos das Comissões de Processos Administrativos Disciplinares e de Sindicâncias, no que tange a observância de prazos, presteza nas diligências e investigações, forma e conteúdo dos atos processuais, visando aferir a correta aplicação da legislação pertinente;

VI - manter informações atualizadas sobre aos processos disciplinares instaurados, penalidades aplicadas e portarias publicadas;

VII - Dar ciência aos servidores envolvidos do julgamento do processo disciplinar;

VIII - proceder aos cadastramentos dos processos junto ao Sistema CGU PAD;

IX - atender a demanda dos órgãos de controle interno e externo quanto aos procedimentos disciplinares;

X - manter informações atualizadas sobre aos processos disciplinares instaurados, penalidades aplicadas e portarias publicadas;

XI - propor a instauração de Termo Circunstanciado Administrativo, quando for o caso.

Trâmite de processo disciplinar no IPHAN, em fase de mapeamento para definição do procedimento:

A Sede da Instituição, atualmente, segue o fluxo acima, todavia as Unidades descentralizadas do IPHAN possuem competência delegada para instaurar Sindicâncias Investigativa e Acusatória, aplicando aos infratores às sanções cabíveis, observadas as disposições contidas no Art. 141 da Lei 8.112/90.

Visando ensejar o atendimento do presente item, segue o resultado dos eventos apurados no ano de 2015:

Quadro 3.4.1 Informações sobre PAD's e Sindicâncias Punitivas – 2015

INFORMAÇÕES	QUANT.	N° PROCESSO	MEDIDAS ADOTADAS
Processos Administrativos Disciplinares instaurados	11	01450.002384/2015-54	PAD instaurado – Processo encontra-se com a comissão de Processo Administrativo Disciplinar.
		01450.002389/2015-87	PAD instaurado – Processo encontra-se com a comissão de Processo Administrativo Disciplinar.
		01450.002386/2015-43	PAD instaurado – Processo encontra-se com a comissão de Processo Administrativo Disciplinar.
		01450.009028/2013-08	PAD instaurado – Processo encontra-se com a comissão de Processo Administrativo Disciplinar.
		01450.009031/2013-13	PAD instaurado – Processo encontra-se com a comissão de Processo Administrativo Disciplinar.
		01450.009029/2013-44	PAD instaurado – Processo encontra-se com a comissão de Processo Administrativo Disciplinar.
		01450.002401/2015-53	Após o término dos trabalhos da comissão de Processo Administrativo Disciplinar, o processo fora remetido à Procuradoria Federal junto ao IPHAN para manifestação acerca dos trabalhos desempenhados pela comissão e posterior encaminhamento para julgamento.
		01450.002380/2015-76	PAD concluído – A autoridade julgadora concluiu por não aplicar penalidade e arquivar o processo.
		01450.000156/2013-88	PAD instaurado – Processo encontra-se com a comissão de Processo Administrativo Disciplinar.
		01450.007549/2015-84	PAD instaurado – Processo encontra-se com a comissão de Processo Administrativo Disciplinar.
		01450.007558/2015-75	PAD instaurado – Processo encontra-se com a comissão de Processo Administrativo Disciplinar.
Sindicâncias Punitivas instauradas	Nenhuma	Nenhuma	Nenhuma
Processos Administrativos Disciplinares julgados	7	01450.007357/2014-97	PAD concluído – A autoridade julgadora concluiu por não aplicar penalidade e arquivar o processo.
		01450.005976/2013-66	PAD concluído – A autoridade julgadora concluiu por arquivar o processo, em função da prescrição punitiva.
		01450.009003/2013-04	PAD concluído – A autoridade julgadora concluiu por arquivar o processo, em função da prescrição punitiva.
		01450.000673/2014-38	PAD concluído – A autoridade julgadora decidiu por aplicar ao servidor acusado a penalidade de suspensão por 90 (noventa).

		01450.005317/2012-49	PAD concluído – A autoridade julgadora concluiu por não aplicar penalidade e arquivar o processo.
		01400.082411/2014-79	PAD concluído – A autoridade julgadora decidiu por aplicar ao servidor acusado a penalidade de advertência.
		01450.002380/2015-76	PAD concluído – A autoridade julgadora concluiu por não aplicar penalidade e arquivar o processo.
Sindicâncias Punitivas julgadas	1	01421.000802/2013-54	Sindicância concluída – A autoridade julgadora concluiu por não aplicar penalidade e arquivar o processo.
Advertências aplicadas	1	01400.082411/2014-79	PAD concluído – A autoridade julgadora decidiu por aplicar ao servidor acusado a penalidade de advertência.
Suspensões aplicadas	1	01450.000673/2014-38	PAD concluído – A autoridade julgadora decidiu por aplicar ao servidor acusado a penalidade de suspensão por 90 (noventa).
Demissões aplicadas	Nenhuma	Nenhuma	Nenhuma
Destituições de cargo em comissão aplicadas	Nenhuma	Nenhuma	Nenhuma

Fonte: PAD/DPA/IPHAN

Quadro 3.4.2 Irregularidade no Âmbito dos Macroprocessos Finalísticos - 2015

MACROPROCESSO	N° PROCESSO	MEDIDAS ADOTADAS
Gerir Patrimônio Material e Fiscalização	01450.007357/2014-97	PAD concluído – A autoridade julgadora concluiu por não aplicar penalidade e arquivar o processo.
Preservar o Patrimônio Arqueológico	01450.007557/2015-21	Sindicância instaurada – Processo disciplinar está em andamento.

Fonte: PAD/DPA/IPHAN

O IPHAN está atento e em consonância com os preceitos contidos nos arts. 4º e 5º da Portaria nº 1.043, da Controladoria-Geral da União – CGU, consoante demonstrado no relatório, em anexo, extraído do Sistema CGU-PAD.

3.5 Gestão de riscos e controles internos

A alta administração do IPHAN e os atores internos reconhecem o apoio nas orientações dos controles internos para o alcance dos objetivos estratégicos da instituição e para a melhoria do desempenho do Instituto, e tem se mobilizado para promover melhorias, na busca da sistematização de um controle interno mais eficaz. Vem buscando aperfeiçoar a comunicação por entender que é um elemento essencial para concretizar esse objetivo, tanto nos processos internos quanto no relacionamento com a sociedade por meio de diversas mídias. O portal do IPHAN coloca disponíveis os documentos que regem a instituição, e no Boletim de Serviço dá publicidade aos atos administrativos. A estratégia de capacitação dos servidores e a implantação de sistemas de acompanhamento das ações estão sendo desenvolvidos para fortalecer os trabalhos do Instituto, fortalecendo assim todos os mecanismos de controles internos, tais como planejamento, monitoramento e avaliação.

Quanto à avaliação de riscos, mesmo a organização tendo os objetivos e iniciativas explicitados em documentos, não tem sido prática no IPHAN o diagnóstico e tratamento sistematizado de riscos, com ressalva à área de tecnologia de informação (TI), na qual se evidencia a existência de processos de quantificação dos riscos relacionados a processos de contratações. Ressalta-se, que as decisões do Instituto são sustentadas por notas técnicas, documentos estes, que registram a contextualização do tema a ser tratado e, dependendo do caso, os riscos relacionados à segurança jurídica foram diagnosticados assim como os principais fatores que podem impactar o alcance de sua Missão.

4. RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

4.1 Canais de acesso do cidadão

O IPHAN tem direcionado seu foco para a qualificação continuada de seus canais de interação com o cidadão e sociedade no sentido de dar conhecimento e transparência sobre suas práticas, formas de atendimento às demandas, recebimento de solicitações de esclarecimento sobre atividades, requisitos técnicos, legais e outros, assim como, prazos dos resultados dos encaminhamentos efetuados à organização, de forma que, sejam de conhecimento público todos os mecanismos de atendimento às solicitações, reclamações, denúncias, sugestões de melhorias, elogios e outros.

Portal do IPHAN: www.iphan.gov.br

Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão (e-SIC) – Permite que qualquer pessoa, física ou jurídica, encaminhe pedidos de acesso à informação ao IPHAN, por meio do endereço www.acessoainformacao.gov.br/sistema.

As respostas às solicitações podem se dar de acordo com as opções disponíveis no Sistema: pessoalmente, por e-mail ou Correios, com custo para o usuário, e pelo próprio sistema.

Em 2015, foram feitas 236 solicitações de acesso à informação diretamente pelo sistema e-sic, todas respondidas via sistema e e-mail (gráfico I).

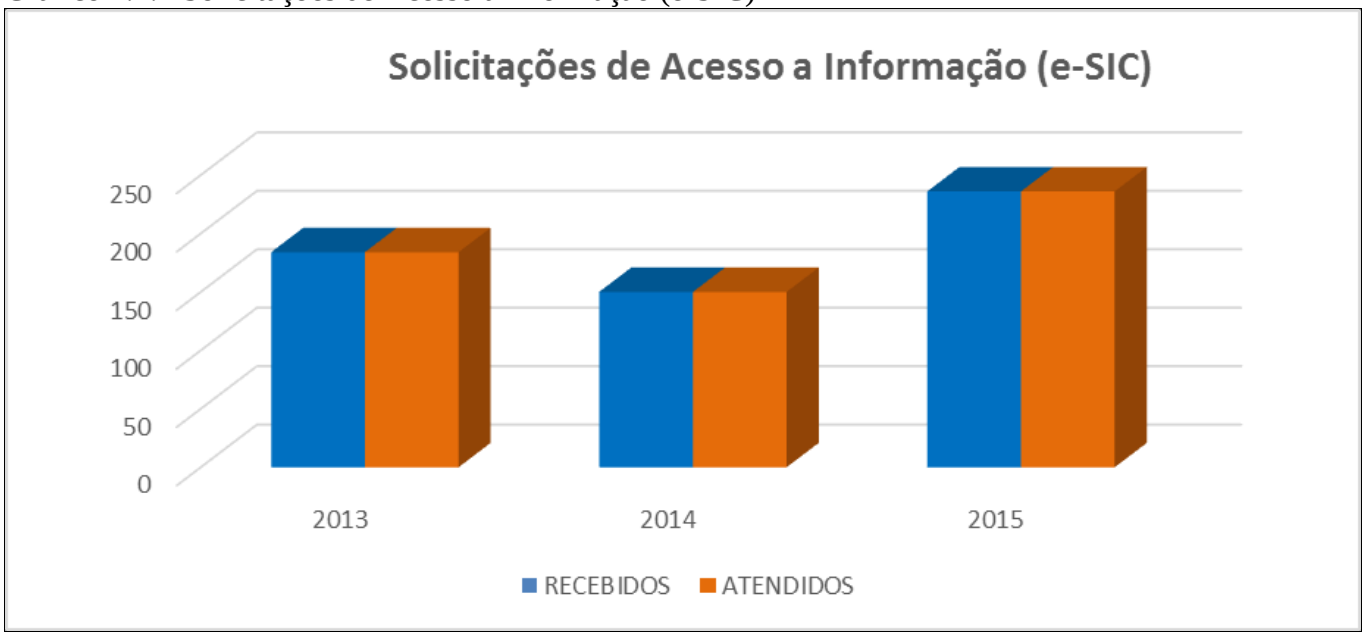
O Instituto tem adotado como prática a ampla divulgação deste serviço, facilitando o acesso ao cidadão a todo tipo de informações referentes às atividades de sua competência.

Com a criação da Lei de Acesso à informação, foi dado um grande passo para a consolidação democrática do Brasil. No que concerne ao IPHAN, constatamos crescente interesse do cidadão enviando-nos suas solicitações referentes às diversas áreas de atuação do Instituto, ampliando o rol de informações a serem acessadas diretamente pelos usuários, contribuindo assim para uma melhor e mais transparente da gestão pública.

O IPHAN tem empreendido esforços contínuos no sentido de observar o princípio da publicidade como preceito geral e do sigilo como exceção determinado pela Lei de Acesso, perseguindo a troca da transparência passiva pela transparência ativa e pela qualificação das informações, com a inserção no seu Portal, do maior número de dados diretamente relacionados às solicitações mais recorrentes que dizem respeito às diversas áreas de atuação do Instituto, ampliando o rol de informações a serem acessadas diretamente pelos cidadãos.

Registre-se que a inexistência de demandas presenciais ou de outro instrumento estabelecido pela Lei de Acesso, é decorrência da iniciativa didática de instruir o cidadão a fazer seu pedido sempre pelo e-SIC, colocando à sua disposição as instalações e as ferramentas previstas para tal finalidade na instituição.

Gráfico 4.1.1 Solicitações de Acesso a informação (e-SIC)



Fonte: Presidência/IPHAN

Fale Conosco (faleconosco@iphan.gov.br) – Este serviço está disponível na organização desde 2013 e recebe solicitações relacionadas a diversas atividades do IPHAN, como informações sobre registros, tombamentos, fiscalizações, denúncias, fomento, pesquisa, entre outras.

São duas as modalidades de serviços prestados pelo Fale Conosco:

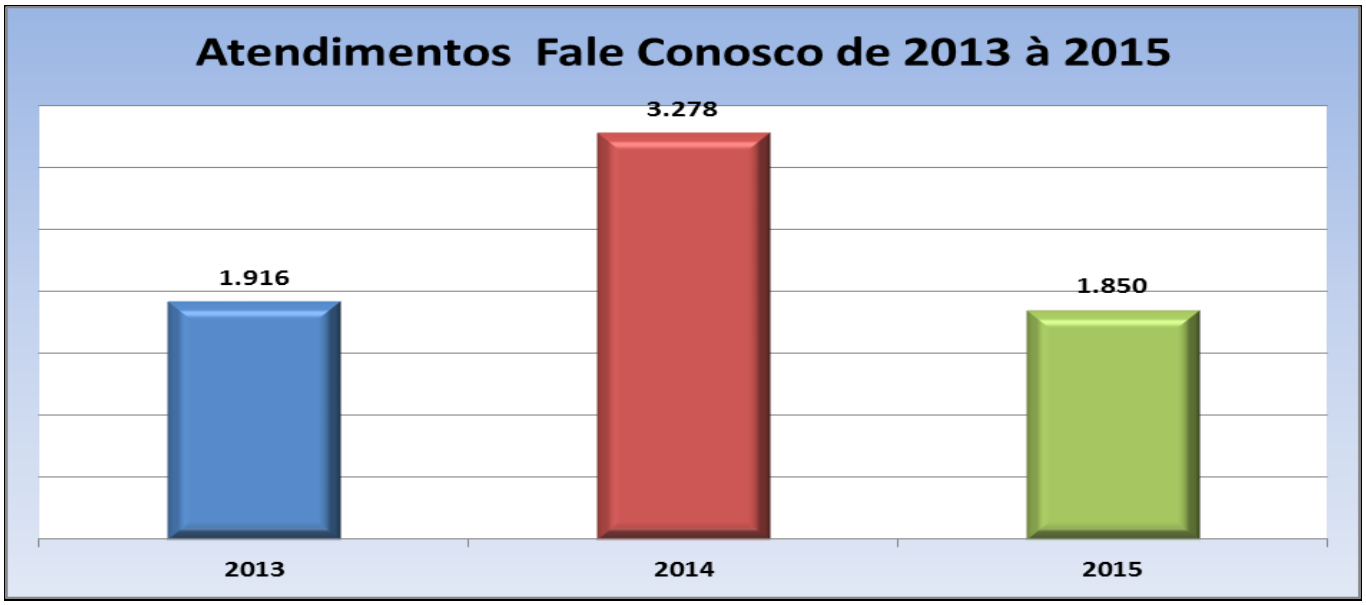
- Atendimento as solicitações de informações gerais – respostas por e-mail e;

- Atendimento as demandas sobre temas técnicos específicos - encaminhadas para as Diretorias e Superintendências do IPHAN, que respondem diretamente ao solicitante.

As unidades administrativas do IPHAN em todo o território nacional também atendem as demandas do cidadão e sociedade de forma regular, de segunda a sexta-feira das 9h às 12h e das 14h às 17h.

No período de 2013 a 2015 o Fale Conosco do IPHAN recebeu 7.044 solicitações, as quais foram atendidas em sua totalidade, conforme gráfico II:

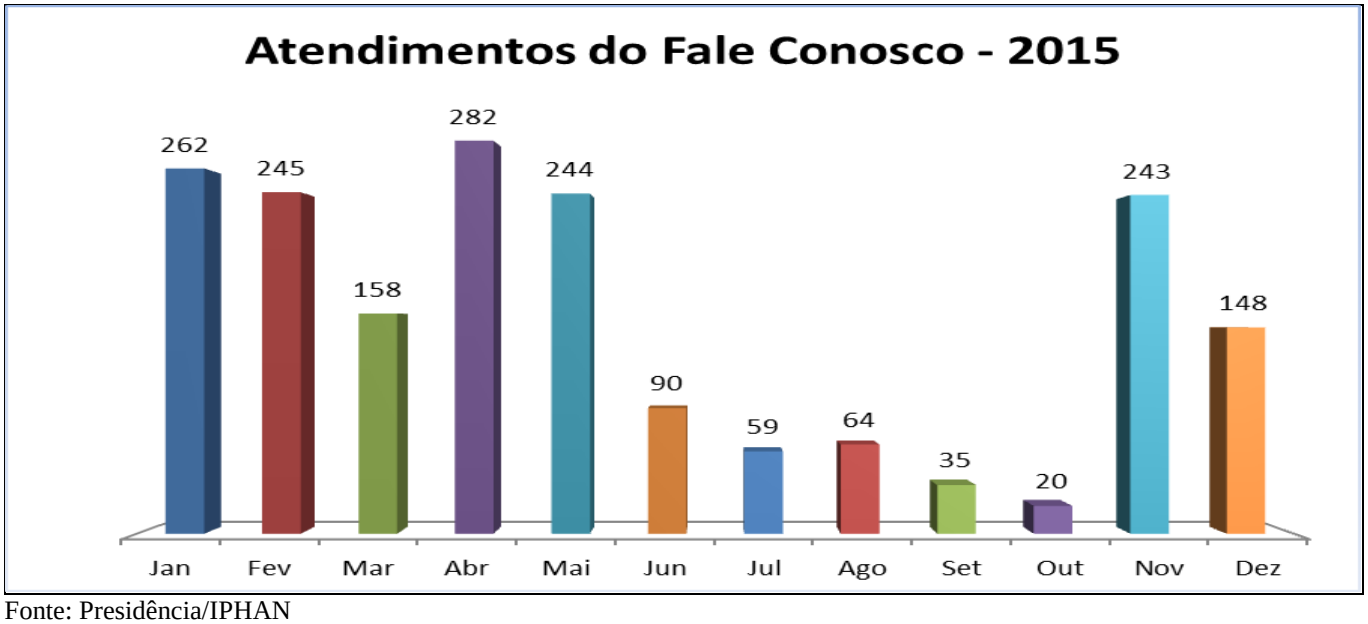
Gráfico 4.1.2 Atendimentos Fale Conosco de 2013 à 2015



Fonte: Presidência/IPHAN

Em 2015 (gráfico III) ocorreu uma queda expressiva no número de atendimentos pelo Fale Conosco no período de junho a outubro de 2015, devido a problemas técnicos decorrentes da transição do antigo Portal do IPHAN para o atual. Também é possível observar no gráfico a seguir que o Fale Conosco tem adotado como prática executar suas atividades com rapidez e apresenta como média o atendimento de 250 mensagens por mês, de acordo com os pressupostos estabelecidos na carta de serviços ao cidadão, que prima pela agilidade de resposta na comunicação entre os órgãos públicos, o cidadão e a sociedade.

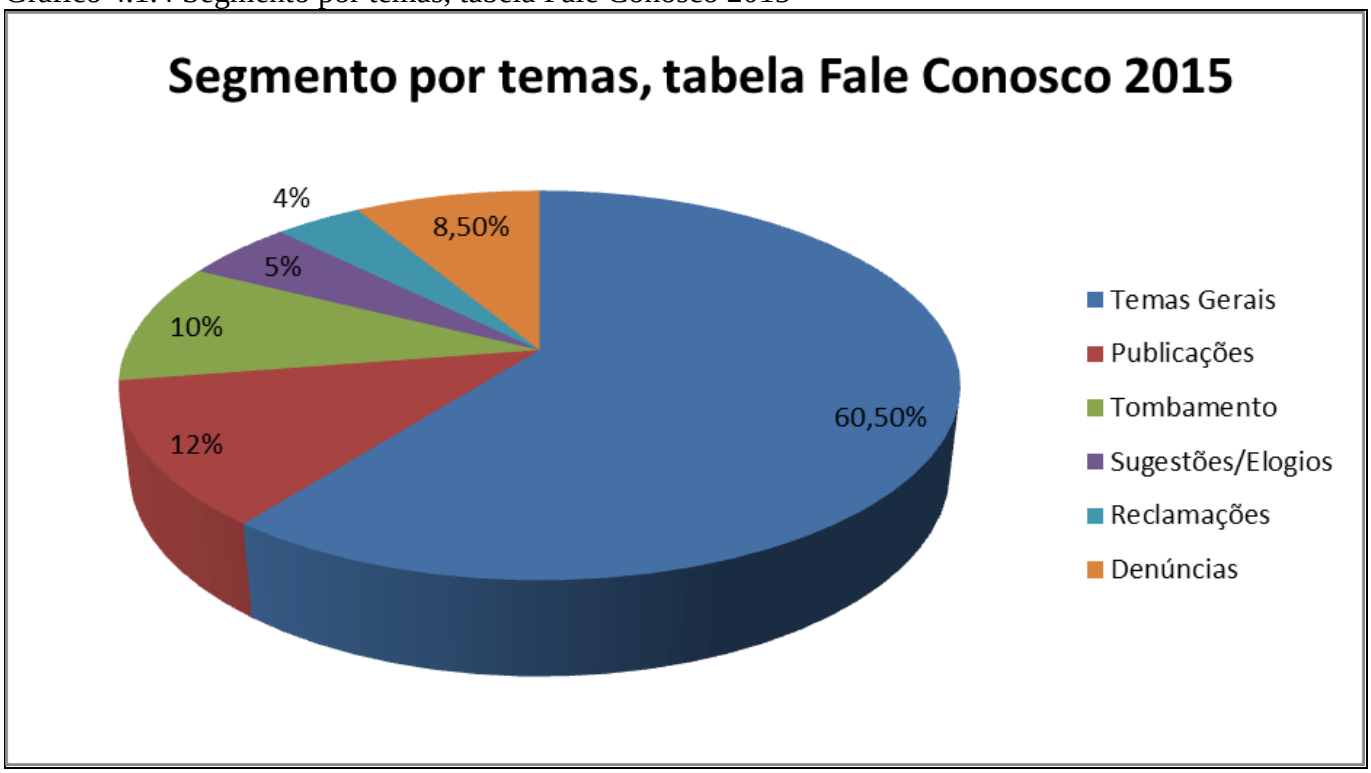
Gráfico 4.1.3 Atendimentos do Fale Conosco - 2015



Fonte: Presidência/IPHAN

O atendimento as demandas sobre temas técnicos específicos em 2015 se deram conforme gráfico IV e aponta um destaque para os temas gerais que responderam por 60,50% dos atendimentos pelo Fale Conosco e um índice de 4% de reclamações.

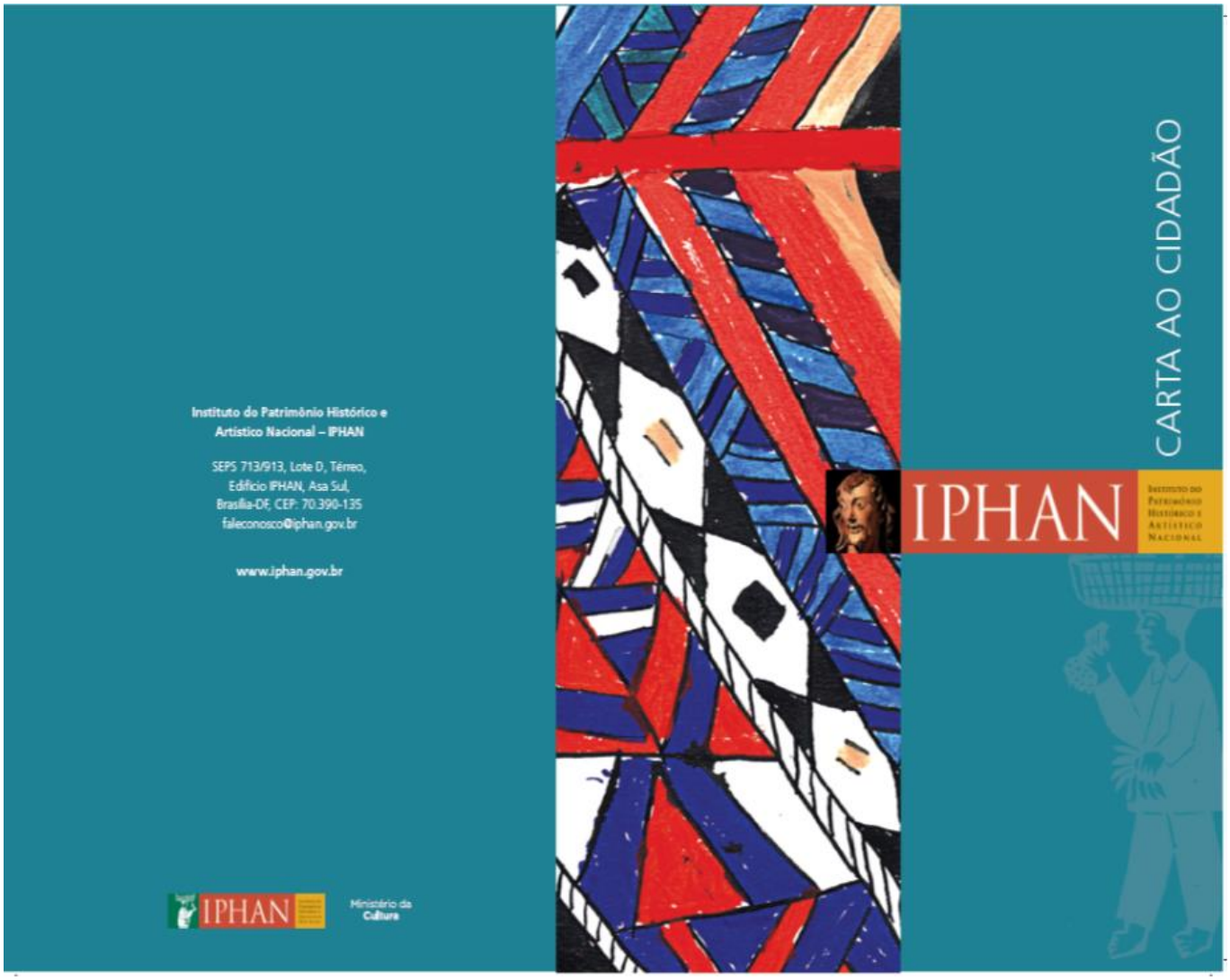
Gráfico 4.1.4 Segmento por temas, tabela Fale Conosco 2015



Fonte: Presidência/IPHAN

A manifestação da sociedade sobre este serviço do IPHAN foi explicitado na Pesquisa de Satisfação e Imagem, realizada em 2014, que apontou como média de satisfação com o Fale Conosco, 59,1%. Observando este resultado como linha de base, a instituição vem envidando esforços pala elevar este índice, que será medido em 2017, com a realização de mais uma pesquisa.

4.2 Carta de Serviço ao cidadão



Fonte: http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/CartaCidadaoweb.pdf

A Carta de Serviços ao Cidadão do IPHAN divulgada à sociedade em 23 de julho de 2014 está voltada para facilitar o acesso e garantir ao cidadão o direito de receber serviços em conformidade com os padrões definidos, tendo como diretrizes a transparência, a interação com a sociedade, a qualidade dos processos e o atendimento ético e resolutivo.

A efetividade dos compromissos firmados está atrelada a qualificação dos processos por meio dos quais os serviços são executados, razão pela qual o IPHAN, mesmo tendo explicitado o seu conjunto de serviços priorizou os que foram elencados no anexo I da referida Carta para serem mapeados e redesenhados.

Neste sentido em 2015, 100% dos processos priorizados foram mapeados e destes estão redesenhados os macroprocessos/processos finalísticos que seguem:

- Um (1), Macroprocesso - Reconhecer bem Imaterial, Processo, Identificar bens Imateriais- (100%);

• Um (1) Macroprocesso - Preservar o Patrimônio Arqueológico, Processo, Gerir Pesquisa e Licenciamento – (75%);

• Um (1) Macroprocesso - Gerir Informação e Documentação, Processo, Disponibilizar Acesso à Informação (acesso aos acervos bibliográficos) – (70%);

• Um (1) Macroprocesso - Gerir Informação e Documentação, Processo, Disponibilizar acesso à informação (acesso a arquivos técnicos e documentos históricos) – (70%);

• Um (1) Macroprocesso - Gerir bens materiais, Processo, Solicitar autorização de Intervenções – (69%);

• Um (1) Macroprocesso - Gerir bens materiais, Processo, Realizar tombamento – (44%);

• Um (1) Macroprocesso - Gerir bens materiais, Processo, Analisar valor histórico artístico e cultural ferroviário – (10%).

O serviço, "Estabelecer a chancela da Paisagem Cultural Brasileira" constante da Carta de Serviços ao Cidadão", foi excluído a pedido do Departamento do Patrimônio Material e Fiscalização – DEPAM, com as seguintes justificativas: "Serviço não pode ser prestado no prazo estabelecido pela Carta, pois o fluxo do processo a ele relacionado carece de redesenho completo e; o IPHAN não tem possibilidade de prestar esse serviço à sociedade, pois não pode operar de modo a confrontar a Portaria nº 127/2009".

A exclusão foi informada a sociedade em 16/07/2015, por meio do sítio do IPHAN:

http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Memorando_depam_Chancela_Paisagem_Cultural.pdf

Quanto aos dois (2) compromissos assumidos: Adotar sistemática de monitoramento e de avaliação de seu desempenho – ênfase nos compromissos da Carta – emitindo informes periódicos para controle dos resultados alcançados e correção de rumos, quando necessário e Avaliar sistematicamente a satisfação dos usuários dos seus serviços e produtos, ambos vinculados ao Macroprocesso – Gerir estratégia e resultados, destes, o primeiro foi parcialmente realizado, o que corresponde a 25% e o segundo, totalmente realizado, o que corresponde a 100%. O primeiro compromisso referido teve seu desempenho comprometido em função da capacidade de implementação dos processos redesenhados, afetos aos compromissos da Carta.

Quadro 4.2 Carta ao Cidadão – Compromisso com melhorias priorizadas

CARTA AO CIDADÃO COMPROMISSO COM MELHORIAS PRIORIZADAS								
COMPROMISSO	**SERVIÇO**	**MACROPROCESSO**	**PROCESSO**	**METAS**	**PADRÃO DE ATENDIMENTO**	**SITUAÇÃO ATUAL**		
						MAPEADOS (%)	**REDESENHADO (%)**	**RESULTADOS OPERACIONAIS**
Racionalizar e qualificar os processos de atendimento aos usuários.	Tombamento de bens culturais de natureza material	Gerir bens materiais	Realizar tombamento	Reduzir em 30% (de 7 anos para 5 anos) o tempo dispendido para o deferimento do tombamento	Até 30 (trinta) dias para informar a abertura de processo administrativo. Até 5 (cinco) anos para informar o deferimento ou indeferimento do tombamento	100	44	Reuniões técnicas de pactuação do redesenho; revisão do redesenho com escritório de processo; revisão de descritores de atividades; elaboração de redação da nova portaria e elaboração de templates.
	Bens culturais do patrimônio cultural ferroviário	Gerir bens materiais	Analisar valor histórico artístico e cultural ferroviário	Reduzir em 30% (de 5 anos para 3 anos e meio) o tempo dispendido para o deferimento do pedido de inscrição	Até 30 (trinta) dias para informar a abertura de processo administrativo. Até 5 (cinco) anos para informar o deferimento ou indeferimento do pedido de inscrição	100	10	Conclusão da implantação prevista para julho de 2016.

CARTA AO CIDADÃO COMPROMISSO COM MELHORIAS PRIORIZADAS								
COMPROMISSO	**SERVIÇO**	**MACROPROCESSO**	**PROCESSO**	**METAS**	**PADRÃO DE ATENDIMENTO**	**SITUAÇÃO ATUAL**		
						MAPEADOS (%)	**REDESENHADO (%)**	**RESULTADOS OPERACIONAIS**
	Registro de bens culturais de natureza imaterial	Reconhecer bem imaterial	Identificar bens Imateriais	Reduzir em 30% (de 3 anos para 2,1 anos) o tempo dispendido para o deferimento do Registro	Até 30 (trinta) dias para informar a abertura de processo administrativo. Até 2 (dois) anos para informar o deferimento ou indeferimento do Registro	100	100	Processo implantado. Primeiro relatório de monitoramento em abril.
	Permissões e autorizaçõ es para a realização de pesquisas arqueológi cas	Preservar o patrimônio arqueológico	Gerir pesquisa e licenciamento	Reduzir em 30% (de 90 dias para 63 dias = 27 dias) o tempo dispendido para emissão de portaria e análise de relatórios	Até 90 (noventa) dias para análises de projetos para emissão de portaria; e até 90 (noventa) dias para análise de relatórios	100	75	Alteração do Gestor em abril. A CTEP está demandando atualização do fluxo em função da nova estrutura criada, a Coordenação Nacional de Licenciamento. Conclusão do planejador de implantação atrasada.

CARTA AO CIDADÃO COMPROMISSO COM MELHORIAS PRIORIZADAS								
COMPROMISSO	**SERVIÇO**	**MACROPROCESSO**	**PROCESSO**	**METAS**	**PADRÃO DE ATENDIMENTO**	**SITUAÇÃO ATUAL**		
						MAPEADOS (%)	**REDESENHADO (%)**	**RESULTADOS OPERACIONAIS**
	Autorização para intervenção em bens imóveis tombados	Gerir bens materiais	Solicitar autorização de Intervenções	Reduzir em 20% (de 45 dias para 36 dias = 9 dias) o tempo dispendido para emissão de autorizações	Até 45 (quarenta e cinco) dias para concessão da autorização	100	69	Processo redesenhado. Planejador sendo executado nos prazos definidos. Conclusão das ações de implantação em junho de 2016.
	Disponibilização de acervo bibliográfico	Gerir Informação e Documentação	Disponibilizar acesso à informação	Ampliar em 10% (de 5.000 para 5.500) o acesso aos acervos bibliográficos	Até 5.000 acessos ao ano	100	70	Processo com previsão de implantação em julho. Em vias de alteração do fluxo em função da operacionalização do novo sistema de acessos da Biblioteca.
	Disponibilização dos arquivos técnicos e documentos históricos	Gerir Informação e Documentação	Disponibilizar acesso à informação	Ampliar em 10% (de 2.000 para 2.200) o acesso aos acervos bibliográficos	Até 2.000 acessos ao ano	100	70	Processo com previsão de implantação em julho. Conclusão do planejador de implantação atrasada.

CARTA AO CIDADÃO COMPROMISSO COM MELHORIAS PRIORIZADAS								
COMPROMISSO	**SERVIÇO**	**MACROPROCESSO**	**PROCESSO**	**METAS**	**PADRÃO DE ATENDIMENTO**	**SITUAÇÃO ATUAL**		
						MAPEADOS (%)	**REDESENHADO (%)**	**RESULTADOS OPERACIONAIS**
Adotar sistemática de monitoramento e de avaliação de seu desempenho – com ênfase nos compromissos assumidos nesta Carta – emitindo informes periódicos para controle dos resultados alcançados e correção de rumos, quando necessário.	Monitoramento e Avaliação	Gerir estratégia e resultados	Monitorar resultados	Monitorar 100% dos compromissos da Carta de Serviço	Disponibilização de monitoramento e ajustes quando necessário a cada trimestre	-	-	Sistemática estabelecida e divulgada internamente.
Avaliar sistematicamente a satisfação dos usuários dos seus Serviços/produtos.	Pesquisa	Gerir estratégia e resultados	Realizar avaliação de satisfação	Aplicar a pesquisa de satisfação do IPHAN juntos aos seus usuários a cada 2 anos	A cada 2 (dois) anos	-	-	Realizada Pesquisa em 2014;Capacitação de servidores sobre e -IPPS. Gov,(sistema disponibilizado pelo Ministério do Planejamento e Gestão) -2015; Organizado grupo para análise e adaptação do instrumento de pesquisa com vistas a aplicação em 2017.

Fonte: Presidência/IPHAN

4.3 Aferição do grau de satisfação dos cidadãos-usuários

O IPHAN optou por utilizar de forma sistemática (a cada dois (2) anos), a aplicação de pesquisa para medir à satisfação dos usuários dos serviços contemplados nos compromissos firmados na Carta ao Cidadão, dentre outros.

Assim, em 2017 será realizada a segunda pesquisa, que permitirá ao Instituto observar se as estratégias adotadas para superar suas oportunidades de melhorias permitiram elevar à Satisfação Geral dos cidadãos/usuários/clientes com os serviços prestados pelo IPHAN, que em 2014 foi de 51,7 %.

4.4 Mecanismos de transparência das informações relevantes sobre a atuação da unidade

Informações referentes à gestão do IPHAN podem ser acessadas pelo seguinte endereço eletrônico:

http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/900.

5. DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

5.1 Tratamento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos

Foi contratado e está sendo implantado o Sistema Integrado de Administração de Serviços – SIADS, que possibilitará ao Instituto atender às demandas previstas nas NBC T 16.9 e 16.10.

5.2 Sistemática de apuração de custos no âmbito da unidade

A despeito de o IPHAN estar cônscio da necessidade de implantação de um sistema de custos, com vistas a possibilitar maior transparência do gasto público, melhorias nos acompanhamentos de indicadores de gestão e o aprimoramento do processo decisório, até o momento não foi possível a implementação de um sistema de custos próprio ou do Sistema de Informação de Custos do Governo Federal – SIC, em grande parte devido à complexidade e disparidade de produtos e serviços que esta Autarquia oferta ao público.

Todavia, este Instituto envidará esforços no sentido de aderir ao SIC, inclusive consideradas as modificações que se fizerem necessárias ao modelo de planejamento e orçamento atualmente utilizado, de forma a propiciar a efetividade na apuração dos custos desta Autarquia.

5.3 Demonstrações contábeis exigidas pela Lei 4.320/64 e notas explicativas

Conforme Anexos e Apêndices.

6. ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO

6.1 Gestão de pessoas

Atuação do IPHAN

O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, por ser uma autarquia atuante em todos os estados do território nacional e no Distrito Federal, apresenta atualmente um déficit em sua força de trabalho, considerando a necessidade de cobertura e intervenção social. Com sede em Brasília, o IPHAN possui em sua estrutura organizacional: 27 superintendências estaduais, 27 representações por escritórios técnicos em cidades históricas, 4 Unidades Especiais, 2 parques históricos e é responsável pela administração do Edifício Palácio Gustavo Capanema.

6.1.1 Estrutura de pessoal da unidade

Força de Trabalho

O IPHAN conta com uma força de trabalho de 1.104 agentes públicos, que é composta conforme demonstrado no quadro a seguir:

Quadro 6.1.1.1 Força de Trabalho da UPC

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	0	835	17	41
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	0	835	17	41
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	0	758	8	34
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	0	45	7	4
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	0	2	0	0
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	0	30	2	3
2. Servidores com Contratos Temporários	163	141	52	7
3. Servidores Sem Vínculo com a Administração Pública	227	94	22	31
4. Empregados Anistiados em Atividade no órgão	0	34	2	1
5. Total de Servidores (1+2+3+4)	390	1104	93	80

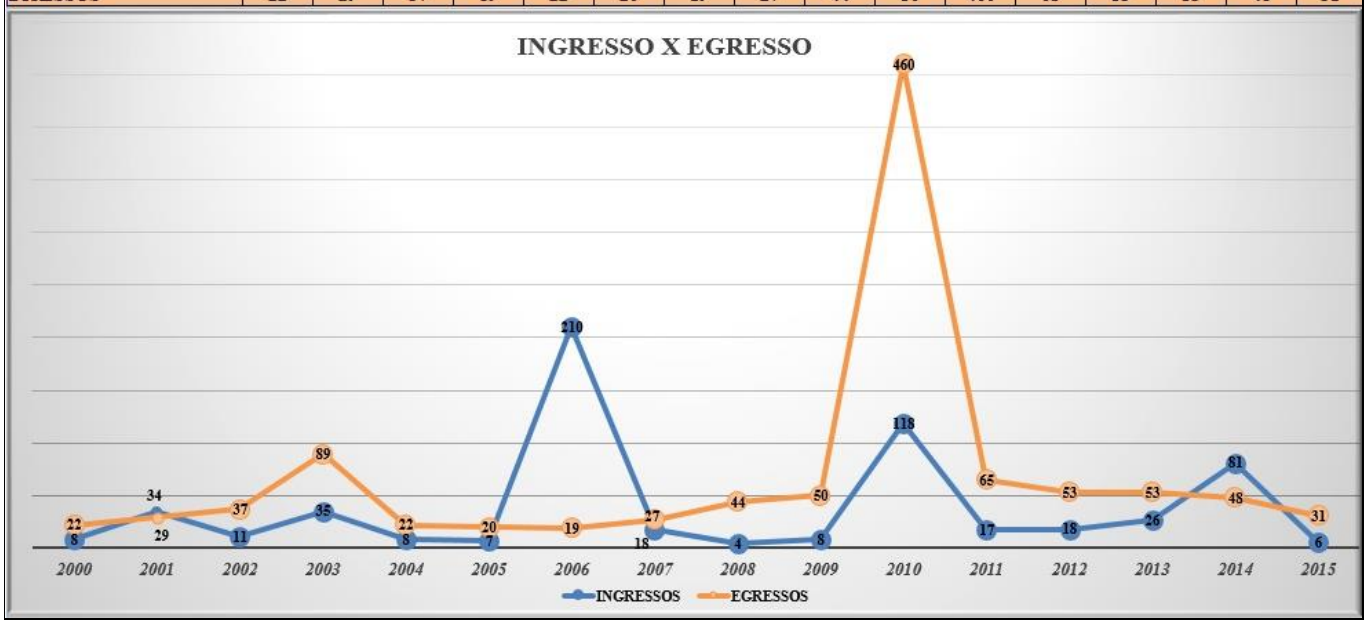
Fonte: COGEP/DPA/IPHAN

Ingresso x Egresso de Servidor

Apesar de ter realizado nos últimos 10 anos, 2 concursos públicos para posse em cargo efetivo e 2 processos seletivos para contratação temporária, e ter número insignificante de servidores afastados ou licenciados, a força de trabalho do IPHAN vem sendo prejudicada pela evasão por aposentadoria e saída de servidores detentores de cargo efetivo, que vislumbram em outros órgãos públicos uma remuneração superior a praticada neste Instituto.

Gráfico 6.1.1.1 Demonstrativo de Ingresso x Egresso

SITUAÇÃO	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
INGRESSOS	8	34	11	35	8	7	210	18	4	8	118	17	18	26	81	6
EGRESSOS	22	29	37	89	22	20	19	27	44	50	460	65	53	53	48	31



Fonte: Relatórios Gerenciais/Demonstrativos para Gestão/COAPE/COGEP/DPA/IPHAN

Cabe registrar que a previsão de aposentadoria até o ano de 2020 é de aproximadamente 408 (quatrocentos e oito) servidores, sendo que deste total 166 (cento e sessenta e seis) estão em abono de permanência e 242 (duzentos e quarenta e dois) já possuem tempo serviço e idade, mas ainda não solicitam o abono de permanência ou complementarão os requisitos para aposentadoria até 2020.

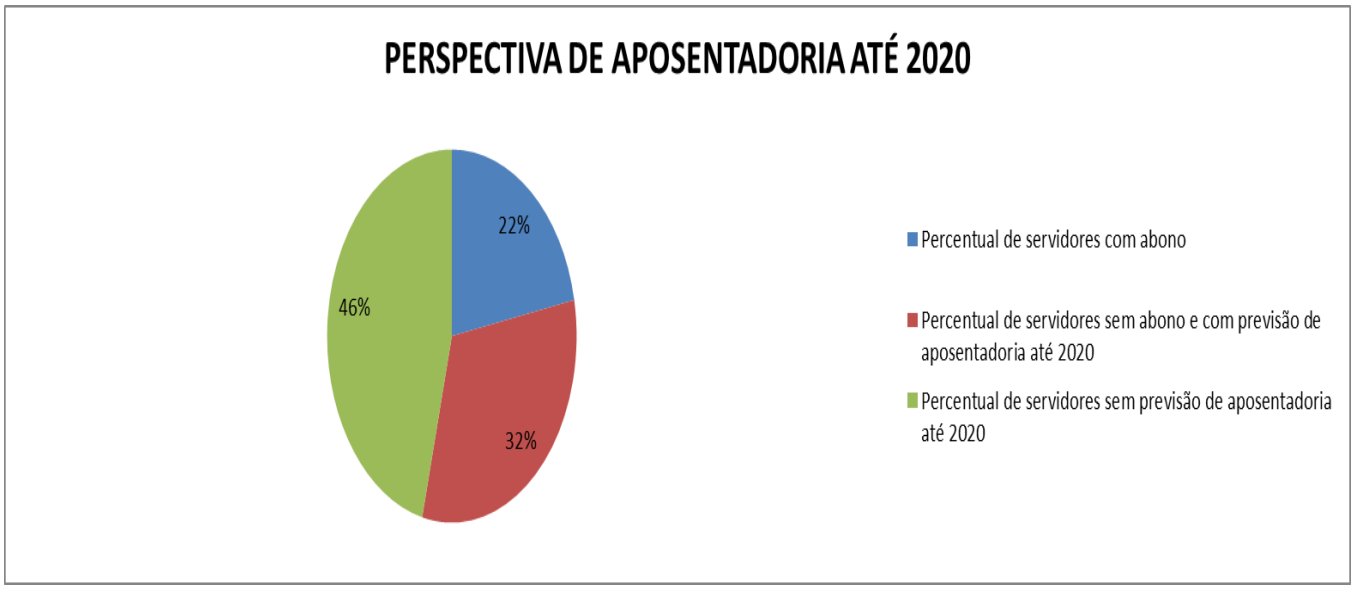
O quantitativo de 408 (quatrocentos e oito) servidores correspondente a 53,82 % (cinquenta e três vírgula oitenta e dois por cento) do quantitativo total de servidores efetivos integrantes do quadro de pessoal do IPHAN, conforme quadro demonstrativo abaixo, o que demonstra a urgente necessidade de recomposição da força de trabalho, por meio de autorização de concurso público de provas ou provas e títulos para provimento de cargos efetivos, sob pena de comprometimento do desempenho, a médio prazo, das atividades finalísticas da Instituição. Cabe ressaltar que atualmente o IPHAN tem 758 servidores de cargo efetivo. O quadro abaixo demonstra o descrito:

Quadro 6.1.1.2 Situação dos servidores ativos

SERVIDORES ATIVOS	ABONO 2015	COM PREVISÃO DE APOSENTADORIA 2015-2020	SEM PREVISÃO DE APOSENTADORIA 2015-2020
758	166	242	350

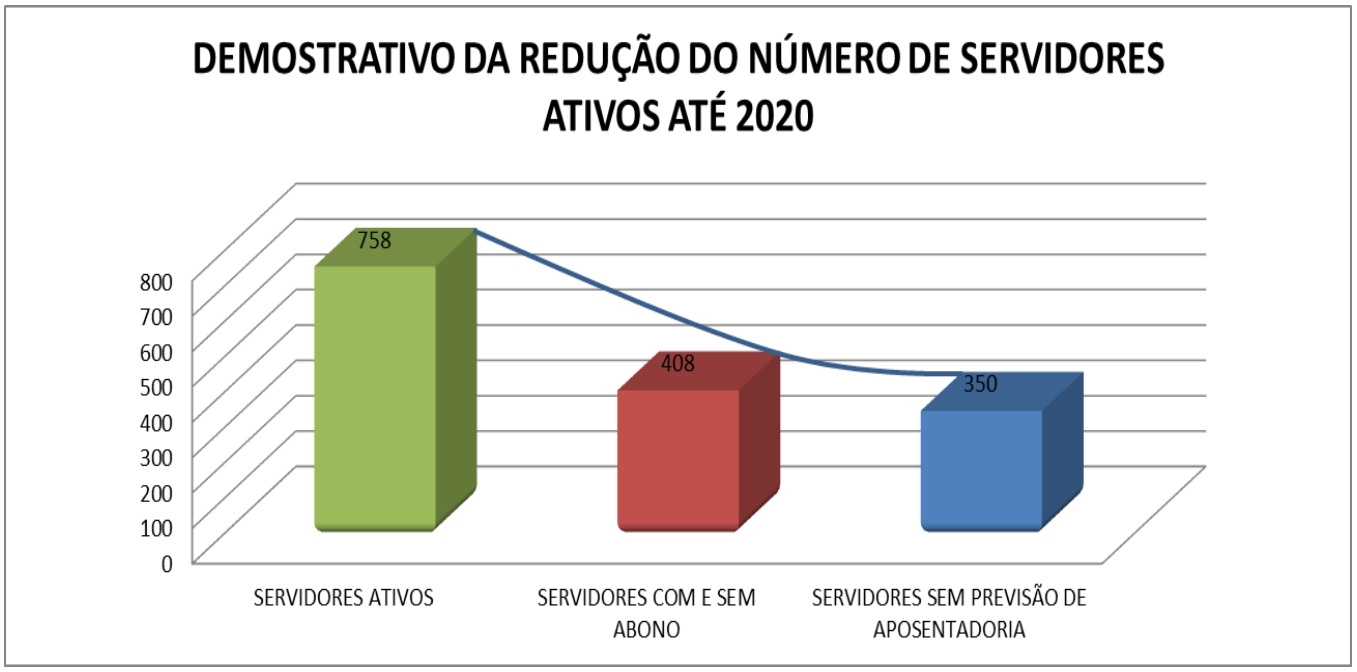
Fonte: COGEP/DPA/IPHAN

Gráfico 6.1.1.2 Perspectiva de aposentadoria



Fonte: COGEP/DPA/IPHAN

Gráfico 6.1.1.3 Demonstrativo da redução do número de servidores ativos



Fonte: COGEP/DPA/IPHAN

Qualificação da Força de Trabalho

Os demonstrativos abaixo apresentam a composição da força de trabalho por escolaridade e nível de formação acadêmica:

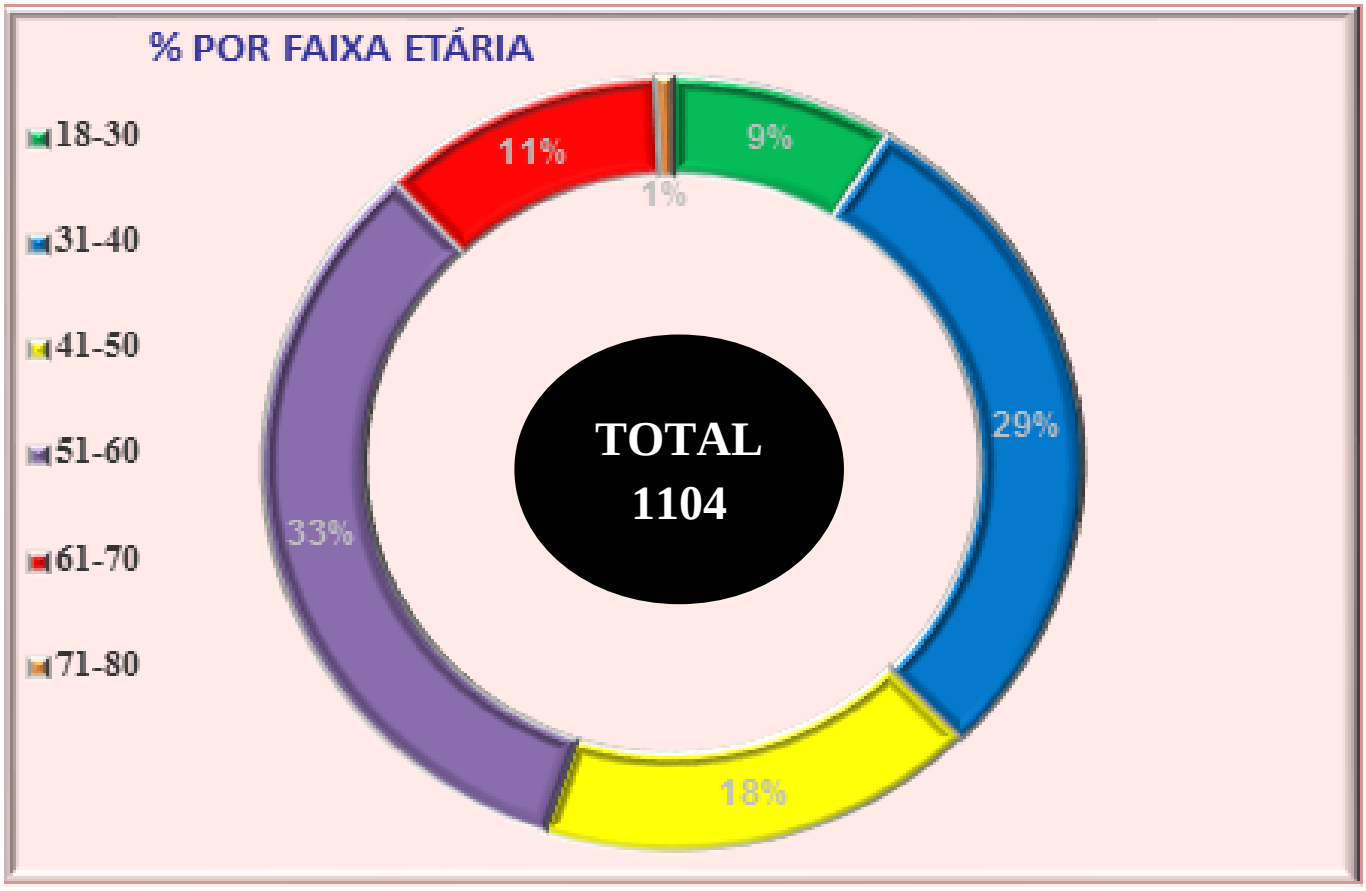
Quadro 6.1.1.3 Força de Trabalho

FORÇA DE TRABALHO	
NÍVEL DE ESCOLARIDADE	**QUANTITATIVO**
Ensino Fundamental	94
Ensino Médio	171
Ensino Superior	839
NÍVEL DE FORMAÇÃO	**QUANTITATIVO**
Graduação	426
Especialização	159
Mestrado	209
Doutorado	45

Fonte: COGEP/DPA/IPHAN

O gráfico a seguir evidencia que a faixa etária dos servidores entre 51 a 60 anos é a mais presente, e corresponde à 33% da força de trabalho do IPHAN.

Gráfico 6.1.1.4 Faixa Etária



Fonte: Relatórios Gerenciais/Demonstrativos para Gestão/COAPE/COGEP/DPA/IPHAN

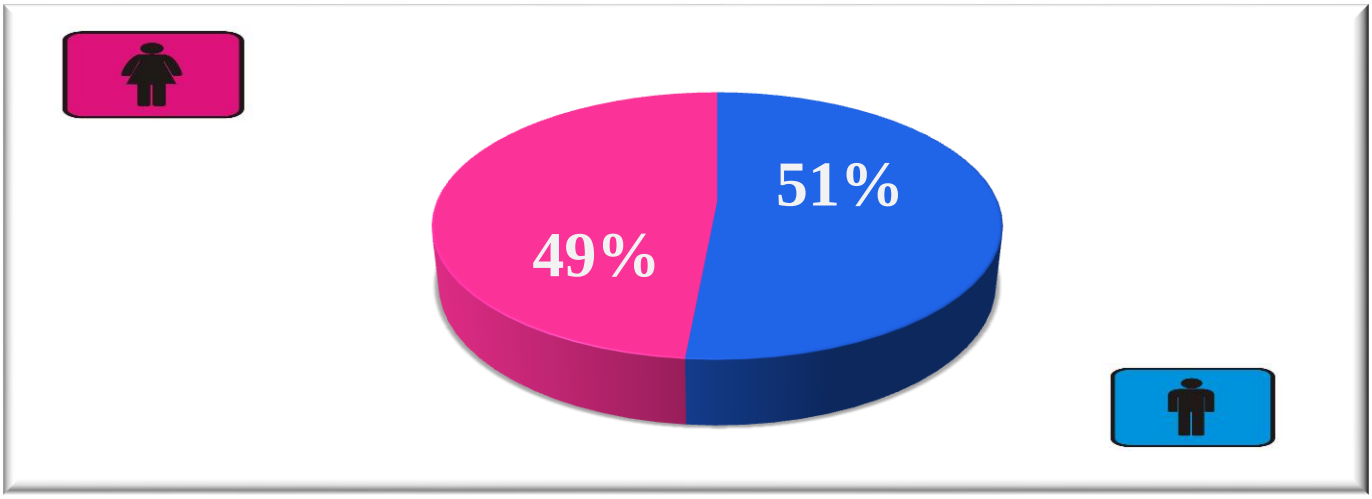
Apenas a titulo de informação, quando discriminada a força de trabalho por gênero, observa-se o equilíbrio no quantitativo:

Quadro 6.1.1.4 Força de trabalho por gênero

GÊNERO	QTD	%
MASCULINO	568	51%
FEMININO	536	49%
TOTAL	**1104**	

Fonte: Relatórios Gerenciais/Demonstrativos para Gestão/ COAPE/COGEP/DPA/IPHAN

Gráfico 6.1.1.5 Força de trabalho por gênero



Fonte: Relatórios Gerenciais/Demonstrativos para Gestão/ COAPE/COGEP/DPA/IPHAN

Distribuição da Força de Trabalho

Em relação à distribuição da força de trabalho, o IPHAN prioriza a área finalística, contando com 726 servidores e 306 servidores atuando na área meio, além de 36 servidores que estão cedidos para outros órgãos da administração pública, conforme demonstrado no quadro 6.1.1.5.

Quadro 6.1.1.5 Distribuição da Lotação Efetiva

Tipologias dos Cargos	Lotação Efetiva	
	Área Meio	Área Fim
1. Servidores de Carreira (1.1)	**247**	**550**
1.1. Servidores de Carreira (1.1.2+1.1.3+1.1.4+1.1.5)	247	550
1.1.2. Servidores de carreira vinculada ao órgão	225	496
1.1.3. Servidores de carreira em exercício descentralizado	15	30
1.1.4. Servidores de carreira em exercício provisório	1	1
1.1.5. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	6	24
2. Servidores com Contratos Temporários	23	118
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	36	58
4. Total de Servidores (1+2+3)	**306**	**727**

Fonte: COGEP/DPA/IPHAN

Cargos em Comissão e Funções Gratificadas

Para demonstrar o comportamento da ocupação dos cargos em comissão e funções gratificadas no IPHAN, discriminando por situação funcional, especificamente no ano de 2015, temos o seguinte quadro:

Quadro 6.1.1.3 Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UPC

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão	**227**	**207**	**41**	**51**
1.1. Cargos Natureza Especial	0	0	0	0
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	227	207	41	51
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	0	91	15	16
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	7	2	2
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	0	15	2	2
1.2.4. Sem Vínculo	**0**	**89**	**20**	**29**
1.2.5. Aposentados	**0**	**5**	**2**	**2**
2. Funções Gratificadas	**171**	**160**	**28**	**29**
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	0	152	26	28
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	6	2	1
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas	0	2	0	0
3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)	**398**	**367**	**69**	**80**

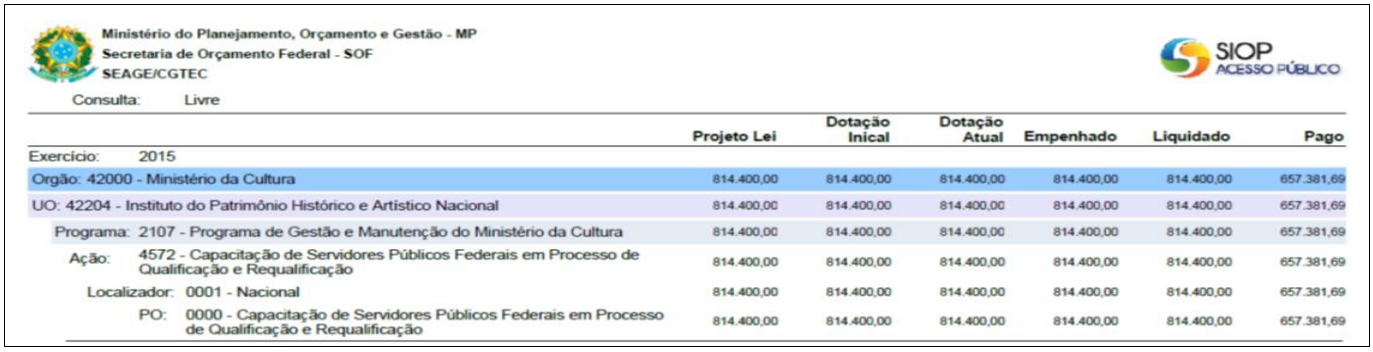
Fonte: COGEP/DPA/IPHAN

Política de Capacitação e Treinamento e Pessoal (Gestão de Pessoas)

Recurso Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação

O recurso para capacitação no exercício de 2015 de R$ 814.400,00 (oitocentos e quatorze mil e quatrocentos reais) foi disponibilizado para execução no mês de março, mesmo com o pouco recurso, que já havia sofrido com cortes no exercício 2014, a meta de capacitação foi cumprida sendo utilizado 100% do recurso disponível.

Execução orçamentária e financeira capacitação de Servidores Públicos



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - MP
Secretaria de Orçamento Federal - SOF
SEAGE/CGTEC

SIOP ACESSO PÚBLICO

Consulta: Livre

	Projeto Lei	Dotação Inicial	Dotação Atual	Empenhado	Liquidado	Pago
Exercício: 2015						
Orgão: 42000 - Ministério da Cultura	814.400,00	814.400,00	814.400,00	814.400,00	814.400,00	657.381,69
UO: 42204 - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional	814.400,00	814.400,00	814.400,00	814.400,00	814.400,00	657.381,69
Programa: 2107 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Cultura	814.400,00	814.400,00	814.400,00	814.400,00	814.400,00	657.381,69
Ação: 4572 - Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação	814.400,00	814.400,00	814.400,00	814.400,00	814.400,00	657.381,69
Localizador: 0001 - Nacional	814.400,00	814.400,00	814.400,00	814.400,00	814.400,00	657.381,69
PO: 0000 - Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação	814.400,00	814.400,00	814.400,00	814.400,00	814.400,00	657.381,69

Fonte: SIOP

Plano Anual de Capacitação 2015

Com o intuito de contribuir para o desenvolvimento dos servidores do IPHAN a CODEP/COGEP/DPA promoveu diversas ações de capacitação ao longo do ano de 2015, conforme previstas no PAC 2015, tais ações objetivaram preparar os servidores para desempenharem suas atribuições com efetividade. Além das ações previstas, foram realizadas/viabilizadas capacitações cuja demanda não havia sido prevista, resultando no cumprimento de mais de 241% da meta de capacitação, contida no Objetivo Estratégico 9 do Mapa Estratégico do IPHAN.

Em maio de 2015 foi encaminhado ao DPA o Plano Anual de Capacitação 2015 produzido a partir da identificação de necessidades de capacitação feita pela CODEP/COGEP/DPA e do levantamento de necessidades apresentado pelas Unidades.

O Plano de Capacitação 2015 foi cumprido em quase 80%, priorizando as demandas de realização de ações internas (turmas fechadas), demandas da área internacional e algumas necessidades de cursos de curta duração encaminhadas pelas Unidades.

A possibilidade de utilização dos recursos de capacitação com pagamento de passagens e diárias possibilitou a realização de alguns eventos de grande porte como o exemplo, três turmas do "Curso Básico de Orçamento", com 81 servidores capacitados, duas turmas do "Programa de Capacitação para os Agentes de Fiscalização do Patrimônio Edificado", com 58 servidores capacitados e o "Encontro Nacional das Áreas Administrativas do IPHAN", com 66 servidores capacitados, dentre outros eventos similares.

Atendimento às demandas do Plano Anual de Capacitação 2015 e/ou demandas extras totalizaram 508 servidores capacitados, que se dividem em demandas encaminhadas pelas Unidades para o Plano de Capacitação 2015, demandas extras realizadas fora do plano, eventos com apoio de diárias e passagens e demandas extras correspondem à 474 servidores, encaminhamentos para concessão e acompanhamento de Licença Capacitação (art. 87 da Lei 8.112/90), 16 servidores, Horário Especial para Servidor Estudante com compensação de carga horária (art. 98 da Lei 8.112/90), 3 servidores, concessão e acompanhamento de Especialização/Pós-Graduação sem afastamento, 2 servidores e Afastamento para pós-graduação – Mestrado, Doutorado e Pós-Doutorado (art. 96-A da Lei 8.112/90), 13 servidores (Anexo I).

A Coordenação vem cumprindo os compromissos assumidos e as metas estabelecidas dentro do contexto e da realidade do órgão e do número de servidores em exercício na área, atendendo todas as demandas e desenvolvendo as atividades delegadas e que fazem parte de suas atribuições.

Este ano foi possível executar todo o recurso destinado à Capacitação interna em função da possibilidade de utilização para pagamento de passagens aéreas e diárias para participação em eventos de capacitação.

Portaria do Plano Anual de Capacitação 2015

ANEXO – CURSOS

PORTARIA Nº 208, DE 29 DE MAIO DE 2015.

EIXO	CURSOS
GESTAO ADMINISTRATIVA	Contratos Administrativos
	Elaboração de notas técnicas, pareceres e relatórios para órgãos públicos
	Elaboração, acompanhamento e gestão da planilha de custos na composição de serviços contínuos e serviços de engenharia e obras
	Fiscalização e Acompanhamento de Convênios
	Gestão de documentos e documentos eletrônicos públicos
	Gestão de frotas de veículos
	Temas relacionados à Gestão de Pessoas
	Gestão integrada de almoxarifado e patrimônio na Administração Pública
	Licitação e Contratos
	Licitação em Obras de Engenharia
	Formação de Líderes
	Orçamento Público
	Pacote *Office®* e *Internet* (Word, Excel básico, intermediário e avançado)
	Formação de Pregoeiros
	Redação Oficial
	Retenção da Fonte de Tributos e Contribuições Sociais na contratação de bens e serviços
	SCDP – operação do novo sistema
	SIAFI – Operacional – execução orçamentária e financeira
	Rescisão de Contrato e Aplicação de Sanções, Responsabilidade dos Agentes Públicos por Ações e Omissões e a Lei Anticorrupção
	Elaboração de Projetos
	Gerenciamento de Projetos
	Semana de Administração Orçamentária e Financeira- ESAF
	Gestão Estratégica com foco na Administração Pública
	SICONV – Convênios e Prestação de Contas
	Ética no Serviço Público
EIXO	CURSOS
	Curso sobre Paisagem e Patrimônio Cultural – Introdução à leitura Patrimonial e da Paisagem
	Orçamento de Obras e Engenharia
GESTÃO FINALÍSTICA	Alinhamento da Categoria Celebrações
	Documentação Audiovisual de Bens Culturais de Natureza Imaterial em Processos de Identificação, Reconhecimento e Salvaguarda
	Ferramentas de Geoprocessamento
	FISCALIS – fiscalização do patrimônio
	Gerenciamento de projetos, fiscalização e gestão de Obras e Serviços de Engenharia
	Licenciamento Ambiental e Avaliação de Impacto Ambiental - Arqueologia e Patrimônio Cultural
	Patologias da Construção
	Sistema SICG – Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão
	Software VOLARE

CONGRESSOS E OUTROS EVENTOS

EIXO	Encontros, Seminários, Congressos, Conferências, Simpósios, Colóquios
GESTÃO ADMINISTRATIVA	Encontro para fortalecimento das Ações da Coordenação Técnica do Escritório de Processos – CTP nas Unidades do IPHAN
	Encontro das Áreas Administrativas
EIXO	Encontros, Seminários, Congressos, Conferências, Simpósios, Colóquios
GESTÃO FINALÍSTICA	IV Encontro de Gestores do Patrimônio Arqueológico
	I Congresso de Arqueologia no Licenciamento Ambiental
	Encontro sobre Tráfico Ilícito de Bens Arqueológicos
	XVIII Congresso da Sociedade de Arqueologia Brasileira – SAB
	Encontro das Unidades Descentralizadas para lançamento e debate sobre o Guia para Elaboração de Planos de Salvaguarda de Bens Registrados como Patrimônio Cultural do Brasil
	Encontro para tratar da Reformulação da INRC e capacitação na metodologia do INDL, com as Unidades descentralizadas do IPHAN

Fonte: COGEP/DPA/IPHAN

Outras Atividades desenvolvidas

Publicação do Manual de Capacitação

No dia 17 de dezembro de 2015 foi publicado o BAE Extra n° 1132/2015 contendo o Manual de Capacitação, um dos instrumentos do Programa de Desenvolvimento e Valorização dos Servidores, que visa a promover o aprimoramento permanente do servidor, a fim de dotar a instituição de um corpo de profissionais de excelência em nível gerencial, técnico e comportamental, principalmente no que tange ao desenvolvimento do conhecimento e das habilidades, bem como, viabilizar a difusão e gestão das ações de capacitação. Assim, o aprimoramento das competências institucionais deve ser posto em prática por meio de eventos que proporcionem a qualificação da competência individual, de forma a contribuir para o alcance dos objetivos estratégicos, da missão institucional e a melhoria da gestão e da qualidade dos serviços prestados à sociedade.

Comitê Gestor de Capacitação – CGCAP

Em 29 de maio de 2015 publica-se no Boletim Administrativo Eletrônico – BAE, a Portaria nº 209, que cria o Comitê Gestor de Capacitação que tem como finalidade disciplinar, acompanhar e promover o alinhamento dos investimentos em capacitação e formação do quadro funcional, com as diretrizes e objetivos estratégicos deste Instituto.

A primeira reunião do CGCAP aconteceu na sala de Reunião do Comitê Gestor no início do mês de outubro de 2015, onde foram apresentados: o sistema de levantamento de necessidade de capacitação para o exercício de 2016, a minuta do Manual de Capacitação e os procedimentos que competem a esse Comitê.

Sistema de Levantamento de Necessidade de Capacitação –LNC

Trata-se do formulário para identificação das necessidades de capacitação das unidades do IPHAN e seu quadro de servidores. Seu preenchimento foi realizado pela Sede do IPHAN (Chefia de Gabinete, Procuradoria Federal no IPHAN, Auditoria Interna, assessoria dos Departamentos e coordenações-gerais) e Unidades Descentralizadas (Superintendências e Unidades Especiais). O levantamento servirá de base para a elaboração do Plano Anual de Capacitação.

Os dados relativos ao LNC foram compilados e foram apresentados ao CGCAP em 16 de dezembro de 2015, onde ocorreu a 1ª fase de analise para a elaboração do Plano Anual de Capacitação 2016 do IPHAN.

Publicação da Portaria da GECC

No dia 2 de outubro de 2015 ocorreu a publicação da Portaria nº 422, que dispõe sobre as regras da concessão e pagamento da Gratificação por Encargo de Curso ou Concurso no Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN.

A GECC é devida ao servidor que, em caráter eventual atuar como instrutor em curso de formação, de desenvolvimento ou de treinamento regularmente instituído no âmbito da administração pública federal.

Valor a ser pago no IPHAN é R$ 100,00 (cem reais) por hora/aula, conforme dispõe a Portaria IPHAN nº 422 de 2 de outubro de 2015.

Ações Previstas para 2016

No exercício de 2016 pretende-se dar finalização e publicação ao Plano de Capacitação 2016, e utilizar os investimentos em capacitação para pagamento de GECC, utilizando do conhecimento adquirido pelo servidor em sua vida institucional para capacitar os demais servidores do Instituto, cumprindo o "Objetivo Estratégico nº 11 - Instituir política e programa de desenvolvimento e valorização dos servidores".

6.1.2 Demonstrativo das despesas com pessoal

O Quadro abaixo faz o paralelo com as despesas de pessoal do ano de 2014 e 2015:

Quadro 6.1.2.1 Despesas do pessoal

Tipologias/ Exercícios		Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total
			Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis			
Membros de poder e agentes políticos											
Exercícios	2015										0,00
	2014	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Servidores de carreira vinculados ao órgão da unidade											
Exercícios	2015	24.621.982,89	3.795.082,26	4.928.022,38	1.893.427,52	4.301.180,01	2.462.545,72	30.583.948,10	38.627,92	183.919,38	72.808.736,18
	2014	24.504.560,82	3.393.487,55	4.452.003,53	1.623.267,86	4.211.405,96	1.780.297,65	26.895.171,74	13.537,76	51.270,49	66.925.003,36
Servidores de carreira SEM VÍNCULO com o órgão da unidade											
Exercícios	2015	0,00	791.665,39	77.550,99	29.239,12	21.197,40	0,00	96.499,59	0,00	0,00	1.016.152,49
	2014	0,00	741.648,29	85.072,81	38.451,21	20.059,27	2.183,44	61.876,03	2.308,65	0,00	951.599,70
Servidores SEM VÍNCULO com a administração pública (exceto temporários)											
Exercícios	2015	0,00	4.855.480,26	375.965,68	127.204,83	510.487,97	45.705,92	134.160,75	0,00	0,00	6.049.005,41
	2014	0,00	4.944.462,52	411.922,69	207.116,30	523.795,35	26.771,23	65.529,34	0,00	0,00	6.179.597,43
Servidores cedidos com ônus											
Exercícios	2015	1.572.343,73	0,00	237.883,04	83.278,90	153.147,21	159.965,26	1.264.653,68	0,00	62.082,36	3.533.354,18
	2014	1.635.276,87	0,00	250.666,57	70.030,36	147.024,19	113.165,51	1.114.257,38	0,00	51.239,37	3.381.660,25
Servidores com contrato temporário											
Exercícios	2015	10.086.377,94	0,00	810.446,70	264.224,72	511.429,02	0,00	0,00	0,00	0,00	11.672.478,38
	2014	5.773.816,49	0,00	467.787,33	124.721,15	308.164,16	0,00	0,00	0,00	0,00	6.674.489,13

Fonte: COGEP/DPA/IPHAN

Diante dos valores apresentados com despesas de pessoal no ano de 2015 em comparação aos valores de 2014, pode-se observar um o aumento pouco significativo das despesas com vencimentos e vantagens fixas, bem como com benefícios dos servidores ativos, por não ter havido ingresso considerável de novos servidores, nem tão poucos reajustes salariais. Os valores que tiveram um aumento considerável foram das despesas com gratificação de desempenho e retribuições, devido reajuste concedido em janeiro/2015. Por outro lado, com o ingresso de aproximadamente 58 novos servidores de contrato temporário dos dois últimos processos seletivos, em 2015 a despesa com esse pessoal praticamente dobrou em relação ao ano anterior.

6.1.3 Gestão de riscos relacionados ao pessoal

Considerações finais e ações da COGEP previstas para 2016

Diante do demonstrado, a maior preocupação do IPHAN é não ter o quadro de servidores adequado para desempenhar as ações, atingir suas metas, alcançar seus objetivos e cumprir sua missão institucional. Contudo vem desempenhando com sobrecarga, e no intuito de minimizar essa carência, o IPHAN vem solicitando ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, autorização para realização de concurso público para o preenchimento de 430 vagas, mas até o momento não foi contemplado.

No ano de 2015 o IPHAN utilizou-se do planejamento estratégico e está investindo de maneira eficiente na capacitação de sua força de trabalho, mais voltada aos interesses organizacionais e alinhada aos objetivos e missão do IPHAN. No ano de 2016 o esforço de lidar com seu quadro defasado e exíguo continua. O IPHAN vem desenvolvendo o levantamento das necessidades de cada unidade para concluir o trabalho de lotação mínima e máxima, visando melhor distribuir a força de trabalho e diminuir os gargalos e sobrecargas.

6.1.4 Contratação de pessoal de apoio e estagiários

Quadro 6.1.4.1 Contratos de prestação de serviços não abrangidos pelo plano de cargos da unidade

Unidade Contratante						
Nome: COORDENAÇÃO-GERAL DE LOGÍSTICA CONVÊNIOS E CONTRATOS						
UG/Gestão: 343026/40401						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
2011	Prestação de serviços continuados integrados de vigilância patrimonial armada e desarmada.	09.459.901/0001-10	mar/11	mar/16	NÍVEL MÉDIO	P
2013	Prestação de serviços continuados de apoio operacional – recepcionista.	08.139.629/0001-29	ago/13	ago/16	NÍVEL MÉDIO	P
2012	Prestação de serviços de bombeiro civil.	10.660.698/0001-25	jul/12	jul/16	NÍVEL MÉDIO	P
2011	Prestação de serviços continuados no ramo de serviços gerais de limpeza e conservação.	05.897.975/0001-88	mai/11	mai/16	FUNDAMENTAL COMPLETO	P
2014	Prestação de serviços continuados de copeiragem.	15.715.620/0001-84	mai/14	mai/16	NÍVEL MÉDIO	P
2013	Prestação de serviços continuados de carregadores.	20.204.491/0001-08	ago/13	ago/16	NÍVEL MÉDIO	P
2013	Prestação de serviços de operador de fotocopiadora.	70.928.973/0001-70	ago/13	ago/16	FUNDAMENTAL COMPLETO	P
2014	Prestação de serviços de apoio administrativo e de atividades auxiliares.	02.843.359/0001-56	out/14	out/16	NÍVEL MÉDIO E NÍVEL SUPERIOR	P

Unidade Contratante						
Nome: PALACIO GUSTAVO CAPANEMA						
UG/Gestão: 343028/40401						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
2015	Contratação de empresa especializada na prestação continua indireta de assistentes administrativos contínuos e recepcionistas.	09.060.537/0001-11	abr/15	abr/16	ENSINO MÉDIO	A

Unidade Contratante						
Nome: CONDOMINIO DO PALACIO GUSTAVO CAPANEMA						
UG/Gestão: 343046/40401						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
2015	Prest. Serv. de Manutenção de Jardins.	33.285.255/0001-05	jul/15	jul/16	ENSINO FUNDAMENTAL	A
2015	Prest. Serv. de Manutenção de Jardins.	33.285.255/0001-05	jan/15	jul/15	ENSINO FUNDAMENTAL	E
2014	Prest. Serv. de Brigada de incêndio.	02.566.106/0001-82	jan/15	jan/17	ENSINO MÉDIO	P
2010	Prest. Serv. de Manutenção Predial.	02.566.106/0001-82	out/10	out/15	ENSINO FUNDAMENTAL/MÉDIO	E
2015	Prest. de Serv. de Manutenção Predial.	10.578.768/0001-09	dez/15	dez/16	ENSINO FUNDAMENTAL/MÉDIO	A
2014	Prest. Serv. de Higiene e Limpeza.	09.060.537/0001-11	jul/14	jul/15	ENSINO FUNDAMENTAL	P
2010	Prest. Serv. de Ascensoristas.	05.956.304/0001-40	nov/10	nov/15	ENSINO FUNDAMENTAL	E
2015	Prest. Serv. de apoio Administrativo.	09.060.537/0001-11	mai/15	mai/16	ENSINO MÉDIO	A
2013	Prest. Serv. de Vigil. e Segurança.	31.242.852/0001-19	jan/13	jan/17	ENSINO FUNDAMENTAL	P

Unidade Contratante						
Nome: CENTRO CULTURAL PAÇO IMPERIAL						
UG/Gestão: 343023/40401						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
2012	Serviços de limpeza.	29212545/0001-43	jan/12	dez/16	ENSINO FUNDAMENTAL	p
2011	Serviços de vigilância e segurança.	31376361/0001-60	dez/11	set/16	ENSINO FUNDAMENTAL	P
2013	Manutenção de ar condicionado.	02.986452/0001-10	set/13	ago/16	ENSINO MÉDIO	P
2014	Apoio Administrativo.	11430698/0001-00	ago/14	jul/16	ENSINO MÉDIO	p
Unidade Contratante						
Nome: SITIO ROBERTO BURLE MARX						
UG/Gestão: 343024/40401						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
2012	Prestação de forma continua de serviços de jardinagens com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos.	28.871.366/0001-55	nov/12	nov/16	ENSINO FUNDAMENTAL	p
2014	Prestação de serviços limpeza com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos.	05.873.154/0001-01	fev/15	fev/16	ENSINO FUNDAMENTAL	A
2012	Prestação de serviços vigilância armada e desarmada.	08.471.527/0001-06	mai/12	mai/16	ENSINO FUNDAMENTAL	P
2014	Prestação de serviços de apoio administrativo.	68.565.530/0001-10	nov/14	nov/16	ENSINO MÉDIO	P
2014	Prestação de serviços de monitoramento para patrimônio cultural do SRBM.	09.060.537/0001-11	dez/14	dez/16	ENSINO MÉDIO	P

Unidade Contratante						
Nome: CENTRO NACIONAL DE FOLCLORE E CULTURA POPULAR						
UG/Gestão: 343030/40401						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
2014	Prestação de serviços de vigilância e segurança.	10.467.705/0001-77	jul/14	jul/16	ENSINO FUNDAMENTAL	p
2015	Prestação de serviços de apoio administrativo.	09.060.537/0001-11	mai/15	mai/16	ENSINO MEDIO	A
2013	Prestação de serviços de limpeza e conservação.	09.060.537/0001-11	mar/13	fev/16	ENSINO FUNDAMENTAL	P
2012	Prestação de serviços de tecnologia da informação.	07.757.473/0001-87	ago/12	ago/16	ENSINO MEDIO	P
Unidade Contratante						
Nome: SUPERINTENDÊNCIA DO IPHAN NO ACRE						
UG/Gestão: 343040/40401						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
2015	Serviços de motorista.	07.533.627/0001-57	jun/15	jun/16	ENSINO FUNDAMENTAL	A
2015	Prestação de serviços continuados de apoio administrativo.	04.517.645/0001-57	nov/15	nov/16	ENSINO MÉDIO	A
2012	Prestação de serviços de vigilância e segurança desarmada.	02.764.609/0001-62	jun/12	jun/16	ENSINO FUNDAMENTAL	P
2015	Prestação de serviços continuados de limpeza e conservação.	13.406.440/0001-95	nov/15	nov/16	ENSINO FUNDAMENTAL	A

Unidade Contratante						
Nome: SUPERINTENDÊNCIA DO IPHAN EM ALAGOAS						
UG/Gestão: 343035/40401						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
2010	Vigilância (PROSEGUR).	01.182.827/0001-26	dez/10	dez/15	SUPERIOR	E
2014	Apoio Administrativo (ELIMAR).	01.182.827/0001-26	mai/14	mai/16	ENSINO MÉDIO	P
2014	Apoio Administrativo (ALLSERV).	04.039.911/0001-38	mai/14	mai/16	ENSINO MÉDIO	P
2014	Administrativo Operacional (Portocalle).	10.878.081/0001-80	mai/14	mai/16	ENSINO MÉDIO	P
Unidade Contratante						
Nome: SUPERINTENDENCIA DO IPHAN NO AMAZONAS						
UG/Gestão: 343043/40401						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
2013	Prestação de Serviços de Apoio Administrativo e Auxiliar.	07.783.832/0001-70	jun/13	jun/16	ENSINO MÉDIO	P
2013	Prestação de Serviços de Condução de veículos oficiais.	12.403.043/0001-05	jun/13	jun/16	ENSINO MÉDIO	P
2013	Prestação de Serviços Especializados em Vigilância e Segurança armada, diurno e noturno.	15.615.817/0001-41	jan/14	dez/16	ENSINO MÉDIO	P
2015	Prestação de Serviços de Limpeza, Conservação e Higienização.	06.958.583/0001-44	mai/15	mai/16	ENSINO MÉDIO	A

Unidade Contratante						
Nome SUPERINTENDÊNCIA DO IPHAN NO AMAPÁ						
UG/Gestão: 343041/40401						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
2014	Prestação de serviços de auxiliar administrativo e motorista.	14.533.285/0001-30	out/14	out/16	ENSINO MÉDIO	P
2015	Prestação de serviços de vigilância armada diurno e noturno.	08.531.731/0001-75	abr/15	abr/16	ENSINO MÉDIO	A
2015	Prestação continuado de limpeza e conservação predial incluindo material.	22.939.649/0001-05	abr/15	abr/16	ENSINO MÉDIO	A

Unidade Contratante						
Nome: SUPERINTENDÊNCIA DO IPHAN NA BAHIA						
UG/Gestão: 343007/40401						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
2014	Limpeza e conservação.	18.363.132.0001-43	13/06/2014	12/06/2016	ENSINO FUNDAMENTAL	P
2014	Jardinagem.	18.363.132.0001-43	13/06/2014	12/06/2016	ENSINO FUNDAMENTAL	P
2015	Apoio administrativo.	18.363.132/0001-43	01/12/2015	01/12/2016	ENSINO MÉDIO	A
2015	Motoristas.	04.782633/0001-50	01/12/2015	01/12/2016	ENSINO MÉDIO	A
2014	Tecnologia da informação.	05.683.331/0001-97	29/08/2014	30/08/2016	SUPERIOR	P
2015	Serviços de Vigilância e Segurança armada.	20.129.914-0001-64	12/06/2015	11/06/2016	ENSINO MÉDIO	A

Unidade Contratante						
Nome: SUPERINTENDÊNCIA DO IPHAN NO CEARÁ						
UG/Gestão: 343004/40401						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
2015	Contratação de serviços de vigilância armada para a esplanada ferroviária professor João Felipe.	17.036.171/0001-73	fev/15	fev/17	ENSINO MÉDIO	P
2014	Contratação de serviços de vigilância armada da sede do IPHAN/CE.	17.036.171/0001-73	set/14	set/16	ENSINO MÉDIO	P
2015	Contratação de serviços especializados em limpeza, higienização do prédio da sede do IPHAN-CE.	14.828.536/0001-04	set/15	set/16	ENSINO MÉDIO	A
2015	Serviços de apoio Administrativo.	12.754.301/0001-90	jul/15	jul/16	ENSINO MÉDIO	A
2013	Contratação de prestação de terceirizado para o posto de motorista executivo.	14.828.536/0001-04	mar/13	mar/15	ENSINO MÉDIO	p
Unidade Contratante						
Nome: SUPERINTENDÊNCIA DO IPHAN NO DISTRITO FEDERAL						
UG/Gestão: 343029/40401						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
2014	Contrato de prestação de serviços continuados de apoio administrativo – assistente de escritório.	15.718.607/0001-89	ago/14	ago/16	ENSINO MÉDIO	P
2015	Contrato de prestação de serviços de copeiragem, com fornecimento de materiais.	08.656.163/0001-39	jun/15	jun/16	ENSINO FUNDAMENTAL	A

Unidade Contratante						
Nome: SUPERINTENDÊNCIA DO IPHAN NO ESPÍRITO SANTO						
UG/Gestão: 343033/40401						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
2015	Prestação de serviços continuados integrados de vigilância patrimonial armada.	05.014.372/0003-52	set/15	ago/16	ENSINO MÉDIO	A
2015	Prestação de serviços de motorista.	11.146.580/0001-46	nov/15	nov/16	ENSINO MÉDIO	A
2015	Prestação dos serviços continuados de apoio administrativo e de atividade auxiliar.	00.482.840/0001-38	nov/15	nov/16	ENSINO FUNDAMENTAL	A
2015	Prestação de serviços de limpeza, asseio e conservação predial.	07.122.586/0001-06	nov/15	nov/16	SEM EXIGENCIA	A
Unidade Contratante						
Nome: SUPERINTENDÊNCIA DO IPHAN EM GOIÁS						
UG/Gestão: 343014/40401						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
2015	Serviços continuados de apoio administrativo e atividades auxiliares de natureza assessoria instrumental e, ou complementar.	01.509.755/0001-74	jun/15	jun/16	ENSINO MÉDIO	A
2015	Serviços de jardinagem com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos.	13.590.061/0001-06	ago/15	ago/16	ENSINO FUNDAMENTAL	A
2015	Prestação de serviços de limpeza asseio e conservação com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos.	06.308.467/0001-80	jan/15	jan/16	ENSINO FUNDAMENTAL	E
2014	Contratação de empresa de vigilância e segurança armada.	37.014.776/0001-70	out/14	out/16	ENSINO FUNDAMENTAL	P
2016	Prestação de serviços de limpeza asseio e conservação com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos.	13.590.061/0001-06	jan/16	jan/17	ENSINO FUNDAMENTAL	A

Unidade Contratante						
Nome: SUPERINTENDÊNCIA DO IPHAN NO MARANHÃO						
UG/Gestão: 343003/40401						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
2013	Serviços Continuados Tecnologia Informação.	05.323.742/0001-71	abr/13	abr/16	ENSINO MÉDIO	P
2012	Serviços Continuados Limpeza Sede.	07.800.844/0001-66	jan/12	jan/17	ENSINO FUNDAMENTAL	P
2013	Serviços Continuados de Motoristas.	11.794.559/0001-57	ago/13	ago/16	ENSINO MÉDIO	P
2012	Serviços Vigilância Armada Sede.	11.029.232/0001-99	dez/12	nov/16	ENSINO MÉDIO	P
2012	Serviços Continuados Apoio Administrativo.	07.800.844/0001-66	dez/12	dez/16	ENSINO MÉDIO	P
2013	Serviços Continuados Recepção.	07.800.844/0001-66	fev/13	jan/17	ENSINO MÉDIO	P
2014	Serviços Apoio Administrativo E.T. Alcântara.	08.611.082/0001-12	set/14	set/16	ENSINO MÉDIO	P
2015	Serviços Vigilância Armada E.T. Alcântara.	21.045.383.0001-94	out/15	out/16	ENSINO MÉDIO	A

Unidade Contratante						
Nome: SUPERINTENDÊNCIA DO IPHAN EM MINAS GERAIS						
UG/Gestão: 343013/40401						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
2011	Prestação de serviços de limpeza e conservação em Mariana – MG.	13.892.384/0001-46	out/11	out/16	SEM EXIGENCIA	P
2011	Prestação de serviços de limpeza e conservação em Tiradentes – MG.	13.892.384/0001-46	out/11	out/16	SEM EXIGENCIA	P
2012	Prestação de serviços de tecnologia da informação.	13.892.384/0001-46	jun/12	mai/16	ENSINO MÉDIO	P
2015	Prestação de serviços de técnicos em processamento de dados.	08.139.629/0001-29	mar/15	mar/16	ENSINO MÉDIO	A
2012	Prestação de serviços de motorista executivo - reembolso de despesas de deslocamento e horas extras à parte.	11.312.296/0001-00	jun/12	mai/16	SEM EXIGENCIA	P
2012	Prestação de serviços de limpeza e conservação - BH, Ouro Preto e Congonhas.	08.342.488/0001-47	dez/12	dez/16	SEM EXIGENCIA	P
2011	Prestação de serviços de vigilância - posto BH – diurno.	07.534.224/0001-72	set/11	set/16	SEM EXIGENCIA	P
2011	Prestação de serviços de vigilância - posto BH – noturno.	07.534.224/0001-22	set/11	set/16	SEM EXIGENCIA	P
2011	Prestação de serviços de vigilância - posto OP – diurno.	07.534.224/0001-22	out/11	out/16	SEM EXIGENCIA	P
2011	Prestação de serviços de vigilância - posto OP – noturno.	07.534.224/0001-22	set/11	set/16	SEM EXIGENCIA	P
2011	Prestação de serviços de vigilância - posto SJDR – diurno.	07.534.224/0001-22	out/11	out/16	SEM EXIGENCIA	P
2011	Prestação de serviços de vigilância - posto SJDR – noturno.	07.534.224/0001-22	set/11	set/16	SEM EXIGENCIA	P
2011	Prestação de serviços de vigilância - posto Galpão – diurno.	07.534.224/0001-22	out/11	out/16	SEM EXIGENCIA	P
2011	Prestação de serviços de vigilância - posto Galpão – noturno.	07.534.224/0001-22	out/11	out/16	SEM EXIGENCIA	P
2011	Prestação de serviços de vigilância - posto ET – noturno.	07.534.224/0001-22	set/11	set/16	SEM EXIGENCIA	P
2011	Prestação de serviços de vigilância - posto Biblioteca – noturno.	07.534.224/0001-22	set/11	set/16	SEM EXIGENCIA	P
2011	Prestação de serviços de vigilância - posto Mariana – diurno.	07.534.224/0001-22	out/11	out/16	SEM EXIGENCIA	P
2011	Prestação de serviços de vigilância - posto Mariana – noturno.	07.534.224/0001-22	out/11	out/16	SEM EXIGENCIA	P
2011	Prestação de serviços de limpeza e conservação – Diamantina.	04.712.320/0001-25	out/11	out/16	SEM EXIGENCIA	P
2011	Prestação de serviços de limpeza e conservação – Serro.	04.712.320/0001-25	out/11	out/16	SEM EXIGENCIA	P
2011	Prestação de serviços de limpeza e conservação - São João Del Rei.	04.712.320/0001-25	out/11	out/16	SEM EXIGENCIA	P
2015	Prestação de serviços de recepcionistas.	13.892.384/0001-46	jan/15	jan/16	SEM EXIGENCIA	A
2015	Prestação de serviços de reprografia e impressão - cópias extras à parte.	05.506.933/0001-79	fev/15	fev/16	SEM EXIGENCIA	A

Unidade Contratante						
Nome: SUPERINTENDÊNCIA DO IPHAN EM MATO GROSSO DO SUL						
UG/Gestão: 343034/40401						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
03/2013	Contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços continuados de apoio administrativa visando atender as necessidades da Superintendência do IPHAN em Campo Grande - MS e do Escritório Técnico II em Corumbá MS.	11.824.188/0001-09	jun/15	jun/16	ENSINO MÉDIO	P
12/2012	Contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de motorista visando atender as necessidades da Superintendência do IPHAN em Campo Grande - MS e do Escritório Técnico em Corumbá.	11.824.188/0001-09	dez/15	nov/16	ENSINO FUNDAMENTAL	P
02/2011	Prestação de serviços continuados de limpeza, asseio e conservação predial, com a disponibilização de mão de obra visando atender as necessidades da Superintendência do IPHAN em Campo Grande - MS e do Escritório Técnico em Corumbá.	05.942.279/0001-46	mai/15	mai/16	ENSINO FUNDAMENTAL	P
Unidade Contratante						
Nome: SUPERINTENDÊNCIA DO IPHAN NO MATO GROSSO						
UG/Gestão: 343042/40401						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
2013	Contrato de Serviço de Vigilância Desarmada para a SE/IPHAN-MT	07.293.694/0001-41	set/13	set/16	ENSINO FUNDAMENTAL	P
2012	Contrato de Serviços de Limpeza e Conservação para a SE/IPHAN-MT	15.952.971/0001-09	dez/12	nov/16	ENSINO FUNDAMENTAL	P
2013	Contrato de Serviço de Recepcionista para a SE/IPHAN-MT	11.824.188/0001-09	jul/13	jul/16	ENSINO FUNDAMENTAL	A

Unidade Contratante						
Nome: SUPERINTENDÊNCIA DO IPHAN NO PARÁ						
UG/Gestão: 343043/40401						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
2014	Contratação de serviço de apoio administrativo.	10.450.194/0001-80	jul/15	jun/16	ENSINO MÉDIO	P
2014	Contratação de serviço de Motorista.	83.353.912/0001-74	set/15	set/16	ENSINO MÉDIO	P
2014	Contratação de serviço de limpeza e conservação - Prédio Sede do IPHAN/PA.	13.258.951/0001-07	fev/15	fev/16	ENSINO FUNDAMENTAL	P
2011	Contratação de serviço de limpeza e conservação - Prédio Anexo do IPHAN/PA.	83.353.912/0001-74	nov/15	nov/16	ENSINO FUNDAMENTAL	P
2015	Contratação de Segurança e vigilância armada para o prédio sede do IPHAN/PA.	02.650.833/0001-23	mar/15	mar/16	ENSINO FUNDAMENTAL	P
Unidade Contratante						
Nome: SUPERINTENDÊNCIA DO IPHAN NA PARAÍBA						
UG/Gestão: 343032/40401						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
2015	Prestação de serviços de TI - Administrador de redes.	09.583.098/0001-21	fev/15	fev/16	SUPERIOR	A
2014	Prestação de serviços de motorista.	11.233.325/0001-30	set/14	ago/16	ENSINO MÉDIO	P
2015	Prestação de serviços de Auxiliar Administrativo.	02.215.262/0001-07	fev/15	fev/17	ENSINO MÉDIO	P
2014	Prestação de serviços de Limpeza e Conservação.	19.069.415/0001-40	jan/14	jan/17	ENSINO FUNDAMENTAL	P
2012	Prestação de serviços de recepcionista.	14.601.896/0001-79	dez/12	dez/16	ENSINO MÉDIO	P

Unidade Contratante						
Nome: SUPERINTENDÊNCIA DO IPHAN NO PIAUÍ						
UG/Gestão: 343036/40401						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
2012	Contrato de Serviços de Limpeza e Conservação para o IPHAN-PI.	07.462.424/0001-17	jun/15	mai/16	ENSINO FUNDAMENTAL	P
2014	Contratação de Serviço de Suporte Técnico.	10.682.187/0001-04	jan/16	jan/17	ENSINO MÉDIO	P
2015	Servfaz Serviço especializado em Apoio Administrativo.	10.013.974.001-63	ago/15	ago/16	ENSINO MÉDIO	A
2012	Serviço especializado em Apoio Administrativo.	09.019.150/0001-11	jun/15	mai/16	ENSINO MÉDIO	P
2013	Contratação de 02 postos de motorista.	09.019.150/0001-11	nov/15	nov/16	ENSINO MÉDIO	P
2014	Contratação de Serviço continuado de Vigilância Armada.	14.585.324/0001-43	dez/15	dez/16	ENSINO MÉDIO	P

Unidade Contratante						
Nome: SUPERINTENDÊNCIA DO IPHAN NO PARANÁ						
UG/Gestão: 343010/40401						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
2011	Prestação de serviços continuados de apoio administrativo e copeiragem a serem executados no âmbito Superintendência do IPHAN no Paraná – IPHAN/PR.	04.970.088/0001-25	abr/11	abr/16	ENSINO MÉDIO	p
2014	Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de suporte operacional/administrativo por meio de 1 (um) posto de Analista de Informática Sênior para atendimento das necessidades da Superintendência do IPHAN no Paraná – IPHAN/PR, mantendo a disponibilidade e atualização da infraestrutura e o devido suporte aos usuários de forma presencial.	81.479.719/0001-59	mai/14	dez/15	SUPERIOR	E
2012	Prestação de serviços continuados de limpeza e conservação com fornecimento de materiais de limpeza e higiene e equipamentos, a serem executados no âmbito da Superintendência do IPHAN no Paraná – IPHAN/PR.	04.970.088/0001-25	jul/12	jul/16	ENSINO FUNDAMENTAL	P
2014	Contratação de empresa especializada para prestação de serviços vigilância armada e desarmada de forma contínua, no âmbito da Superintendência do IPHAN no Paraná.	11.933.418/0001-78	jul/14	jun/16	ENSINO MÉDIO	P

Unidade Contratante						
Nome: SUPERINTENDÊNCIA DO IPHAN EM PERNAMBUCO						
UG/Gestão: 343005/40401						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
2012	A&D Serviço de limpeza.	09.181.545/0001-16	ago/13	ago/16	ENSINO FUNDAMENTAL	p
2014	ACESSE - Terceirização de motorista.	08.966.334/0001-26	mai/14	mai/16	ENSINO MÉDIO	p
2012	FUTURA - Terceirização de recepcionista.	06.234.467/0001-82	abr/13	abr/16	ENSINO MÉDIO	p
2014	VIASERV - Terceirização apoio administrativo.	41.102.641/0001-34	dez/14	dez/16	ENSINO MÉDIO	p
2015	VIANET - Serviço de TI.	00.129.466/0001-02	set/15	set/16	ENSINO MÉDIO	A
2013	OPEN - Terceirização telefonista.	18.296.524/0001-37	out/13	out/16	ENSINO MÉDIO	A
2015	EXTRA - Terceirização de vigilância desarmada.	12.131.138/0001-09	fev/15	fev/16	ENSINO FUNDAMENTAL	E

Unidade Contratante						
Nome: SUPERINTENDÊNCIA DO IPHAN EM RIO GRANDE DO NORTE						
UG/Gestão: 343039/40401						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
2011	Prestação de Serviços de Apoio Administrativo (Auxiliar de escritório) para atender as necessidades deste IPHAN/RN.	06.982.630/0001-95	dez/11	dez/16	ENSINO MÉDIO	P
2012	Prestação de Serviços continuados de Limpeza, Asseio e Conservação Predial, com fornecimento de materiais e equipamentos, executados na Sede deste IPHAN/RN e Casa do Patrimônio.	06.982.630/0001-95	set/12	set/16	ENSINO FUNDAMENTAL	P
2013	Prestação de Serviços continuados de Limpeza, Asseio e Conservação Predial, com fornecimento de materiais e equipamentos, executados no Forte dos Reis Magos, Unidade deste IPHAN/RN.	06.982.630/0001-95	dez/13	dez/16	ENSINO FUNDAMENTAL	P
2013	Prestação de Serviços de Apoio Administrativo (recepcionista) para suprir as necessidades do Forte dos Reis Magos, Unidade deste IPHAN/RN.	06.982.630/0001-95	dez/13	dez/16	ENSINO FUNDAMENTAL	P
2013	Prestação de serviços de vigilância armada a serem executados na Sede da Superintendência do IPHAN no Rio Grande do Norte e Forte dos Reis Magos, Unidade deste IPHAN/RN.	10.639.977/0001-07	dez/13	dez/16	ENSINO MÉDIO	P
2015	Prestação de serviços de Apoio às atividades operacionais (motorista).	06.979.037/0001-90	out/15	set/16	ENSINO MÉDIO	A

Unidade Contratante						
Nome: SUPERINTENDÊNCIA DO IPHAN EM RONDÔNIA						
UG/Gestão: 343037/40401						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
2015	Apoio Administrativo.	14.235.552/0001-93	set/15	set/16	ENSINO MÉDIO	A
2015	Serviço de Limpeza e Conservação.	12.336.105/0001-03	set/15	set/16	ENSINO FUNDAMENTAL	A
2015	Serviço de vig. e seg. desarmada.	43.035.146/0051-44	ago/15	ago/16	ENSINO MÉDIO	A
2015	Condução de Veículos (motorista).	09.134.888/0001-20	out/15	out/16	ENSINO MÉDIO	A

Unidade Contratante						
Nome: SUPERINTENDÊNCIA DO IPHAN NO -RJ						
UG/Gestão: 343006/40401						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
2013	Serviços de Motoristas - IPHAN-RJ.	00.482.840/0001-38	jun/13	jun/16	ENSINO MÉDIO	P
2011	Serviços de Segurança - IPHAN-RJ.	31.376.361/0001-60	jan/11	jan/16	ENSINO MÉDIO	E
2012	Serviços de Limpeza e Conservação - IPHAN-RJ.	09.060.537/0001-11	nov/12	mar/16	ENSINO FUNDAMENTAL	P
2015	Serviços de Apoio Administrativo IPHAN-RJ.	09.060.537/0001-11	mar/15	mar/16	ENSINO MÉDIO	A
2013	Serviços de Vigilância - Guia de Pacobaíba e Praça da República 22.	31.242.852/0001-19	out/13	out/16	ENSINO MÉDIO	P
2012	Serviços de Jardinagem - Museu do Trem.	33.285.255/0001-05	mar/12	mar/16	ENSINO MÉDIO	P
2012	Serviços de Limpeza - Museu do Trem.	00.297.506/0001-04	out/12	out/14	ENSINO FUNDAMENTAL	E
2016	Serviços de Segurança e Vigilância IPHAN-RJ.	31.376.361/0001-60	fev/16	fev/17	ENSINO MÉDIO	A
2014	Serviços de Limpeza e Conservação - Museu do Trem.	33.285.255.0001/05	out/14	out/16	ENSINO FUNDAMENTAL	P
2014	Serviços de Segurança e Vigilância - Museu do Term.	08.388.911/0001-40	out/14	out/16	ENSINO MÉDIO	P
2009	Serviços de Vigilância - Museu do Trem.	08.388.911/0001-40	nov/09	out/14	ENSINO MÉDIO	E

Unidade Contratante						
Nome: SUPERINTENDÊNCIA DO IPHAN NO RIO GRANDE DO SUL						
UG/Gestão: 343012/40401						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
2012	Motorista sede.	11.057.118/0001-72	dez/12	nov/16	ENSINO FUNDAMENTAL	P
2012	Motorista PHNM.	11.057.118/0001-72	dez/12	nov/16	ENSINO FUNDAMENTAL	P
2013	Vigilância PHNM.	08.938.288/0001-51	jul/13	jun/16	ENSINO FUNDAMENTAL	P
2013	Vigilância sede.	04.855.257/0001-86	jul/13	jun/16	ENSINO FUNDAMENTAL	P
2013	Apoio Administrativo.	90.886.771/0001-10	out/13	set/16	ENSINO MÉDIO	P
2013	TI.	10.438.318/0001-02	nov/13	nov/16	ENSINO MÉDIO	P
2013	Jardinagem.	07.454.361?0001-57	dez/13	dez/16	ENSINO FUNDAMENTAL	P
2014	Manutenção Predial.	94.331.832/0001-34	jul/14	jul/16	ENSINO FUNDAMENTAL	P
2015	Bilheteria.	09.398.564/0001-07	jul/15	jun/16	ENSINO FUNDAMENTAL	A
2015	Limpeza.	00.976.595/0001-15	dez/15	dez/16	ENSINO FUNDAMENTAL	A

Unidade Contratante						
Nome: SUPERINTENDÊNCIA DO IPHAN EM RORAIMA						
UG/Gestão: 343038/40401						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
2015	Prestação de Serviços de Recepção.	14.533.285/0001-30	02/09/2015	02/09/2016	ENSINO MÉDIO	P
2015	Prestação de Serviços de Segurança Armada.	08.531.731/0001-75	14/08/2015	13/08/2016	ENSINO MÉDIO	A
2015	Prestação de serviços de Limpeza, conservação e conservação.	22.939.649/0001-05	15/10/2015	14/10/2016	ENSINO MÉDIO	A

Unidade Contratante						
Nome: SUPERINTENDÊNCIA DO IPHAN EM SANTA CATARINA						
UG/Gestão: 343011/40401						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
2013	Serviços de vigilância – Sede.	95.832.986/0001-72	jul/13	jul/16	ENSINO FUNDAMENTAL	P
2014	Serviços de apoio administrativo.	02.531.343/0001-08	nov/14	nov/16	ENSINO MÉDIO	P
2013	Serviço de Informática.	85.240.869/0002-47	nov/13	nov/16	SUPERIOR	P
2014	Serviço de motorista.	13.096.859/0001-98	jan/14	jan/16	ENSINO FUNDAMENTAL	P
2015	Serviço de limpeza.	03.767.254/0001-28	jul/15	jul/16	SEM EXIGENCIA	A
2013	Serviço de vigilância – Alfandega.	05.497.780/0001-40	nov/13	nov/16	ENSINO FUNDAMENTAL	P

Unidade Contratante						
Nome: SUPERINTENDENCIA DO IPHAN SÃO PAULO						
UG/Gestão: 343009/40401						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
2010	Serviços de Vigilância e Segurança.	08.202.677/0001-14	jan/15	mar/15	ENSINO MÉDIO	E
2012	Serviços de Apoio Adm.	03.623.340/0001-67	abr/15	abr/16	ENSINO FUNDAMENTAL	E
2012	Serviços de TI.	00.308.141/0001-76	ago/15	ago/16	SUPERIOR	P
2012	Serviços de Vigilância desarmada em 4 municípios.	08.202.677/0001-14	set/15	set/16	ENSINO MÉDIO	E
2012	Contratação de Motoristas para a Sede IPHAN-SP.	08.604.419/0001-64	nov/15	nov/16	ENSINO MÉDIO	P
2014	Serviços de aluguel de máquina copiadora – Reprografia.	69.145.761/0001-38	out/15	out/16	ENSINO MÉDIO	P
2014	Reconstituição da Cobertura da Oficina de Refinos da Real Fábrica de Ferros Ipanema.	50.641.992/0001-04	dez/15	fev/16	ENSINO MÉDIO	P
2015	Serviços Manutenção Áreas Verdes Sede IPHAN-SP.	13.395.772/0001-11	mai/15	mai/16	ENSINO FUNDAMENTAL	A
2015	Serviços de Vigilância e Segurança sede IPHAN/SP.	10.928.126/0001-84	mar/15	mar/16	ENSINO MÉDIO	P
2015	Compatibilização Arquitetônica Rio Paraitinga.	10.785.639/0001-83	ago/15	jan/16	SUPERIOR	P
2015	Serviços de Vigilância desarmada em 4 municípios.	11.898.403/0001-16	jan/16	jun/16	ENSINO MÉDIO	A

Unidade Contratante						
Nome: SUPERINTENDÊNCIA DO IPHAN EM SERGIPE						
UG/Gestão: 343008/40401						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
2012	STEFANINI CONSULTORIA E ASSESSORIA EM INFORMÁTICA S.A (Técnico em Informática Avançado I).	58.069.360/0001-20	06/12/2012	05/02/2016	SUPERIOR	E
2013	KAUANNE SERVIÇOS LTDA (Serviços de Limpeza do Escritório Técnico do IPHAN em São Cristóvão/SE).	02.945.243/0001-28	18/04/2013	17/04/2016	ENSINO FUNDAMENTAL	P
2014	SETAS SERVIÇO DE LIMPEZA LTDA-ME (Serviço de Auxiliar de Informática).	12.957.998/0001-04	27/01/2014	26/01/2015	ENSINO MÉDIO	E
2014	CLASSICA GESTÃO EMPRESARIAL (Serviço de Recepcionista).	14.757.507/0001-07	27/01/2014	26/01/2017	ENSINO MÉDIO	P
2014	PINHEIRO VIGILÂNCIA (Serviço de Vigilância Armada).	04.944.975/0001-29	16/05/2014	15/05/2016	ENSINO MÉDIO	P
2014	MANSEG – MANUTENÇÃO E SERVIÇOS GERAIS LTDA - ME (Serviço de Limpeza da Sede).	14.782.495/0001-62	22/05/2014	21/05/2016	ENSINO FUNDAMENTAL	P
2014	CONTINUA SISTEMAS DE SERVIÇOS LTDA EPP (Serviço de Motoristas).	18.206.476/0001-49	03/09/2014	02/09/2016	ENSINO MÉDIO	P
2015	PORTOCALLE SERVIÇOS GERAIS LTDA - ME (Assistente Administrativo Nível I e II).	10.878.081/0001-80	27/01/2015	26/01/2017	ENSINO MÉDIO	P

Unidade Contratante						
Nome: SUPERINTENDÊNCIA DO IPHAN EM TOCANTINS						
UG/Gestão: 343043						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
2015	Contratação de empresa especializada na prestação de serviços continuados de vigilância armada para o IPHAN TO - Sede e Escritório Técnico de Natividade.	11.461.113/0001-00	mar/15	mar/16	ENSINO MÉDIO	A
2015	Contratação de serviço continuado de limpeza e conservação para o IPHAN TO - Sede e Escritório Técnico de Natividade -, com fornecimento de mão de obra e materiais.	07.396.024/0001-50	ago/15	ago/16	ENSINO FUNDAMENTAL	A
2015	Prestação de serviços continuados de apoio administrativo - recepção, contínuo e motorista - para o IPHAN TO Sede e Escritório Técnico.	04.829.840/0001-12	ago/15	ago/16	ENSINO FUNDAMENTAL	A
2014	Serviços continuados de apoio administrativo - recepcionista - para a Sede do IPHAN TO.	16.962.460/0001-30	set/15	set/16	ENSINO MÉDIO	P
2015	Prestação de serviços de tecnologia da informação para o IPHAN TO.	12.034.723/0001-90	ago/15	ago/16	ENSINO MÉDIO	A

Fonte: COREL/CGLOG/DPA/IPHAN

Estagiários (Gestão de Pessoas)

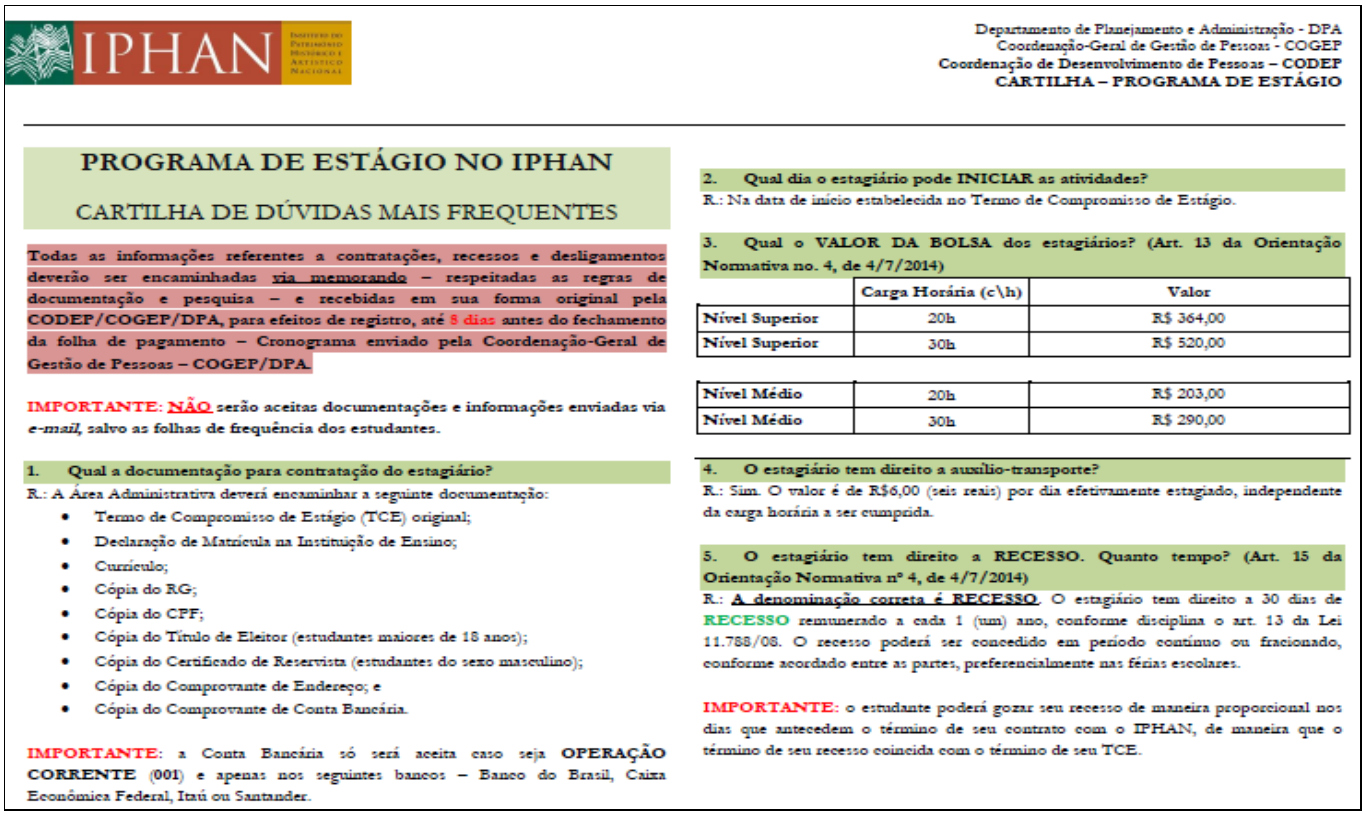
Atividades desenvolvidas

A CODEP/COGEP/DPA atua em todo processo de contratação, desligamento e registro de recesso de estagiário, por meio de atualizações no SIAPE, em planilhas e no sítio eletrônico do Agente de Integração. Esse setor realiza também conferência de ocorrências e encaminhamento de folha de pagamento de estagiário ao Agente de Integração com emissão de fatura mensal, assim como outras atividades que envolvem o Programa de Estágio.

Medidas de Gestão

Com a finalidade de auxiliar os envolvidos no programa de estágio do IPHAN a CODEP/COGEP/DPA desenvolveu a Cartilha de Dúvidas Mais Frequentes que tem como objetivo esclarecer dúvidas constantes dos supervisores e estagiários dessa Autarquia. Na imagem demonstra-se a página principal desse material:

Imagem da Cartilha de dúvidas mais frequentes



Departamento de Planejamento e Administração - DPA
Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas - COGEP
Coordenação de Desenvolvimento de Pessoas – CODEP
CARTILHA – PROGRAMA DE ESTÁGIO

PROGRAMA DE ESTÁGIO NO IPHAN

CARTILHA DE DÚVIDAS MAIS FREQUENTES

Todas as informações referentes a contratações, recessos e desligamentos deverão ser encaminhadas via memorando – respeitadas as regras de documentação e pesquisa – e recebidas em sua forma original pela CODEP/COGEP/DPA, para efeitos de registro, até 8 dias antes do fechamento da folha de pagamento – Cronograma enviado pela Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas – COGEP/DPA.

IMPORTANTE: NÃO serão aceitas documentações e informações enviadas via *e-mail*, salvo as folhas de frequência dos estudantes.

1. Qual a documentação para contratação do estagiário?

R.: A Área Administrativa deverá encaminhar a seguinte documentação:

- Termo de Compromisso de Estágio (TCE) original;
- Declaração de Matrícula na Instituição de Ensino;
- Currículo;
- Cópia do RG;
- Cópia do CPF;
- Cópia do Título de Eleitor (estudantes maiores de 18 anos);
- Cópia do Certificado de Reservista (estudantes do sexo masculino);
- Cópia do Comprovante de Endereço; e
- Cópia do Comprovante de Conta Bancária.

IMPORTANTE: a Conta Bancária só será aceita caso seja OPERAÇÃO CORRENTE (001) e apenas nos seguintes bancos – Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Itaú ou Santander.

2. Qual dia o estagiário pode INICIAR as atividades?

R.: Na data de início estabelecida no Termo de Compromisso de Estágio.

3. Qual o VALOR DA BOLSA dos estagiários? (Art. 13 da Orientação Normativa no. 4, de 4/7/2014)

	Carga Horária (c\h)	Valor
Nível Superior	20h	R$ 364,00
Nível Superior	30h	R$ 520,00
Nível Médio	20h	R$ 203,00
Nível Médio	30h	R$ 290,00

4. O estagiário tem direito a auxílio-transporte?

R.: Sim. O valor é de R$6,00 (seis reais) por dia efetivamente estagiado, independente da carga horária a ser cumprida.

5. O estagiário tem direito a RECESSO. Quanto tempo? (Art. 15 da Orientação Normativa nº 4, de 4/7/2014)

R.: A denominação correta é RECESSO. O estagiário tem direito a 30 dias de RECESSO remunerado a cada 1 (um) ano, conforme disciplina o art. 13 da Lei 11.788/08. O recesso poderá ser concedido em período contínuo ou fracionado, conforme acordado entre as partes, preferencialmente nas férias escolares.

IMPORTANTE: o estudante poderá gozar seu recesso de maneira proporcional nos dias que antecedem o término de seu contrato com o IPHAN, de maneira que o término de seu recesso coincida com o término de seu TCE.

Fonte: Arquivos da CODEP/COGEP/DPA/IPHAN, 2015.

A divulgação da cartilha foi feita por e-mail institucional enviada aos supervisores de estágio e estagiários, onde se observou que o uso dessa ferramenta superou os resultados esperados, pois o fluxo de e-mail e ligações sucessivas para questionamento de dúvidas diminuiu significativamente. Além disso,

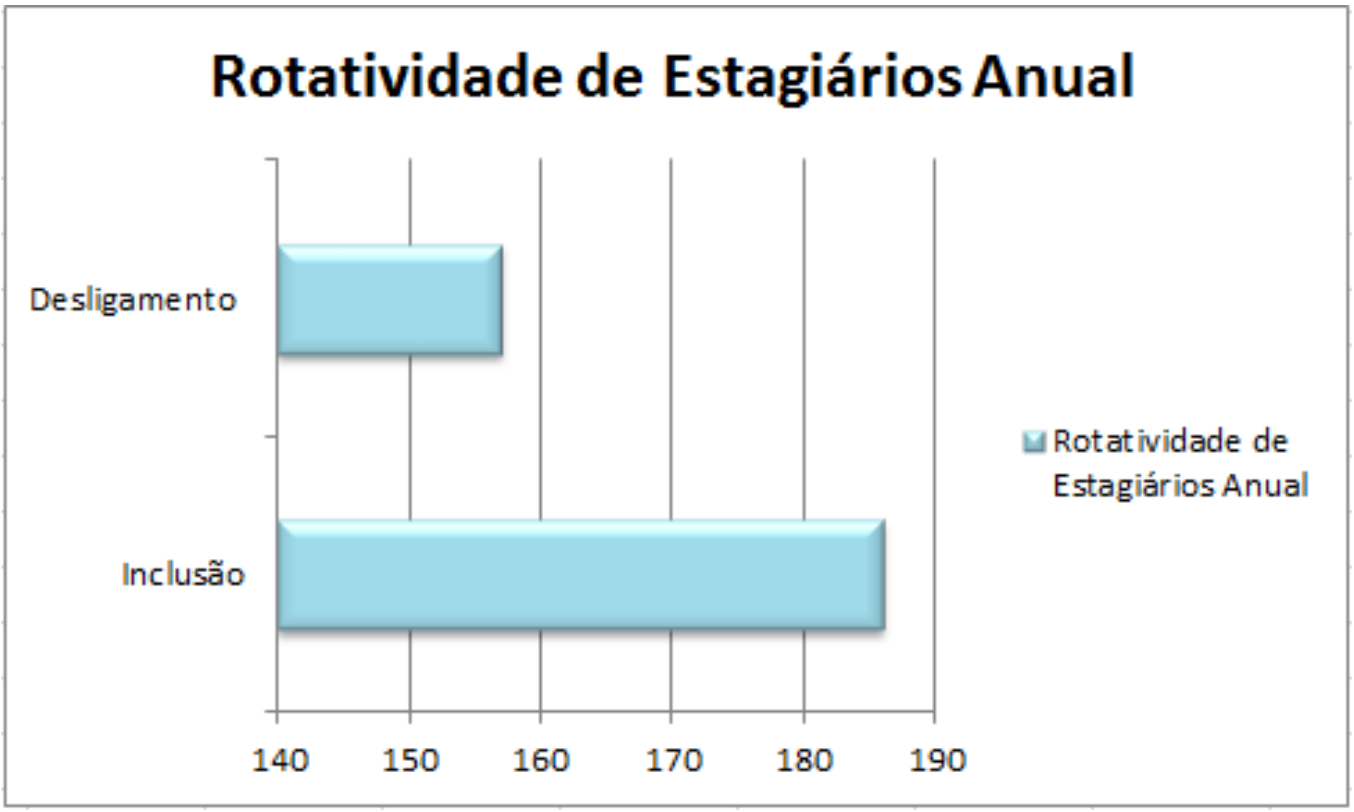
obtiveram-se resultados positivos quanto aos erros referentes à documentação e procedimentos, que foram alinhados e ajustados conforme as orientações apresentadas nessa cartilha.

Inclusão e desligamento de estagiários

O quadro de estagiários do IPHAN conta com 250 (duzentos e cinquenta) vagas, distribuído em todo país. As vagas destinam-se para estagiários de Nível Superior e Nível Médio conforme o contrato firmado entre IPHAN e o CIEE.

No quadro abaixo demonstra a rotatividade dos estagiários do IPHAN em âmbito nacional:

Gráfico 6.1.1.6 Rotatividade de Estagiários



Fonte: Arquivos CODEP/COGEP/DPA/IPHAN, 2015.

Observa-se que do total de 223[1] estagiários do IPHAN, 186 (cento e oitenta e seis) foram incluídos no quadro enquanto 146 (cento e quarenta e seis) foram desligados. Apresentando desta forma alta rotatividade com taxa de turnover totalizando 74,43%.

Contrato com o Agente de Integração

O contrato do Agente de Integração com o IPHAN foi prorrogado até agosto de 2016, com o intuito de manter o desenvolvimento das atividades do Programa de Estágio, buscando-se em negociações diretas a redução de 20% no valor do contrato.

[1] Os dados desse relatório estão de acordo com o levantamento realizados em 24 de novembro de 2015.

Os gastos com o pagamento dos serviços do agente de integração, no exercício de 2015, estão demonstrados a seguir:

Quadro 6.1.4.2 Gastos com agente de integração

MÊS	VALOR DA FATURA
JAN	R$ 5.984,00
FEV	R$ 5.504,00
MAR	R$ 6.176,00
ABR	R$ 5.728,00
MAI	R$ 6.368,00
JUN	R$ 6.688,00
JUL	R$ 6.176,00
AGO	R$ 6.456,06
SET	R$ 6.664,32
OUT	R$ 7.740,33
NOV	R$ 7.358,52
DEZ	R$ 7.740,33
TOTAL	**R$ 78.583,56**

Fonte: CODEP/COGEP/DPA/IPHAN

Trata-se de um valor relativamente baixo quando comparado à complexidade do serviço prestado pelo Agente de Integração, ainda mais quando se considera a abrangência do IPHAN em todo o território nacional e as inúmeras instituições de ensino com as quais esse agente firma parcerias.

Gastos com estagiários

Abaixo está demonstrada a distribuição dos valores das bolsas de estágio conforme cada nível de escolaridade e carga horária, e os valores do transporte pagos a cada estagiário.

Quadro 6.1.4.3 Gastos com estagiários

NÍVEL	C/H	VALOR DA BOLSA	VALOR DO TRANSPORTE
Médio	20h	R$ 203,00	R$ 132,00
Médio	30h	R$ 290,00	R$ 132,00
Superior	20h	R$ 364,00	R$ 132,00
Superior	30h	R$ 520,00	R$ 132,00

Fonte: CODEP/COGEP/DPA/IPHAN

Nos quadros seguintes observam-se os gastos aproximados com a folha de pagamento de estudantes relativos aos anos de 2014 e 2015.

Quadro 6.1.4.4 Folha de pagamento 2014

ESTAGIÁRIOS	C/H	1º TRIMESTRE	2º TRIMESTRE	3º TRIMESTRE	4º TRIMESTRE	DESPESA
Nível Médio	**20h**	**8**	**6**	**10**	**12**	**R$ 36.288,00**
Nível Médio	**30h**	**19**	**23**	**25**	**17**	**R$ 106.344,00**
Área Fim		1	0	1	4	
Área Meio		26	29	34	25	
Nível Superior	**20h**	**48**	**37**	**35**	**38**	**R$ 235.104,00**
Nível Superior	**30h**	**97**	**89**	**100**	**99**	**R$ 753.060,00**
Área Fim		129	109	120	122	
Área Meio		16	17	15	15	
TOTAL		**172**	**155**	**170**	**166**	**R$ 1.130.796,00**

Fonte: CODEP/COGEP/DPA/IPHAN

Quadro 6.1.4.5 Folha de pagamento 2015

ESTAGIÁRIOS	C/H	1º TRIMESTRE	2º TRIMESTRE	3º TRIMESTRE	4º TRIMESTRE	DESPESA
Nível Médio	**20h**	**16**	**18**	**19**	**22**	**R$ 75.600,00**
Nível Médio	**30h**	**23**	**23**	**23**	**23**	**R$ 116.472,00**
Área Fim		1	0	1	4	
Área Meio		38	41	41	41	
Nível Superior	**20h**	**43**	**43**	**49**	**52**	**R$ 278.256,00**
Nível Superior	**30h**	**105**	**104**	**105**	**117**	**R$ 843.036,00**
Área Fim		132	130	139	154	
Área Meio		16	17	15	15	
TOTAL		**187**	**188**	**196**	**214**	**R$ 1.313.364,00**

Fonte: CODEP/COGEP/DPA/IPHAN

Como é possível observar houve um aumento significativo no número de contratação de estagiários no IPHAN tais às mudanças se deram devido à implementação de um novo Programa de Estágio que está em processo de melhoria.

Ações Previstas para 2016

No exercício de 2016 pretende-se adotar novas medidas de gestão que visem a reduzir o custo de desligamentos tardios em função do cronograma de fechamento da folha de pagamento (SIAPE) ao longo dos meses. Será planejado, ainda, um conjunto de ações para melhor qualificar os estudantes, reduzindo a rotatividade e aumentando a atratividade do Programa de Estágio no Instituto, a despeito dos valores defasados das bolsas ofertadas pelo Executivo Federal.

6.2 Gestão do patrimônio e infraestrutura

6.2.1 Gestão do patrimônio imobiliário da União

Quadro 6.2.1 Gestão do patrimônio imobiliário da União

IPHAN-AC						
Dados dos Imóveis Próprios e Locados sob responsabilidade da Unidade						
Item	**Unidade (Tipologia)**	**RIP**	**Endereço**	**Valor do Imóvel**	**Valor do Aluguel**	**Situação**
1	Casa	0139.00400.500-9	Rua Dom Bosco, 186, Bosque. CEP 69909-390. Rio Branco	1.129.780,00		Próprio
2	Salas comerciais		Rua Rio Grande do Sul, nº 182 - 2º andar, Dom Giocondo, Rio Branco.		6.000,00	Alugado
IPHAN-AL						
Dados dos Imóveis Próprios e Locados sob responsabilidade da Unidade						
Item	**Unidade (Tipologia)**	**RIP**	**Endereço**	**Valor do Imóvel /RIP**	**Valor do Aluguel**	**Situação**
1	Galpão	2785.00388.500-8	Rua Sá e Albuquerque, 157, Jaraguá. CEP 57022-180. Maceió	1.892.645,13		Próprio
2	Prédio	2833.0004.500-0	Praça Marechal Deodoro, 133, Esq com Trav Amaranto Filho, Centro Histórico. CEP 57200-000. Penedo	130.000,00		Próprio
3	Terreno (ligado à Estação)		Barão de Jaraguá e Rua Cel. Pedro Lima			Cessão ao IPHAN
4	Prédio (antiga Estação Ferroviária)		Barão de Jaraguá			Cessão ao IPHAN
6	Prédio (setor de comunicações)		Barão de Jaraguá			Cessão ao IPHAN
7	Prédio (sanitário)		Barão de Jaraguá			Cessão ao IPHAN
8	Terreno (Arquivo Público)		Rua Sá e Albuquerque e Avenida Maceió			Cedido ao Estado
9	Prédio (antigo armazém - Arquivo Público)		Barão de Jaraguá			Cedido ao Estado
10	Terreno (estacionamento)		Barão de Jaraguá			Cessão ao IPHAN
11	Prédio (antiga Oficina)		Rua Sá e Albuquerque			Cessão ao IPHAN

IPHAN-AM						
Dados dos Imóveis Próprios e Locados sob responsabilidade da Unidade						
Item	**Unidade (Tipologia)**	**RIP**	**Endereço**	**Valor do Imóvel /RIP**	**Valor do Aluguel**	**Situação**
1		0255.005970500-0	Travessa Dr. Vivaldo Lima, 13/17 Sobrado, Centro. CEP 69005-440. Manaus	325.831,59		Próprio
IPHAN-AP						
Dados dos Imóveis Próprios e Locados sob responsabilidade da Unidade						
Item	**Unidade (Tipologia)**	**RIP**	**Endereço**	**Valor do Imóvel /RIP**	**Valor do Aluguel**	**Situação**
1	IPHAN-AP	NÃO	Avenida Henrique Galúcio 1242-A, Bairro Centro, Macapá-AP CEP:68.900-115.	NÃO	10.000,00	BOM
2	Centro Cultural Elesbão	NÃO	Ramal da Olaria s/nº, Bairro do Elesbão Santana/AP	NÃO	NÃO	Em fase de finalização da construção

IPHAN-BA						
Dados dos Imóveis Próprios e Locados sob responsabilidade da Unidade						
Item	**Unidade (Tipologia)**	**RIP**	**Endereço**	**Valor do Imóvel/RIP**	**Valor do Aluguel**	**Situação**
1	Casa	3397.00003.500-7	Rua Benjamim Constant, 17, Centro. CEP 44300-000. Cachoeira	154.427,73		Próprio
2	Casa	3397.00006.500-3	Praça da Aclamação, 04, Centro. CEP 44300-000. Cachoeira	260.107,12		Próprio
3	Sobrado	3397.00007.500-9	Praça Teixeira de Freitas, 2, Antigo Cinema de Cachoeira. CEP 44300-000. Cachoeira	175.924,90		Próprio
4	Sobrado	3407.00005.500-9	Rua Barão Homem de Melo, 36 Casa, Centro. CEP 45420-000. Cairu.	167.005,54		Próprio
5	Casa	3657.00002-500-1	Rua da Ajuda, 01, Centro. CEP 44480-000. Jaguaripe	151.340,99		Próprio
6	Sobrado	3687.00005.500-0	Rua Miguel Calmon, 09, Centro. CEP 46960-000. Lencóis	16.436,60		Próprio
7	Casa	3807.00031.500-6	Rua Dr. Antônio Ricaldi, S/N, Cidade Histórica. Porto Seguro.	67.983,85		Próprio
8	Casa	3835.00033.500-2	Rua Dois de Julho, 6, Centro. CEP 46170-000. Rio de Contas	246.190,46		Próprio
9	Solar	3849.00602.500-5	Rua Visconde de Itaparica, 08, Centro. CEP 40020-080. Salvador	2.972.954,75		Próprio
10	Casa	3849.00603.500-0	Rua Visconde de Itaparica, 06, Centro. CEP 40020-080. Salvador	97.912,00		Próprio
11	Solar	3849.00604.500-6	Rua São Francisco, 32, Centro. CEP 40020-310. Salvador	141.796,56		Próprio
12	Forte	3849.00619.500-8	Baía de Todos os Santos, s/n. CEP 40000-000	2.252.800,00		União

IPHAN-CE						
Dados dos Imóveis Próprios e Locados sob responsabilidade da Unidade						
Item	**Unidade (Tipologia)**	**RIP**	**Endereço**	**Valor do Imóvel**	**Valor do Aluguel**	**Situação**
IPHAN-DF						
Dados dos Imóveis Próprios e Locados sob responsabilidade da Unidade						
Item	**Unidade (Tipologia)**	**RIP**	**Endereço**	**Valor do Imóvel /RIP**	**Valor do Aluguel**	**Situação**
1		9701.27238.500-1	Quadra 507, SCR/Sul, Bl. B, Lojas 58, 59, 61 e 62. Asa Sul. CEP 70351-520	970.377,60		Próprio
2		9701.27240.500-2	Quadra 507, SCR/Sul, Bl. B, Loja 53. Asa Sul. CEP 70351-520	1.455.566,40		Próprio
IPHAN-ES						
Dados dos Imóveis Próprios e Locados sob responsabilidade da Unidade						
Item	**Unidade (Tipologia)**	**RIP**	**Endereço**	**Valor do Imóvel**	**Valor do Aluguel**	**Situação**
1		5605.00013.500-0	Rua Estação Matilde, s/n, Matilde. CEP 29240-000. Alfredo Chaves.	1.034.662,05		Próprio
2		5703.00097.500-8	Av. José Simões, s/n, Argolas, CEP. 29100-320. Vila Velha	328.340,89		Próprio
3		5705.00422.500-0	Rua José Marcelino, 203, Cidade Alta, Centro. CEP 29015-120. Vitória.	160.000,00		Próprio
4			Igreja Reis Magos - Travesia dos Reis Magos, s/n, Nova Almeida - Serra - CEP. 29.182-528			Próprio
5			Capela Santa LuziaRua Prof. Azambuja, s/n, Centro - Vitòria - CEP. 29.015-070			Próprio a regularizar
6			Rua Duque de Caxias, nº 272 Ed. Flora Moysés - Centro - Vitória- ES- CEP: 29.010-120.		5.896,75	Locado
7			Museu Solar Monjardim - Av. Paulino Müller, s/n - Vitória - CEP. 29.040-712			Próprio a transferir para IBRAM

IPHAN-GO						
Dados dos Imóveis Próprios e Locados sob responsabilidade da Unidade						
Item	**Unidade (Tipologia)**	**RIP**	**Endereço**	**Valor do Imóvel**	**Valor do Aluguel**	**Situação**
1	Edifício/Prédio	9373.00314.500-3	Praça Dr. Pedro Ludovico Teixeira, 210, entre Av. Araguaia e Goiás, Quadra 02, Lotes 1,3,5,2,4,6, Setor Central. CEP 74003-010. Goiânia.	5.835.764,49		União. Recebido em Cessão
2	Museu	9377.00018.500-7	Praça Brasil Caiado, s/n, Centro. CEP 76600-000. Goiás	640.462,45		União. Utilizado pelo IBRAM (Museu das Bandeiras)
3	Casa	9377.00019.500-2	Rua Luiz do Couto, antiga João Pessoa, s/n, Quadra 22, Lote 2, Centro. CEP 76600-000. Goiás	330.961,81		União. Cedido ao MPGO
4	Casa	9377.00020.500-8	Praça Zacheu Alves de Castro, 1, Centro. CEP 76600-000. Goiás	331.474,89		Próprio
5	Edifício/Prédio	9377.00022.500-9	Praça Dr. Tasso de Camargo, antiga Rua Moretti Foggia, s/n, Praça Castelo Branco - Sobrado da Real Fazenda, Centro. CEP 76600-00. Goiás	559.586,61		União. Cedido à SEFAZ/Governo Estado de Goiás
6	Complexo	9377.00024.500-0	Praça Dr. Brasil Ramos Caiado, s/n, Quartel do Vinte, Centro. CEP 76600-00. Goiás.	783.439,21		União. Cedido ao IFG
7	Museu	9535.00003.500-2	Rua da Cadeia, s/n, Casa da Princesa - Museu aberto ao público, Centro. CEP 76370-000. Pilar de Goiás.	80.209,89		União. Utilizado pelo IBRAM (Casa da Princesa)
8	Casa	9543.00003.500-3	Rua 24 de outubro, Esq. Rua do Bomfim, 1, Centro. CEP 72980-000. Pirenópolis.	319.934,68		Próprio
IPHAN-SEDE						
Dados dos Imóveis Próprios e Locados						
Item	**Unidade**	**RIP**	**Endereço**	**Valor do Imóvel**	**Valor do Aluguel**	**Situação**
1	IPHAN SEDE	9701 33075.500-7	SEPS 713/913 Bloco D - Asa Sul CEP 70390-135	621.139,00	772.622,64	Locado
2	IPHAN SEDE	9701 22850.500-5	SCES trecho 3, Projeto Orla, Polo 8 Asa Sul CEP 70200-003	543.359,64		Próprio

IPHAN-MA						
Dados dos Imóveis Próprios e Locados sob responsabilidade da Unidade						
Item	**Unidade (Tipologia)**	**RIP**	**Endereço**	**Valor do Imóvel /RIP**	**Valor do Aluguel**	**Situação**
1		0703.00143.500-0	Rua Grande, S/N, Centro. CEP 65250-000. São Luiz	92.802,00		Próprio
2		0703.00176.500-0	Rua Mercês, 464, Centro. CEP 65250-000.São Luiz	139.252,42		Próprio
3		0703.00177.500-5	Praça Gomes de Castro, (ex-praça da Matriz), 7, Centro. CEP 65250-000. São Luiz	259.368,99		Próprio
4		0703.00186.500-9	Fazenda Jardim, S/N, Zona Rural, CEP 65250-00. São Luiz	422.351,00		Próprio
5		0703.00255.500-9	Praça da Matriz, 15, Sobrado, Centro. CEP 65250-00. São Luiz	219.578,32		Próprio
6		0921.00426.500-9	Rua Giz, 235, Centro. CEP 65080-180. São Luiz	211.821,00		Próprio
7		0921.00474.500-0	Rua Estrela, 257, Centro. CEP 65000-500. São Luiz	923.252,22		Próprio

IPHAN-MG						
Dados dos Imóveis Próprios e Locados sob responsabilidade da Unidade						
Item	**Unidade (Tipologia)**	**RIP**	**Endereço**	**Valor do Imóvel /RIP**	**Valor do Aluguel**	**Situação**
1		4199.00007.500-8	Rua Israel Pinheiro, 32, Casarão, Centro. CEP 34800-000. Caeté	235.498,53		Própria
2		4431.00021.500-4	Praça Lobo Mesquita, 266, Diamante. CEP 39100-000. Diamantina	198.132,17		Própria
3		4431.00029.500-8	Rua Direita, 14, antiga Rua Tiradente s/n, Centro. CEP 39100-000. Diamantina	454.144,05		Própria
4		4431.00030.500-3	Rua do Bomfim, 50, perto da praça Monsenhor Neves, Centro. CEP 39100-000. Diamantina	69.966,84		Própria
5		4431.00034.500-5	Rua Francisco Sá, antiga Rua da Quitanda, 50, Biblioteca Antonio Torres, Centro. CEP 39100-000. Diamantina	298.611,89		Própria
6		4431.0048.500-1	Rua Casaca Parda, s/n, Cazuza. CEP 39100-000. Diamantina	15.000,00		Própria
7		4799.00008.500-1	Rua Direita, 1, Casa, Centro. CEP 35420-000. Mariana	481.620,00		Própria
8		4799.00009.500-7	Rua do Rosário, s/n, Santa Rita Durão. CEP 35420-000. Mariana.	192.158,62		Própria
9		4921.00067.500-0	Rua Pandiá Calogeras, s/n, Terreno. CEP 35400-000. Ouro Preto	22.500,00		Própria
10		4921.00121.500-2	Praça Tiradentes, 8, Casa, Antonio Dias. CEP 35400-000. Ouro Preto.	255.667,34		Própria
11		4921.00122.500-8	Rua Pilar, 60 e nº 76- Casa do Pilar, Centro.CEP 35400-000. Ouro Preto	420.808,83		Própria
12		4921.00123.500-3	Praça Tirantes, 139, Centro. CEP 35400-000. Ouro Preto	1.871.803,44		Própria
13		5133.00011.500-2	Rua Intendência, s/n, Centro. CEP 34505-000. Sabará	179.720,89		Própria
14		5143.00002.500-0	Av. Governador Valadares, 128, Casa, Santa. CEP 35960-000. Santa Bárbara.	1.523,00		Própria

15		5249.00030.500-9	Rua Marechal Deodoro, 12, Casarão, Deodoro. CEP 36300-000. São João Del Rei.	610.279,50		Própria
		Não cadastrado no SPIUNET	Rua Hermilio Alves, n° 52, Centro, São João del-Rei - MG CEP 36307-328			
16		5341.00005.500-3	Praça Presidente Vargas, 108, Casa, General. CEP 39150-000. Serro	2.779.697,73		Própria
17		5341.00006.500-9	Rua General Pedra, 23, Praça Cristiano Otoni, Centro. CEP 39150-000. Serro.	239.255,19		Própria
18		5375.00002.500-1	Rua da Câmara, 124, Casarão, da Câmara. CEP 36325-000. Tiradentes	189.339,83		Própria
19		Não cadastrado no SPIUNET	Rua Junuária nº 130 Centro, Belo Horizonte - MG - CEP: 30.110-055			
IPHAN-MS						
Dados dos Imóveis Próprios e Locados sob responsabilidade da Unidade						
Item	**Unidade (Tipologia)**	**RIP**	**Endereço**	**Valor do Imóvel**	**Valor do Aluguel**	**Situação**
1		9051.00331.500-6	Rua General Mello, 23, Lote 01, resultante do desdobro da área D-4, Centro. CEP 79002-241. Campo Grande	471.455,06		Próprio
2		9063.00166.500-3	Rua Domingues Sahib, s/nr, Centro. CEP 79300-130. Corumba.	1.836.199,25		Próprio
IPHAN-MT						
Dados dos Imóveis Próprios e Locados sob responsabilidade da Unidade						
Item	**Unidade (Tipologia)**	**RIP**	**Endereço**	**Valor do Imóvel /RIP**	**Valor do Aluguel**	**Situação**
1	Casa Tombada		Rua 7 de Setembro, 390 - Centro Norte- Cuiabá - MT . CEP: 78.005-040			Próprio
2	Casa Tombada		Rua Pedro Celestino, Centro Norte, 302 - Cuiabá - Mt. Cep: 78005-010			Cedido em Comodato pela SPU

IPHAN-PA						
Dados dos Imóveis Próprios e Locados sob responsabilidade da Unidade						
Item	**Unidade (Tipologia)**	**RIP**	**Endereço**	**Valor do Imóvel**	**Valor do Aluguel**	**Situação**
1		0427.00681.500-3	Av. Governador José Malcher, 563, Esquina com Rui Barbosa, Nazaré. Cep 66035-100. Belém.	376.840,96		Próprio
2		0427.00762.500-3	Av. Governador José Malcher, 474, Esquina com Benjamim , Nazaré. Cep 66035-100. Belém.	794.500,00		Próprio
IPHAN-PB						
Dados dos Imóveis Próprios e Locados sob responsabilidade da Unidade						
Item	**Unidade (Tipologia)**	**RIP**	**Endereço**	**Valor do Imóvel/RIP**	**Valor do Aluguel**	**Situação**
1	UNIDADE	1965.00022.500-0	Fortaleza de Santa Catarina, 0, Centro, CEP 58310-000. Cabedelo	1.513.576,70		Cedido pela SPU
2	UNIDADE	2051.00149.500-9	Praça Barão do Rio Branco, 30, CEP 58010-760. João Pessoa.	24.817,53		Cedido pela SPU
3	UNIDADE	2051.00171.500-9	Praça Rio Branco, 17, Centro. CEP 58000-00. João Pessoa	590.089,42		Cedido pela SPU
4	SEDE	2051.00225.500-1	Praça Antenor Navarro, 23, Varadouro. CEP 58010-480. João Pessoa	120.000,00		Próprio

IPHAN-PE						
Dados dos Imóveis Próprios e Locados sob responsabilidade da Unidade						
Item	**Unidade (Tipologia)**	**RIP**	**Endereço**	**Valor do Imóvel**	**Valor do Aluguel**	**Situação**
1		2451.00003.500-0	Ilha de Itamaracá, S/N, Centro. CEP 53900.000	63.328,17		Próprio
2		2457.00015.500-4	Estrada da Batalha, S/N, Prazeres. CEP 54000-000. Joboatão dos Guararapes	172.000.000,00		Próprio
4		2491.00027.500-0	Avenida Beira Mar, S/N, Carmo. Cep 53000-00. Olinda	33.364,32		Próprio
5		2491.00028.500-5	Rua do Amparo, 00059, Centro. CEP 53.000-000. Olinda	74.122,92		Próprio
7			Palácio da Soledade - Av. Oliveira Lima, 824-Bairro da Boa Vista - Recife - PE - CEP: 50.050-390			Cedido (IPHAN - Cessionário)
			Depósitos			Cedido (IPHAN - Cessionário)
			ET Igarassu			Cedido (IPHAN - Cessionário)
IPHAN-PI						
Dados dos Imóveis Próprios e Locados sob responsabilidade da Unidade						
Item	**Unidade (Tipologia)**	**RIP**	**Endereço**	**Valor do Imóvel /RIP**	**Valor do Aluguel**	**Situação**
1	Sala		Travessa Carlos Oliveira, S/N. Centro. São Raimundo Nonato-PI.			Cessão de uso FUMDHAM
2	Anexo		Rua Magalhães Filho, 779 Norte. Centro. Teresina-PI			Cessão de uso nº 001/CEST/PI/DNOCS/2014
3	Sala		Avenida Presidente Getúlio Vargas, nº308 .Centro. Parnaíba.			Cessão de uso Prefeitura Municipal de Parnaíba

IPHAN-PR						
Dados dos Imóveis Próprios e Locados sob responsabilidade da Unidade						
Item	**Unidade (Tipologia)**	**RIP**	**Endereço**	**Valor do Imóvel /RIP**	**Valor do Aluguel**	**Situação**
1		7419.00008.500-0	Rua Paraná, s/n, Estação Ferroviária, Centro. CEP 86830-000. Andira	74.244,07	Não há aluguel, há o compromisso da prefeitura em promover a guarda e a preservação do imóvel, em conformidade com o Art. 7º do Decreto nº 6.018/2007	Patrimônio Ferroviário cedido provisóriamente ao IPHAN que o repassou a à prefeitura de Andirá por meio de Termo de Compromisso
2		7419.00010.500-1	Rua Paraná, s/n, Estação Ferroviária, Centro. CEP 86830-000. Andira	52.266,91	Não há aluguel, há o compromisso da prefeitura em promover a guarda e a preservação do imóvel, em conformidade com o Art. 7º do Decreto nº 6.018/2008	Patrimônio Ferroviário cedido provisóriamente ao IPHAN que o repassou a à prefeitura de Andirá por meio de Termo de Compromisso
3		7535.00511.500-3	Av. Presidente Afonso Camargo, 24, Rebouças, CEP 80060-090. Curitiba	2.779.616,90	Não há aluguel, há o compromisso da prefeitura em promover a guarda e a preservação do imóvel, em conformidade com o Art. 7º do Decreto nº 6.018/2009	Patrimônio Ferroviário cedido provisóriamente ao IPHAN que articula com parceiros uso cultural e turístico
4		7657.00017.500-5	Rua Quinze de Novembro, 67, Casa, Centro. CEP 83750-000. Casa Lacerda - Lapa	203.495,43	Futura Casa do Patrimônio	Própria
5		7745.00133.500-9	Ilha do Mel, s/n, Fortaleza Nossa Senhora dos Prazares, Barra, CEP 83200-000. Paranaguá.	2.479.844,50		Própria

IPHAN-RJ						
Dados dos Imóveis Próprios e Locados sob responsabilidade da Unidade						
Item	**Unidade (Tipologia)**	**RIP**	**Endereço**	**Valor do Imóvel /RIP**	**Valor do Aluguel**	**Situação**
1	Prédio	6001.02410.500-8	Avenida Rio Branco, 46, Centro. CEP 20090-002. Rio de Janeiro	6.517.277,83		Próprio
IPHAN-RN						
Dados dos Imóveis Próprios e Locados sob responsabilidade da Unidade						
Item	**Unidade (Tipologia)**	**RIP**	**Endereço**	**Valor do Imóvel /RIP**	**Valor do Aluguel**	**Situação**
1	FORTE DOS REIS MAGOS	1761.00389.500-0	Av. Presidente Café Filho, 01, Praia do meio, Natal/RN - CEP: 59.010-000.	2.445.448,43	0,00	Próprio
2	SEDE DO IPHAN/RN	1761.00424.500-0	Av. Duque de Caxias, 158, Ribeira. CEP 59010-200. Natal/RN	569.498,36	0,00	Próprio
3	CASA DO PATRIMÔNIO		Rua da Conceição, 603, Cidade Alta, Natal/RN - CEP: 59025-270		0,00	Próprio
IPHAN-RO						
Dados dos Imóveis Próprios e Locados sob responsabilidade da Unidade						
Item	**Unidade (Tipologia)**	**RIP**	**Endereço**	**Valor do Imóvel /RIP**	**Valor do Aluguel**	**Situação**
1		0003.00675.500-8	Av. Presidente Dutra, 2234, Baixa União. CEP 787900-00. Porto Velho.	482.755,84		Próprio
IPHAN-RR						
Dados dos Imóveis Próprios e Locados sob responsabilidade da Unidade						
Item	**Unidade (Tipologia)**	**RIP**	**Endereço**	**Valor do Imóvel /RIP**	**Valor do Aluguel**	**Situação**
1						

IPHAN-RS						
Dados dos Imóveis Próprios e Locados sob responsabilidade da Unidade						
Item	**Unidade (Tipologia)**	**RIP**	**Endereço**	**Valor do Imóvel /RIP**	**Valor do Aluguel**	**Situação**
1		7341.00003.500-3	Lote Av. Boaventura Braga, 1, Quadra 13, Centro. CEP 98865-000. São Miguel das Missões	195.000,00		Próprio
2		7341.00005.500-4	Lote Porfírio Dutra, 7, Quadra 19, Centro. CEP 98865-000. São Miguel das Missões	60.000,00		Próprio
3		8507.00046.500-6	Praça Getúlio Vargas, 585, Centro. CEP 97540-000. Alegrete	713.767,00		Próprio
4		8515.00002.500-7	Praça Garibaldi, 77, Centro. CEP 95250-000. Antonio do Prado	389.608,03		Próprio
5		8929.00006-500-4	Rua Cônego Tostes, 1690, Centro. CEP 95860-000. Taquari	444.861,85		Próprio
IPHAN-SC						
Dados dos Imóveis Próprios e Locados sob responsabilidade da Unidade						
Item	**Unidade (Tipologia)**	**RIP**	**Endereço**	**Valor do Imóvel /RIP**	**Valor do Aluguel**	**Situação**
1		8105.00241.500-4	Rua Saldanha Marinho, 03, Centro. CEP 88010-000. Florianópolis	161.016,24		Próprio
2		8105.00244.500-0	Rua Conselheiro Mafra, 810, Garagem Box 13, Centro. Florianópolis.	21.462,99		Cessão
3		8159.00009.500-1	Rua Padre João Kominek, 120, Alto Paraguaçu. CEP 89340-000. Itaiópolis.	60.001,00		Próprio
4		8185.00044.500-1	Praça Vidal Ramos, 118, Centro. CEP 88790-000. Laguna	142.934,36		Próprio
5		8185.00063.500-5	Rua Osvaldo Cabral, esquina com a Av. Engº Colombo M. Salles, 165, Centro. CEP 88790-000. Laguna	1.625.600,00		Próprio
6		8319.00042.500-5	Rua General Osório, 40, Centro. CEP 89240-000. São Francisco do Sul	77.455,00		Próprio
7			Praça Getúlio Vargas, 268, centro, Cep: 88020-030-Florianópolis		25.207,88	Alugado

IPHAN-SE						
Dados dos Imóveis Próprios e Locados sob responsabilidade da Unidade						
Item	**Unidade (Tipologia)**	**RIP**	**Endereço**	**Valor do Imóvel /RIP**	**Valor do Aluguel**	**Situação**
1	Casa	3105.00184.500-8	Praça Camerino n° 225, São José. CEP 49015-060. Aracaju/SE	626.742,93	Não se aplica.	próprio
2	Sobrado	3233.00155.500-1	Sobrado à Rua Coronel Erundino Prado/Praça São Francisco n° 50, Centro. CEP 49100.000. São Cristóvão/SE.	86.238,12	Não se aplica.	próprio
IPHAN-SP						
Dados dos Imóveis Próprios e Locados sob responsabilidade da Unidade						
Item	**Unidade (Tipologia)**	**RIP**	**Endereço**	**Valor do Imóvel /RIP**	**Valor do Aluguel**	**Situação**
1		2965.00001.500-0	Praia de Bertioga, s/n, Forte São João, Centro. CEP 11250-00. Bertioga.	2.314.507,00		Próprio
2		6257.00001.500-7	Rua Rui Barbosa, s/nr, Lote 01, Antônio Munício José. CEP 14340-000. Brodowski	8.582,13		Próprio
3		6257.00003.500-8	Rua Rui Barbosa, s/nr, Lote 02, Antônio Munício José. CEP 14340-000. Brodowski	5.977,25		Próprio
4		6257.00005.500-9	Rua Rui Barbosa, s/nr, Lote 03, Antônio Munício José. CEP 14340-000. Brodowski	5.918,11		Próprio
5		6257.00007.500-0	Rua Rui Barbosa, s/nr, Lote 04, Antônio Munício José. CEP 14340-000. Brodowski	9.377,54		Próprio
6		6257.00009.500-0	Rua Rui Barbosa, s/nr, Lote 05, Antônio Munício José. CEP 14340-000. Brodowski	7.026,60		Próprio
7		6257.00011.500-1	Rua Rui Barbosa, s/nr, Lote 06, Antônio Munício José. CEP 14340-000. Brodowski	7.026,60		Próprio
8		6257.00013.500-2	Rua Rui Barbosa, s/nr, Lote 07, Antônio Munício José. CEP 14340-000. Brodowski	7.026,60		Próprio
9		6257.00015.500-3	Rua Rui Barbosa, s/nr, Lote 08, Antônio Munício José. CEP 14340-000. Brodowski	7.026,60		Próprio
10		6361.00003.500-2	Estrada do Caiapiá, 800, KM 31, Barro Branco, Cotia. CEP 067000-000. Cotia.	150.000,35		Próprio

11		6361.00005.500-3	Estrada do Padre Inácio - Av. Nove de Julho, 3000. CEP 06700-000. Cotia	794.057,56		Próprio
12		6813.00002.500-9	Fazenda Ponte Alta, s/n, Represa de Paraibuna, Redença da Serra. CEP 12260-000. Paraibuna.	1.043.007,75		Próprio
13		7047.00025.500-3	Praça Largo da Matriz, 09, Centro. CEP 06500-000. Santa de Parnaíba.	53.783,07		Próprio
14		7071.00161.500-6	Rua Tiro Onze, 11, Santos. CEP 11000-000. Santos	381.232,66		Próprio
15		70107.00622.500-6	Rua Baronesa de Itu, 639, Higienópolis. CEP 01231-001. São Paulo	702.502,02		Próprio
16		7113.00031.500-8	Estrada Municipal de Santo Antônio, 13 São Roque. CEP 18130-000. São Roque.	921.404,33		Próprio
IPHAN-TO						
Dados dos Imóveis Próprios e Locados sob responsabilidade da Unidade						
Item	**Unidade (Tipologia)**	**RIP**	**Endereço**	**Valor do Imóvel /RIP**	**Valor do Aluguel**	**Situação**
1	Escritório do IPHAN em Natividade		Rua Deocelciano Nunes, n° 141, Centro, Natividade TO- CEP 77.370-000			Imóvel próprio do IPHAN
2	Sede da Superintendência do IPHAN - TO		Quadra 104 sul, Rua SE 03, conj. II, lote 01, 2º Piso, sala 11 - Palmas - TO. CEP: 77.020-016		11.119,26	Imóvel alugado pelo IPHAN

Fonte: CGLOG/DPA/IPHAN

6.2.2 Cessão de espaços físicos e imóveis a órgãos públicos e órgãos e entidades públicas ou privadas

Quadro 6.2.2.1 Cessão de espaços físicos e imóveis a órgãos públicos e órgãos e entidades públicas ou privadas – IPHAN/SEDE

Caracterização do imóvel objeto de Cessão	**RIP**	970122850.500-5
	Endereço	SCES Trecho 3, Projeto Orla, Polo 08 - Asa Sul
Identificação do Cessionário	**CNPJ**	26.474.0560027/0001-71
	Nome ou Razão Social	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.
	Atividade ou Ramo de Atuação	Preservação do Patrimônio Cultural Brasileiro.
Caracterização da Cessão	**Forma de Seleção do Cessionário**	Foi solicitado a Terracap o pedido de cessão, tendo em vista que esta autarquia não possui sede própria.
	Finalidade do Uso do Espaço ou Imóvel Cedido	Construção da sede do IPHAN.
	Prazo da Cessão	10 anos.
	Caracterização do espaço cedido	Terreno medindo 170,00m² de frente e fundo e 170,00 m² pelas laterais esquerda e direita.
	Benefícios, pecuniários ou não, recebidos pela UPC como remuneração pelo espaço cedido	Não tem.
	Tratamento contábil dos benefícios recebidos	Não tem.
	Rasteio dos gastos, quando cessão parcial	Não tem.
	Uso dos benefícios decorrentes da cessão pela UPC	Não tem.

Fonte: CGLOG/DPA/IPHAN

Quadro 6.2.2.2 Cessão de espaços físicos e imóveis a órgãos públicos e órgãos e entidades públicas ou privadas – IPHAN/RN

Caracterização do imóvel objeto de cessão	**RIP**	1761 00389.500-0
	Endereço	Praia do Forte, s/n Santos Reis - CEP 59010-000
Identificação do cessionário	**CNPJ**	26.474.056/0044-01
	Nome ou Razão Social	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional no RN
	Atividade ou Ramo de Atuação	Preservação e promoção do Patrimônio Cultural Brasileiro
Característica da cessão	**Forma de seleção do cessionário**	Foi solicitado diretamente a SPU
	Finalidade do uso do espaço cedido	Implantação do Espaço Cultural denominado "Centro Cultural Fortaleza dos Três Reis Magos"
	Prazo da cessão	10 anos
	Caracterização do espaço cedido	Terreno medindo 124,30m pela frente, 162,50m lado direito, 162,50m lado esquerdo e fundos 124,30m. Total 19.478,87m². Benfeitoria medindo 2.750,00 m²
	Valores e benefícios recebidos pela UG cedente	Valor do terreno R$ 342.243,75 e da benfeitoria R$ 2.103.204,68. Total: R$ 2.445.448,43
	Tratamento contábil dos valores ou benefícios	Não tem
	Forma de utilização dos recursos recebidos	Não tem

	Forma de rateio dos gastos relacionados ao imóvel	Não tem
Caracterização do imóvel objeto de cessão	**RIP**	1761 00424.500-0
	Endereço	Avenida Duque de Caxias, 158 Ribeira - CEP 59010-200
Identificação do cessionário	**CNPJ**	26.474.056/0044-01
	Nome ou Razão Social	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional no RN
	Atividade ou Ramo de Atuação	Preservação do Patrimônio Cultural Brasileiro
Característica da cessão	**Forma de seleção do cessionário**	Foi solicitado diretamente a SPU, tendo em vista que a antiga Sede não tinha espaço suficiente para boa acomodação de todos os servidores
	Finalidade do uso do espaço cedido	Instalação da Sede da Superintendência do IPHAN no RN
	Prazo da cessão	10 anos
	Caracterização do espaço cedido	Terreno - Norte: com Severino Alves Bila com 23,40, Januário Cicco e Vicente Antônio Fernandes com 10,20m; SUL: com Ciro Cavalcante com 30,60m, Januário Cicco e Antônio Fernandes com 3,20m; LESTE: com Avenida Duque de Caxias com 22,40m; e OESTE com Januário Cicco e Vicente Antônio Fernandes com 5,35m + 14,10m + 5,65m. Total 547,09m². Benfeitoria medindo 603,06m²
	Valores e benefícios recebidos pela UG cedente	Valor do terreno R$ 66.318,25 e da benfeitoria R$ 503.180,11. Total: R$ 569.498,36
	Tratamento contábil dos valores ou benefícios	Não tem

	Forma de utilização dos recursos recebidos	Não tem
	Forma de rateio dos gastos relacionados ao imóvel	Não tem
Caracterização do imóvel	**RIP**	Não tem
	Endereço	Rua da Conceição, 603 Cidade Alta - CEP 59021-270
Identificação	**CNPJ**	26.474.056/0044-01
	Nome ou Razão Social	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional no RN
	Atividade ou Ramo de Atuação	Preservação do Patrimônio Cultural Brasileiro
Característica	**Finalidade do uso do espaço**	O imóvel encontra-se fechado no momento. Aguardando restauro.
	Prazo da cessão	Imóvel adquirido pela Fundação Nacional Pró-Memória
	Caracterização do espaço	Terreno medindo 340,84m² e da benfeitoria 230,44m²

Fonte: CGLOG/DPA/IPHAN

6.2.3 Informações sobre imóveis locados de terceiros

Quadro 6.2.3 Informações sobre imóveis locados de terceiros

LOCALIZAÇÃO GEOGRAFICA		QUANTIDADE DE IMOVEIS LOCADOS DE TERCEIROS	
		EXERCÍCIO 2014	EXERCÍCIO 2015
BRASIL	**AC**	**1**	**1**
	RIO BRANCO	1	1
	AP	**1**	**1**
	AMAPÁ	1	1
	DF	**17**	**1**
	BRASÍLIA	16	0
	BRASILIA - SEDE	1	1
	ES	**1**	**1**
	VITORIA	1	1
	GO	**1**	**1**
	GOIÂNIA	1	1
	RS	**1**	**1**
	PORTO ALEGRE	1	1
	SC	**1**	**1**
	FLORIANÓPOLIS	1	1
	TO	**1**	**1**
	PALMAS	1	1
SUBTOTAL BRASIL		**24**	**8**
EXTERIOR	**PAÍS 1**	**0**	**0**
	CIDADE 1		
	PAÍS "N"	**0**	**0**
	CIDADE 1		
SUBTOTAL EXTERIOR		**0**	**0**
TOTAL (BRASIL + EXTERIOR)		**24**	**8**

Fonte: CGLOG/DPA/IPHAN

Análise Crítica

Os gastos com manutenção e conservação dos imóveis locados de terceiros, são arcados integralmente pelo IPHAN, tais como: limpeza e conservação, manutenção em geral, sistema de alarme contra incêndio, bombas de hidrantes, água, luz e demais serviços correlatos à conservação e manutenção do imóvel, não sendo deduzidos dos valores mensais de alugueis pago ao locador.

6.3 Gestão da Tecnologia da Informação

6.3.1 Principais sistemas de informações

Descrição dos principais sistemas de informações da UPC, especificando pelo menos seus objetivos, principais funcionalidades, responsável técnico, responsável da área de negócio e criticidade para a unidade.

Quadro 6.3.1 Sistemas de Informações da Unidade

SIGLA E NOME	OBJETIVOS	PRINCIPAIS FUNCIONALIDADES	RESPONSÁVEL TÉCNICO	RESPONSÁVEL NEGOCIAL	CRITICIDADE
SIG-IPHAN Sistemas de Informações Gerenciais do IPHAN	Sistema corporativo de informações gerenciais para monitoramento físico e financeiro das ações e programas do IPHAN.	- Gerenciar o planejamento anual - Gerenciar a execução dos projetos - Monitorar os resultados e as metas dos projetos - Acompanhar a execução física e financeira dos projetos	CGTI/DPA	Comitê Interdepartamental	Alta
SICG Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão	Sistema corporativo estratégico múltiplo composto por módulos operacionais e gerenciais. Responsável pela catalogação, mapeamento e georreferenciamento dos bens culturais materiais e imateriais.	- Gerenciar os bens culturais materiais e imateriais - Cadastrar informações georreferenciadas dos bens - Emitir relatórios para auxiliar na tomada de decisão com cruzamento das informações georreferenciadas dos bens com *shapefiles* diversos.	CGTI/DPA	Comitê Interdepartamental	Alta
Fiscalis Sistema de Fiscalização e Autorização de Intervenções em Bens Culturais	Sistema corporativo estratégico múltiplo composto por módulos operacionais e gerenciais. Responsável pela automação dos procedimentos de fiscalização e autorização de intervenções em bens culturais protegidos ou tutelados, possibilitando o planejamento das ações, o trabalho em campo e a geração de informações gerenciais.	- Gerenciar o planejamento anual das fiscalizações - Gerenciar o planejamento por superintendência - Cadastrar fiscalizações, módulo WEB e móvel (tablet) - Emitir auto de infração e termo de embargo - Cadastrar diárias e km utilizadas nas fiscalizações	CGTI/DPA	CGBI/DEPAM	Alta
Portal IPHAN Portal Internet IPHAN	Ferramenta de disponibilização das informações do IPHAN, organizadas por seções de conteúdo. O sistema permite cadastramento de diferentes tipos de informação, como	- Criar novas páginas - Gerenciar itens de menu - Criar e gerenciar Subsites com conteúdo próprio - Gerenciar dicionário do patrimônio - Gerenciar galerias de imagens	CGTI/DPA	GAB/PRES	Alta

SIGLA E NOME	OBJETIVOS	PRINCIPAIS FUNCIONALIDADES	RESPONSÁVEL TÉCNICO	RESPONSÁVEL NEGOCIAL	CRITICIDADE
	notícias, legislação, unidade organizacional, dentre outras categorias.	- Gerenciar a divulgação de Licitações, Convênios e Contratos - Gerenciar notícias - Gerenciar vídeos - Gerenciar agenda de eventos - Gerenciar perguntas frequentes - Gerenciar a configuração do publicador de conteúdo - Permitir acesso individualizado ao gerenciador de conteúdo de acordo com perfil do usuário			
Intranet Portal Intranet Corporativa IPHAN	Ferramenta de disponibilização das informações internas do IPHAN, classificadas por seções de conteúdo. O sistema permite cadastramento de diferentes tipos de informação, como notícias, legislação, unidade organizacional, dentre outras categorias. Acesso restrito aos funcionários do IPHAN, autenticados por meio do Active Directory.	- Criar novas páginas - Inserir imagens - Gerenciar notícias - Cadastrar matéria - Cadastrar anexo - Cadastrar seções - Cadastrar usuário	CGTI/DPA	GAB/PRES	Alta
BCP Sistema de Bens Culturais Procurados	Sistema corporativo de cadastro de bens móveis atualmente procurados. Além do registro de desaparecimento, o sistema permite cadastro de informações sobre a recuperação de peças e emissão de relatórios gerenciais. Disponibiliza no portal do IPHAN os dados cadastrados.	- Cadastrar bens culturais procurados e resgatados - Cadastrar Tesauro: Objeto, Classe e Subclasse	CGTI/DPA	CGBM/DEPAM	Média
BPA Banco de Portarias de Pesquisa Arqueológica	Sistema corporativo de cadastro de Portarias de Pesquisa Arqueológica e outros documentos do Centro Nacional de Arqueologia. A ferramenta permite publicar as informações finalizadas para um ambiente acessível pelo portal do IPHAN.	- Cadastrar portarias de arqueologia - Consultar as portarias de arqueologia	CGTI/DPA	CNA	Média

SIGLA E NOME	OBJETIVOS	PRINCIPAIS FUNCIONALIDADES	RESPONSÁVEL TÉCNICO	RESPONSÁVEL NEGOCIAL	CRITICIDADE
CNART Cadastro Nacional de Negociantes de Antiguidades e Obras de Arte	Sistema corporativo de informações gerenciais responsável por armazenar os dados de identificação pessoal dos negociantes, bem como dos objetos por eles comercializados. Registra, ainda, informações sobre os leiloeiros que atuam no mercado de comércio de antiguidades e obras de arte, além dos respectivos eventos de leilão.	- Cadastro/pesquisa de leiloeiros e negociantes - Cadastro/pesquisa de objetos/peças de arte - Cadastro/pesquisa de avisos aos usuários cadastrados - Quadro resumo de Objetos, leilões e usuários cadastrados	CGTI/DPA	CGBM/DEPAM	Média
SGPA Sistema de Gerenciamento de Patrimônio Arqueológico	Sistema corporativo responsável pelo cadastro de sítios arqueológicos. A ferramenta permite publicar as informações finalizadas para ambiente disponível no portal do IPHAN, denominada CNSA (ou SGPA Portal).	- Cadastrar sítios arqueológicos	CGTI/DPA	CNA	Média
ANS Arquivo Noronha Santos	Hotsite de consulta ao acervo denominado Arquivo Noronha Santos da Sede do IPHAN do Rio de Janeiro (Palácio Gustavo Capanema), contendo o acervo documental digitalizado.	- Cadastrar os bens do acervo Arquivo Noronha Santos	CGTI/DPA	COPEDOC/DAF	Baixa
BCR Sistema de Bens Culturais Registrados	Sistema corporativo de informações sobre os bens culturais registrados pelo IPHAN. Disponibiliza informações textuais, vídeos e arquivos de áudio relacionados ao bem imaterial registrado. Disponibiliza no portal do IPHAN os dados cadastrados.	- Cadastrar bens culturais de natureza imaterial com áudios, imagens e vídeos	CGTI/DPA	CGIR/DPI	Baixa
SisGEP Sistema de Gestão de Pessoas	Sistema corporativo estratégico e gerencial, responsável pela gestão dos recursos humanos do IPHAN, com automação do cadastro, avaliação, capacitação, pagamento	- Importar dados de servidores via web service do SIAPE e gerenciar o histórico de importações - Gerenciar dados de pessoa e servidor - Gerenciar unidade	CGTI/DPA	COGEP/DPA	Em fase de desenvolvimento

SIGLA E NOME	OBJETIVOS	PRINCIPAIS FUNCIONALIDADES	RESPONSÁVEL TÉCNICO	RESPONSÁVEL NEGOCIAL	CRITICIDADE
	etc.	organizacional - Gerenciar área de atuação e instituição de ensino - Gerenciar Avaliações de Desempenho			
SEI Sistema Eletrônico de Informações	Sistema desenvolvido pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região, correspondente à solução tecnológica do Processo Eletrônico Nacional	- Tramitar os processos de forma eletrônica - Controlar os prazos dos processos - Acompanhar Estatísticas da unidade - Tempo do processo	CGTI/DPA	COPEDOC/DAF	Em fase de implantação

Fonte: CGTI/DPA/IPHAN

6.3.2 Informações sobre o Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação (PETI) e sobre o Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI)

Descrição sucinta do Plano Estratégico de TI (PETI) e/ou Plano Diretor de TI (PDTI), apontando o alinhamento destes planos com o Plano Estratégico Institucional.

O atual Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI) do IPHAN foi aprovado e publicado em 31/07/2014 e tem vigência até 31/12/2016. O documento está disponível para acesso público através do endereço eletrônico http://portal.iphan.gov.br/institucional/pdti.pdf. No final do ano de 2015 o PDTI foi revisado para adequar-se ao cenário orçamentário da organização.

Considerando os objetivos estratégicos institucionais definidos no Mapa Estratégico do IPHAN, o PDTI 2014-2016 foi elaborado observando quatro princípios basilares:

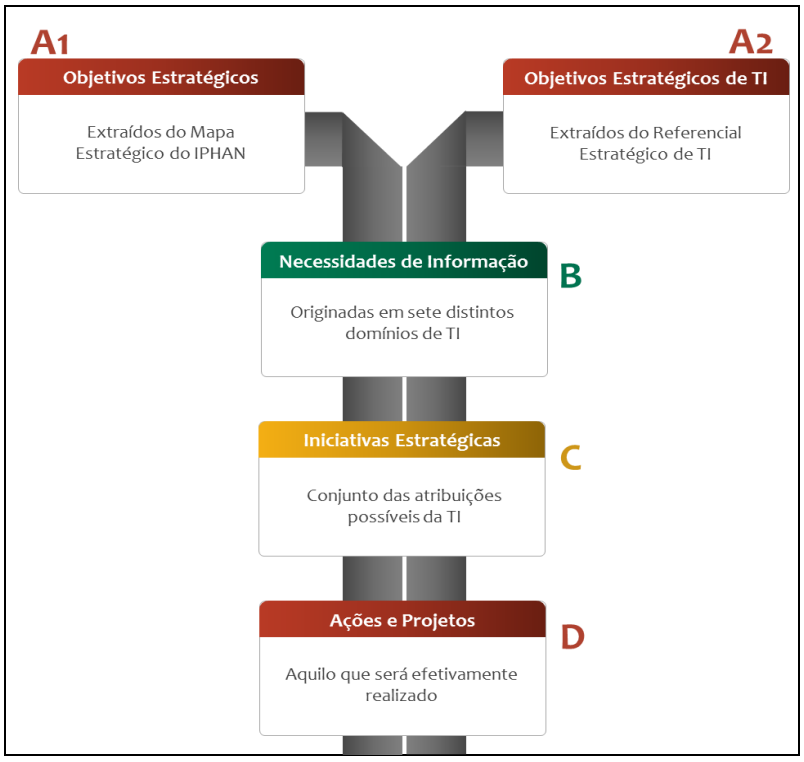
a) Aprimoramento contínuo das estruturas, competências e habilidades em gestão e governança de TI;

b) Organização, planejamento e gestão das contratações de TI – envolvendo seus aspectos legais, técnicos e negociais – de forma alinhada aos planos estratégicos;

c) Avaliação e remuneração dos bens e serviços adquiridos em função da qualidade e dos resultados;

d) Estruturação e valorização do quadro de pessoal em TI de forma adequada às necessidades institucionais para a área.

Quanto ao aspecto metodológico, a instituição apoiou-se no Guia de Elaboração de PDTI do SISP, produzido pelo Ministério do Planejamento e executando o trabalho em três fases: preparação, diagnóstico e planejamento. A figura abaixo mostra o esquema de alinhamento utilizado no PDTI:



Em números gerais foram inventariadas 20 necessidades institucionais de TI, desdobradas em 32 iniciativas estratégicas atendidas por um conjunto de 162 ações e projetos planejados para serem executados durante os três anos de vigência do Plano Diretor.

O documento traz ainda a proposta orçamentária para sua execução, análise dos principais riscos identificados e um plano de desenvolvimento do pessoal de TI.

Descrição das atividades do Comitê Gestor de TI, especificando sua composição, quantas reuniões ocorreram no período e quais as principais decisões tomadas.

O Comitê Gestor de Tecnologia da Informação do IPHAN (COGESTI) foi instituído pela Portaria nº 235, de 20 de julho de 2010, publicada no Diário Oficial da União nº 148, Seção 2, de 04 de agosto do mesmo ano. Suas principais atividades consistem na deliberação sobre planejamento, orçamentação, investimentos, priorização e gerenciamento de riscos de toda a Política de Tecnologia da Informação do IPHAN, por meio de reuniões semestrais entre seus membros.

A composição e o funcionamento do COGESTI obedecem ao disposto em seu Regimento Interno, instituído pela Portaria IPHAN nº 82, de 24 de fevereiro de 2012, publicada no Boletim Administrativo Eletrônico do IPHAN nº 750, de 02 de março de 2012. Houve uma pequena atualização da composição, instituída pela Portaria IPHAN nº 280, de 13 de junho de 2014, publicada no Boletim Administrativo Eletrônico do IPHAN nº 990, de 20 de junho de 2014. Segundo o Art. 3º de ambas as portarias, o COGESTI é composto pelos seguintes membros:

I. Diretor(a) do Departamento de Planejamento e Administração;

II. Diretor(a) do Departamento de Patrimônio Imaterial;

III. Diretor(a) do Departamento de Patrimônio Material e Fiscalização;

IV. Diretor(a) do Departamento de Articulação e Fomento;

V. Diretor(a) do PAC Cidades Históricas;

VI. Chefe de Gabinete da Presidência do IPHAN; e

VII. Coordenador(a) Geral de Tecnologia da Informação.

Ocorreram duas reuniões em 2015: em 14 de maio (V Reunião Ordinária) e em 31 de julho (I Reunião Extraordinária). Seguem as principais decisões.

A V Reunião Ordinária gerou 21 deliberações, que estabeleceram, entre outros assuntos, a necessidade de se revisar o Plano Diretor de TI vigente; a dinâmica na condução da reunião, repetindo as deliberações anteriores ainda pendentes até sua conclusão definitiva; a priorização das ações e projetos do eixo de Gestão e Governança; a priorização das ações e projetos do eixo de Infraestrutura de TI; a aprovação de relatórios e o encaminhamento de documentos. Devido à escassez do tempo, decidiu-se por convocar a I Reunião Extraordinária, com foco exclusivo no tema de Sistemas de Informação. Esta reunião, por sua vez, gerou ouras seis deliberações, entre as quais se ressalta a definição do portfólio de projetos de desenvolvimento de sistemas, sem, necessariamente, o estabelecimento de prioridade entre eles.

Descrição do plano de capacitação do pessoal de TI, especificando os treinamentos efetivamente realizados no período.

As atividades de capacitação do pessoal de TI previstas para o ano de 2015 encontram-se listadas no PSTI IPHAN 2014-2016, conforme tabela abaixo:

Quadro 6.3.2.1 Atividades de capacitação de pessoal de TI

VINCULAÇÃO TEMÁTICA	CAPACITAÇÃO SUGERIDA	QTDE.	HORAS
Gestão e Governança de TI	Capacitação/atualização em Gestão de Segurança da Informação, com certificação ISO/IEC 27.002 *Foundation*.	2	40
Gestão e Governança de TI	Capacitação em Gestão de Riscos, com foco na norma NBR ISO/IEC 31.000.	2	40
Gestão e Governança de TI	Capacitação/atualização em Gestão e Governança de TI, com certificações ITIL® *Foundation* e CobIT®.	2	40
Gestão e Governança de TI	Capacitação em auditoria de TI, com foco em atividades de controle interno, externo e normas de auditoria.	2	40
Gestão e Governança de TI	Capacitação em análise e melhoria de processos – com foco em modelagem de processos de negócio (BPM).	1	40
Infraestrutura de TI	Capacitação em Gerência de Infraestrutura de TI	1	40
Infraestrutura de TI	Capacitação em Gerência de Redes de Computadores	1	40
Sistemas de Informação	Capacitação/atualização em metodologias ágeis de desenvolvimento de sistemas.	3	16
Sistemas de Informação	Capacitação/atualização em medição de sistemas – métrica de pontos de função.	2	16
Sistemas de Informação	Capacitação oficial no modelo de Melhoria do Processo de Software Brasileiro (MPS.Br).	1	16
Todas as áreas	Capacitação/atualização em contratação de Soluções de TI de acordo com a IN SLTI/MP n° 04/2010.	1	16
Todas as áreas	Capacitação/atualização em gestão e fiscalização de contratos administrativos – com ênfase em contratos de TI.	1	16
Todas as áreas	Capacitação/atualização em Gerência de Projetos.	1	16

Fonte: CGTI/DPA/IPHAN

No decorrer do ano nenhuma das atividades solicitadas foi aprovada pela Coordenação de Desenvolvimento de Pessoas. Por iniciativa pessoal, os servidores da área de TI realizaram os seguintes treinamentos:

Quadro 6.3.2.2 Treinamentos de servidores da área de TI

ANO	EVENTO	NOME DO SERVIDOR	CARGA HORÁRIA	CUSTO
2015	Curso Seleção de Fornecedores de TI – SFTI (Turma 2/2015 – ENAP	Delson Pereira da Silva	30 horas	Sem custo
2015	English for Speakers of Other Languages – ESOL – Carter County Adult Education	Ana Cristina França de Queiroz Cavalcanti Lima	40 horas	Ônus limitado
2015	Curso Sistema Eletrônico de Informações – Módulo Administrar – Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	Alexandre Olímpio Barbacena	16 horas	Sem custo

Fonte: CGTI/DPA/IPHAN

Descrição do quantitativo de pessoas que compõe a força de trabalho de TI, especificando servidores/empregados efetivos da carreira de TI da unidade, servidores/empregados efetivos de outras carreiras da unidade, servidores/empregados efetivos da carreira de TI de outros órgãos/entidades, servidores/empregados efetivos de outras carreiras de outros órgãos/entidades, terceirizados e estagiários.

O ano de 2015 encerrou com a força de trabalho de TI definida no quadro seguinte:

Quadro 6.3.2.3 Força de trabalho de TI

TIPO	QUANTIDADE
Servidores efetivos da carreira de TI da unidade(1)	01
Servidores efetivos de outras carreiras da unidade	01
Servidores efetivos da carreira de TI de outros órgãos(2)	04
Servidores efetivos de outras carreiras de outros órgãos	02
Terceirizados(3)	02
Estagiários	02
Total	**12**

Fonte: CGTI/DPA/IPHAN

Observações:

(1) Não há uma carreira específica de TI no IPHAN, mas um cargo de Analista, com ênfase em Tecnologia da Informação.

(2) Referem-se aos cargos de Analistas em Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, ainda sem carreira específica.

(3) Referem-se a 01 (um) prestador de serviços de apoio administrativo (por meio de contrato não gerenciado pela área de TI) e 01 (um) técnico residente de suporte aos serviços de impressão; os demais contratos vigentes não preveem alocação de mão-de-obra.

Descrição dos processos de gerenciamento de serviços de TI implementados na unidade, com descrição da infraestrutura ou método utilizado.

No ano de 2015 a Coordenação Geral de Tecnologia da Informação da UPC concluiu a implantação de novo modelo de gerenciamento de serviços de TI abrangendo as áreas de atendimento ao usuário e suporte à infraestrutura. O contrato que suporta o modelo é o seguinte:

Quadro 6.3.2.4 Contrato de gerenciamento de serviços de TI

ANO	N° PROCESSO	IDENTIFICAÇÃO DA SOLUÇÃO DE TI	CONTRATO	VALOR CONTRATADO	PRAZO DE VIGÊNCIA
2015	01450.006404/2013-02	Prestação de serviços técnicos continuados na área de tecnologia da informação para suporte técnico para suporte técnico de usuários e sustentação da infraestrutura tecnológica	02/2015	R$2.199.997,80	30/01/2017

Fonte: CGTI/DPA/IPHAN

O serviço contratado envolve a operação da central de serviços de TI e o monitoramento e operação da infraestrutura de rede e armazenamento de dados da autarquia.

A UPC implantou alguns processos da biblioteca ITIL em sua terceira versão. Abaixo são descritos os processos instaurados e a infraestrutura associada.

Quadro 6.3.2.5 Processos da biblioteca ITIL

PROCESSO	SOFTWARE
Gerenciamento de Incidentes	OTRS
Gerenciamento de Mudanças	Documentação em Word
Gerenciamento de Disponibilidade	CACTI, ZABIX
Cumprimento de Requisição	OTRS
Gerenciamento de Acesso	MS Active Directory, Siscal (desenvolvido pelo IPHAN)
Gerenciamento de Nível de Serviço	ZABIX, OTRS, Documentação em Word
Gerenciamento de Catálogo de Serviços	Documentação em Word
Gerenciamento de Configurações e Ativos de Serviço	ZABIX, MS Configuration Manager

Fonte: CGTI/DPA/IPHAN

Os chamados são abertos junto a uma central de serviços externa que registra os incidentes e requisições dos usuários por meio de telefone DDG (0800) e e-mail. A infraestrutura de rede e servidores é monitorada por meio de um NOC (Centro de Operações de Rede) externo em regime 24x7.

Descrição dos projetos de TI desenvolvidos no período, destacando os resultados esperados, o alinhamento com o planejamento estratégico e o planejamento de TI, os valores orçados e despendidos e os prazos de conclusão.

Quadro 6.3.2.6 Projetos de TI

ANO	N° PROCESSO	IDENTIFICAÇÃO DA SOLUÇÃO DE TI	VALOR ORÇADO	VALOR CONTRATADO	PRAZO DE CONCLUSÃO
2015	01450.001124/2015-61	Contratação de extensão de garantia servidores Dell	R$ 48.119,56	Em andamento	Março/2016
2015	01450.001145/2015-87	Implantação de Solução Corporativa de Gestão Documental (4)	-	-	Julho/2016
2015	01450.001178/2015-27	Aquisição de Servidores de Rede para a Sede do IPHAN	R$ 470.000,00	R$306.884,00	Concluído
2015	01450.002346/2015-00	Contratação de Licenças de Software de Correio Eletrônico para Servidores Aposentados	R$ 80.000,00	Em andamento	Junho/2016
2015	01450.07272/2015-90	Contratação de Serviços de Impressão Corporativa	R$ 2.569.594,00	R$1.871.511,36	Março/2016
2015	01450.007300/2015-79	Aquisição de estações de trabalhado (computadores desktop) (5)	R$1.865.500,00	R$24.600,00	Concluído

Fonte: CGTI/DPA/IPHAN

Observações:

(4) Trata-se da implantação do software público SEI! – Sistema Eletrônico de Informações e da adesão da instituição do projeto Processo Eletrônico Nacional (PEN).

(5) Projeto afetado por questões de limitação orçamentária

H) Medidas tomadas para mitigar eventual dependência tecnológica de empresas terceirizadas que prestam serviços de TI para a unidade.

Por prática, durante a etapa de planejamento das contratações de TI, a equipe técnica da instituição realiza levantamento de riscos relacionados à dependência tecnológica em relação aos prestadores contratados na unidade e adota medidas de mitigação desses riscos, tais como:

a) Inclusão de cláusula contratual que assegura à administração os direitos de propriedade sobre bens e serviços produzidos no decorrer da execução contratual, incluindo opções adequadas a cada tipo de contrato;

b) Inclusão de cláusula contratual que define condições de manutenção do sigilo e da segurança das informações relacionadas à execução contratual, impondo responsabilidades às empresas contratadas quanto à utilização, repasse indevido ou omissão de informações relacionadas à execução do objeto;

c) Definição de procedimentos de transferência de conhecimentos e transição contratual, incluindo opções adequadas a cada tipo de contrato, garantindo o repasse à Administração das informações e conhecimentos obtidos pela contratada durante a execução do contrato;

d) Adoção de práticas de gestão contratual que incluem adequada nomeação de gestores e fiscais de contrato e manutenção de histórico de gerenciamento dos contratos, permitindo que a Administração tenha domínio das condições de execução dos contratos, da qualidade dos serviços prestados e da sanidade financeira e operacional das empresas contratadas, de modo a manter-se devidamente preparada para adoção de medidas de encerramento e transição contratual.

6.4 Gestão Ambiental e Sustentabilidade

6.4.1 Adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens e na contratação de serviços ou obras

Quadro 6.4.1 Gestão Ambiental e Sustentabilidade

Aspectos sobre a gestão ambiental		Avaliação	
		Sim	Não
1	A unidade participa da Agenda Ambiental da Administração Publica (A3P)?		x
2	Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação a associações e cooperativas de catadores, conforme dispõe o Decreto 5.940/2006?	x	
3	As contratações realizadas pela unidade jurisdicionada observam os parâmetros estabelecidos no Decreto 7.746/2012?	x	
4	A unidade possui plano de gestão de logística sustentável (PLS) de que trata o art. 16 do Decreto 7.746/2012?	x	
5	A Comissão gestora do PLS foi constituída na forma do art. 6° da IN SLTI/MPOG10, de 12 de novembro de 2012?	x	
6	O PLS está formalizado na forma do art. 9° da IN SLTI/MPOG 10/2012, atendendo a todos os tópicos nele estabelecidos?	x	
7	O PLS encontra-se publicado e disponível no site da unidade (art. 12 da IN SLTI/MPOG 10/2012)?		x
	Caso positivo, indicar o endereço na Internet.		
8	Os resultados alcançados a partir da implementação das ações definidas no PLS são publicados semestralmente no sitio da unidade na Internet, apresentando as metas alcançadas e os resultados medidos pelos indicadores (art. 13 da IN SLTI/MPOG 10/2012)?		x
	Caso positivo, indicar o endereço na Internet no qual os resultados podem ser acessados.		
Considerações Gerais			

Fonte: CGLOG/DPA/IPHAN

7. CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DE ÓRGÃOS DE CONTROLE

7.1 Tratamento de determinações e recomendações do TCU

No exercício de 2015, o Tribunal de Contas da União expediu 05 (cinco) Acórdãos a este Instituto contendo determinações e/ou recomendações, em sua maioria devidamente e tempestivamente respondidas. Ressalta-se que os processos abaixo discriminados ainda continuam sem julgamento.

O acompanhamento dos julgados do TCU é realizado pela Auditoria Interna desta Autarquia, que ainda não dispõe de um sistema informatizado para o gerenciamento das recomendações/determinações, sendo esse controle realizado por meio de planilhas eletrônicas.

Quadro 7.1.1 Determinações do TCU que permanecem pendentes de cumprimento

Caracterização da determinação do TCU				
Processo	**Acórdão**	**Item**	**Comunicação Expedida**	**Data da Ciência**
TC 034.062/2011-4	**Acórdão nº 1176/2015-TCU-Plenário**	**9.2; 9.3 e 9.4**	**Ofício nº 6338/2015-TCU/SEFIP**	**09/06/2015**
Órgão/Entidade Objeto da Determinação				
Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional				
Descrição da Deliberação				
9.2. Determinar a todos os órgãos, autarquias e fundações autárquicas da administração pública federal que, no prazo de até 90 (noventa) dias, contados da ciência desta deliberação, quando dos cálculos dos proventos de aposentadoria dos servidores titulares de cargo efetivo, concedida com fundamento no art. 40, § 3º, da Constituição Federal (redação dada pela Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003) e no art. 2º dessa mesma Emenda, a partir da vigência da Medida Provisória nº 167, de 2004, convertida na Lei nº 10.887, de 2004, passem a observar os seguintes critérios e procedimentos: 9.2.1. No cálculo dos proventos de aposentadoria pela média das maiores remunerações, compute as seguintes parcelas: 9.2.1.1. As remunerações utilizadas como base para as contribuições do servidor aos regimes de previdência a que esteve vinculado, correspondentes a 80% (oitenta por cento) de todo o período contributivo desde a competência de julho de 1994 ou desde a do início da contribuição, se posterior àquela competência (art. 1º da Lei nº 10.887, de 2004); 9.2.1.2. A remuneração do servidor no cargo efetivo nas competências a partir de julho de 1994 em que não tenha havido contribuição para regime próprio (art. 1º, § 2º, da Lei nº 10.887, de 2004); 9.2.2. No cálculo dos proventos de aposentadoria pela média das maiores remunerações, compute: as parcelas remuneratórias percebidas em decorrência de local de trabalho ou do exercício de cargo em comissão ou de função de confiança, para efeito de cálculo do benefício a ser concedido com fundamento no art. 40 da Constituição Federal e art. 2º da Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003, respeitada, em qualquer hipótese, a limitação estabelecida no § 2º, do art. 40, da Constituição Federal, desde que o servidor opte por incluí-las na sua base de contribuição (art. 4º , § 2º, da Lei nº 10.887, de 2004, com nova redação dada pela Lei nº 12.688, de 18 de julho de 2012; 9.2.3. No cálculo dos proventos de aposentadoria pela média das maiores remunerações, não compute a seguinte parcela: 9.2.3.1. O adicional de férias, por não fazer parte da base de contribuição, conforme o art. 4º da Lei nº 10.887, de 2004; 9.2.4. No cálculo do valor inicial dos proventos relativos à aposentadoria proporcional, o valor resultante do cálculo pela média deve ser previamente confrontado com o limite de remuneração do cargo efetivo previsto no § 5º, do art. 1º, da Lei nº 10.887, de 2004, promovendo-se, posteriormente, a aplicação da fração correspondente, segundo o disposto no art. 62, § 1º, da Orientação Normativa MPS/SPS nº 2, de 31 de março de 2009; 9.3. Determinar a todos os órgãos, autarquias e fundações autárquicas da administração pública federal que observem as				

seguintes orientações:

9.3.1. Quaisquer vantagens pessoais que serviram de base de cálculo para o pagamento de contribuição previdenciária devem ser consideradas no cálculo da média das maiores remunerações e não somadas, ao final, à média obtida, sob pena de violar não só o disposto na Lei nº 10.887, de 2004, mas também o princípio da contributividade previdenciária insculpido no art. 40 da CF88, excluídas as vantagens expressamente previstas no § 1º, do art. 4º, da Lei 10.887/2004;

9.3.2. A inclusão de parcelas de planos econômicos (Plano Collor, URV, URP e outros) no cálculo da média das remunerações de contribuição depende da existência de sentenças judiciais que lhes deem suporte jurídico, devendo ser considerado apenas o período em que foram legalmente recebidas, uma vez que parcelas indevidas não podem compor essa média, independentemente de o servidor ter eventualmente contribuído sobre elas, sem prejuízo de que, nos termos da lei, o interessado possa buscar a devida repetição desse indébito; e

9.3.3. As diferenças remuneratórias devidas em razão de pagamentos de atrasados ou de adiantamentos concedidos devem ser consideradas no cálculo dos proventos de aposentadoria, segundo o art. 40 da CF88 (média das remunerações), nos respectivos meses de competência;

9.4. Determinar a todos os órgãos, autarquias e fundações autárquicas da administração pública federal que, nos casos em que os proventos de aposentadoria não estejam sendo pagos de acordo com as regras indicadas nos itens deste Acórdão, no prazo de até 120 (cento e vinte) dias, contados da ciência desta deliberação, adotem as providências cabíveis para a efetiva regularização desses pagamentos, com a observância, se necessário, do contraditório e da ampla defesa, informando o TCU sobre o resultado dessas providências em item específico do correspondente relatório de gestão nas respectivas tomadas ou prestações de contas anuais, observadas as seguintes regras:

9.4.1. Aplicar o disposto no presente item para as aposentadorias ainda não encaminhadas ao TCU, desde que sua concessão tenha ocorrido em prazo inferior a cinco anos;

9.4.2. No caso de a aposentadoria ainda não ter sido enviada ao TCU, concedida a mais de cinco anos, enviar o ato de aposentadoria original e respectivo ato de alteração, com expressa menção ao presente acórdão;

9.4.3. No caso de a aposentadoria já tiver sido encaminhada ao TCU, ainda não apreciada e tendo ela prazo inferior a cinco anos contados de sua concessão, solicitar o retorno do respectivo ato ao órgão concedente, ajustar o pagamento e proceder à alteração devida no ato com posterior reenvio a este Tribunal, via controle interno;

9.4.4. No caso de a aposentadoria já tiver sido encaminhada ao TCU, ainda não apreciada e tendo ela prazo superior a cinco anos contados de sua concessão, encaminhar ato de alteração com a especificação completa da alteração realizada, fazendo expressa menção ao presente acórdão;

9.4.5. No caso de a aposentadoria já tiver sido registrada pelo TCU nos últimos cinco anos, enviar expediente a esta Corte dando conta da necessidade de revisão dos pagamentos, para fins de o TCU adotar as providências internas cabíveis.

Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas

- Ofício n º 225/2015-COGEP/DPA/IPHAN, de 01/10/2015, encaminhou cópia dos seguintes documentos contendo o posicionamento da Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas:

a) Memorando nº 031/2015 COGEP/DPA/IPHAN, de 01/9/2015 encaminha a Nota Técnica nº 040/2015/COBEN/COGEP/DPA/IPHAN, de 1º.9.2015 e;

b) Memorando nº 40/2015-COGEP/DPA/IPHAN, de 01/10/2015 – Nota Técnica nº 42/COBEN/COGEP/DPA/IPHAN, de 01/10/2015 e anexos.

Fonte: AUDIN/IPHAN

Quadro 7.1.2 Determinações do TCU que permanecem pendentes de cumprimento

Caracterização da determinação do TCU				
Processo	**Acórdão**	**Item**	**Comunicação Expedida**	**Data da Ciência**
TC 021.014/2008-3.	**Acórdão nº 3568/2015-TCU-2ª Câmara**	**7.1**	**Publicação no Diário Oficial da União, Seção 1, página 179**	**10/07/2015**
Órgão/Entidade Objeto da Determinação				
Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional				
Descrição da Deliberação				
1.7. Determinação: *1.7.1. Ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional que, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da ciência desta deliberação e sob pena de responsabilização da autoridade administrativa omissa, disponibilize ao órgão de controle interno os atos de aposentadoria dos inativos Luiz Vitorino Barreto (278.458.344-91) e Adauto Zago (470.433.348-53), conforme determinação contida no subitem 9.3.3 do Acórdão n. 3.097/2009 - 1ª Câmara e nos termos da IN/TCU n. 55/2007.*				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
Memorando nº 25/2015 COGEP/DPA/IPHAN de 23.7.2015. A Coordenação informa que cumpriu a determinação da Corte de Contas. -Ofício nº 61/2015-COGEP/DPA/IPHAN, de 13.7.2015 ao Secretário de Fiscalização de Pessoal TCU informa que foi cumprida a determinação, conforme cópia do Ofício 060/2015-COGEP/DPA/IPHAN, de 13.7.2015, ao Diretor de Auditoria de Pessoa e Benefício e de Tomada de Contas Especial da CGU encaminha o Processo nº 01450.009907/2004-31, que trata da concessão de aposentadoria do servidor Adauto Zago. Informa ainda que sobre a aposentadoria do inativo Luiz Vitorino Barreto foi encaminhado o Processo 01450.009879/2004-51 para análise da CGU. Esclarece que o referido processo foi encaminhado para análise em 7.4.2015 por meio do Ofício nº 26/2015/COGEP/DPA/IPHAN.				

Fonte: AUDIN/IPHAN

Quadro 7.1.3 Determinações do TCU que permanecem pendentes de cumprimento

Caracterização da determinação do TCU				
Processo	**Acórdão**	**Item**	**Comunicação Expedida**	**Data da Ciência**
TC 011.093/2011-0	**Acórdão nº 2057/2015-TCU-Plenário**	**9.2; 9.3 e 9.4**	**Publicação no Diário Oficial da União, Seção 1, página 80**	**26/08/2015**
Órgão/Entidade Objeto da Determinação				
Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional				
Descrição da Deliberação				
9.2. Determinar ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional que, no prazo de 15 (quinze) dias, contado a partir da ciência desta deliberação, corrija o valor da Gratificação de Desempenho de Atividade Cultural (GDAC) atualmente pago os inativos GERALDO VICTOR COTTA e JOÃO ANTERO DOS REIS, o qual deverá corresponder a 50% (cinquenta por cento) do valor máximo do respectivo nível, nos termos do art. 2º-E, § 4º, da Lei 11.233/2005, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, consoante disposto nos arts. 71, inciso IX, da Constituição Federal e 262 do Regimento Interno desta Corte; *9.3. Dê ciência do inteiro teor desta deliberação aos Srs. GERALDO VICTOR COTTA e JOÃO ANTERO DOS REIS;* *9.4. Envie a esta Corte de Contas, no prazo de 30 (trinta) dias, por cópia, comprovante de que os Srs. Geraldo Victor Cotta e João Antero dos Reis tiveram ciência desta deliberação.*				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
Memorando nº 033/2015-COGEP/DPA/IPHAN, de 11.9.2015 informa que cumpriu a determinação constante dos itens 9.2 e 9.3 do referido Acórdão. Encaminhamentos: Ofício nº 215/2015-COGEP/DPA/IPHAN, de 8.9.2015 ao Servidor Geraldo Victor Cotta e Ofício nº 216/2015-COGEP/DPA/IPHAN, de 8.9.2015 ao Servidor João Antero dos Reis informando acerca da correção para o percentual de 50% da GDAC. Ofício nº 223/2015-COGEP/DPA/IPHAN, de 22.9.2015 à SEFIP/TCU informa que adotou as providências necessárias para o cumprimento da determinação contida no item 9.4 do acórdão.				

Fonte: AUDIN/IPHAN

Quadro 7.1.4 Determinações do TCU que permanecem pendentes de cumprimento

Caracterização da determinação do TCU				
Processo	**Acórdão**	**Item**	**Comunicação Expedida**	**Data da Ciência**
TC 008.239/2012-6	**Acórdão nº 2974/2015 TCU – Plenário**	**9.4**	**Ofício nº 18909/2015-TCU/SEFIP de 26.11.2015**	**2/12/2015**
Órgão/Entidade Objeto da Determinação				
Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional				
Descrição da Deliberação				
9.4. Determinar ao órgão de origem: *9.4.1. A suspensão, em 15 (quinze) dias a contar da ciência desta deliberação, do pagamento decorrente dos atos acima considerados ilegais, sob pena de solidariedade da autoridade administrativa omissa;* *9.4.2. A comprovação, perante este Tribunal, em 30 (trinta) dias a contar da ciência desta decisão, da notificação dos interessados cujos atos foram considerados ilegais, com o alerta de que eventual interposição de recurso junto ao TCU não acarretará, em caso de não provimento do apelo, dispensa de restituição de quantias indevidamente percebidas após a notificação;* *9.4.3. A emissão de novos atos, livres da irregularidade apontada, e sua submissão à apreciação do Tribunal no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da ciência desta deliberação.*				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
Por meio do Memorando nº 03/2016-COBEN/COGEP/DPA de 27 de janeiro de 2016, a Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas informa sobre o cumprimento do Acórdão em tela. Foi expedido ao Tribunal de Contas da União o Ofício nº 01/2016-COGEP/DPA/IPHAN de 4/1/2016 comunicando sobre as providências adotadas e envia cópias dos processos 01450.009387/2015-19 e 01450.009968/2015-51.				

Fonte: AUDIN/IPHAN

Quadro 7.1.5 Determinações do TCU que permanecem pendentes de cumprimento

Caracterização da determinação do TCU				
Processo	**Acórdão**	**Item**	**Comunicação Expedida**	**Data da Ciência**
TC 013.967/2011-8	**Acórdão nº 3347/2015-TCU-Plenário –**	**9.2**	**Ofício 0079/2016-TCU/SEFIP, de 12/01/2016**	**21/01/2016**
Órgão/Entidade Objeto da Determinação				
Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional				
Descrição da Deliberação				
9.2. Determinar ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional que: *9.2.1. No prazo de 15 (quinze) dias, contado a partir da ciência desta deliberação, corrija o valor da Gratificação de Desempenho de Atividade Cultural (GDAC) atualmente pago às inativas Ana Cláudia Lima e Alves (CPF 153.731.181-68) e Moema Cunha e Cruz Vieira (CPF 059.905.641-04), o qual deverá corresponder a 50% (cinquenta por cento) do valor máximo da GDAC para o respectivo nível, nos termos do art. 2º-E, § 4º, da Lei 11.233/2005, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, consoante disposto nos arts. 71, inciso IX, da Constituição Federal; 262 do Regimento Interno desta Corte e; 6º, § 2º, da Resolução 206/2007-TCU;* *9.2.2. Dê ciência, no prazo de 15 (quinze) dias, contados da notificação, do inteiro teor desta deliberação às interessadas, alertando-as de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos junto ao TCU não as exime da devolução dos valores percebidos indevidamente, caso os recursos não sejam providos;* *9.2.3. Encaminhe a esta Corte de Contas, no prazo de 30 (trinta) dias, por cópia, comprovante de que Ana Cláudia Lima e Alves e Moema Cunha e Cruz Vieira tiveram ciência desta deliberação;"*				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
Por meio do Memorando nº 24/2016/GAB/DPA/IPHAN de 26.2.2016 o Departamento de Planejamento e Administração-DPA comunica que a Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas-COGEP adotou os procedimentos administrativos quanto à correção do pagamento da GDAC efetuado às servidoras: Ana Cláudia Lima e Alves e Moema Cunha e Cruz Vieira. Essas informações foram encaminhadas à Secretaria de Fiscalização de Pessoal do Tribunal de Contas da União mediante o Ofício nº 39/2016-COGEP/DPA/IPHAN de 3.2.2016.				

Fonte: AUDIN/IPHAN

7.2 Tratamento de recomendações do Órgão de Controle Interno

No exercício de 2015, a Controladoria Geral da União realizou no IPHAN uma auditoria anual de contas referente ao exercício de 2014. A análise desse trabalho se baseou nos seguintes tópicos:

- Avaliação da conformidade das peças exigidas com as normas que regem a elaboração de tais peças;

- Avaliação dos resultados quantitativos e qualitativos da gestão em relação à preservação do patrimônio tombado, com enfoque no instituto do tombamento;

- Análise do processo de trabalho relativo às transferências concedidas;

- Avaliação da qualidade e suficiência dos controles internos administrativos instituídos com vistas a garantir seus objetivos estratégicos.

O resultado desse trabalho foi consolidado no plano de providências permanente, por intermédio do Relatório Anual de Contas nº 201503439, no qual constou 9 constatações, com 18 recomendações, sendo 10 sobre gestão de transferências voluntárias, por meio do instrumento de convênio; e 8 sobre acompanhamento e fiscalização dos processos de tombamento de bens. Todas as recomendações foram objeto de manifestação tempestiva dos gestores, porém ainda estão sob análise daquele órgão de controle interno.

As recomendações que provocaram maior impacto na gestão do IPHAN foram às relacionadas ao acompanhamento e fiscalização dos processos de tombamento. Paralelo ao trabalho da CGU, a área responsável já desenvolvia algumas ações no sentido de aperfeiçoar esse processo: publicação da Portaria n.º 483/2015, que trata da fiscalização dos bens tombados e o desenvolvimento de dois sistemas (FISCALIS e SIGC) para auxiliar nesse trabalho, apesar de ser bem recente, ainda em fase de implantação, a repercussão foi positiva por parte dos gestores. O trabalho da CGU trouxe muitas contribuições para o aprimoramento desse processo.

O acompanhamento das recomendações da CGU e do TCU é realizado pela Auditoria Interna desta Autarquia, que ainda não dispõe de um sistema informatizado para o gerenciamento de tais recomendações/determinações, sendo esse controle realizado por meio de planilhas eletrônicas. Todavia, esta Auditoria Interna irá utilizar o Sistema Monitor implantado pela CGU no que tange ao monitoramento das recomendações daquele órgão de controle interno.

7.3 Demonstração da conformidade do cronograma de pagamentos de obrigações com o disposto no art.5º da Lei 8.666/1993

Os contratos firmados pelo IPHAN possuem cláusulas que estabelecem as condições para formalização dos pagamentos. E neste sentido, previamente à respectiva liquidação das despesas, é realizada a certificação de execução do objeto pactuado pelo fiscal formalmente designado (ateste da execução), bem como a conferência do recolhimento das obrigações trabalhistas atinentes ao objeto.

Em linhas gerais, cada pagamento somente é realizado após a comprovação de adimplência das obrigações assumidas pelo contratado, quer seja no esteio do cumprimento das obrigações pactuadas, quer seja na demonstração da regularidade fiscal do contratado.

Forçoso o registro de que tais contratos também dispõem de regra que prevê a atualização dos valores em casos de pagamentos em atraso pelo contratante, na forma disciplinada pelo § 4º do art. 36 da Instrução Normativa nº 02/2008-SLTI/MPOG.

> *§ 4º Na inexistência de outra regra contratual, quando da ocorrência de eventuais atrasos de pagamento provocados exclusivamente pela Administração, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes formulas:*
>
> *I=(TX/100) 365 EM = I x N x VP, onde:*
> *I = Índice de atualização financeira;*
> *TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;*
> *EM = Encargos moratórios;*
> *N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;*
> *VP = Valor da parcela em atraso.*
>
> *§ 5º Na hipótese de pagamento de juros de mora e demais encargos por atraso, os autos devem ser instruídos com as justificativas e motivos, e ser submetidos à apreciação da autoridade superior competente, que adotará as providências para verificar se é ou não caso de apuração de responsabilidade, identificação dos envolvidos e imputação de ônus a quem deu causa à mora.*

Desta forma, a gestão adota como premissa a cultura de sempre observar os vencimentos das faturas e são empreendidos esforços no sentido de viabilizar seus respectivos pagamentos em obediência aos prazos pactuados, inclusive para evitar que haja a geração de encargos decorrentes do pagamento após seu vencimento.

No tocante ao cronograma de pagamentos, o IPHAN realiza a quitação das obrigações pactuadas obedecendo suas respectivas ordens de vencimento, considerando-se sempre que há a dependência de recebimento das cotas de financeiro que são liberadas pela Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda ao Ministério da Cultura e deste último ao IPHAN.

7.4 Informações sobre a revisão dos contratos vigentes firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento

Informamos que os Contratos vigentes no âmbito do IPHAN, firmados com empresas de segmentos beneficiados pela desoneração da folha de pagamento, foram formalizados em observância as Leis nº. 12.546/2011 e o Decreto nº. 7828/2012.

O IPHAN iniciou o processo de revisão dos contratos com oficialização das empresas, quanto sua situação de beneficiadas. Outra medida adotada foi à alteração da alíquota e adequação do cálculo de INSS, promovida em momento das repactuações dos serviços realizados pelo núcleo de custo, neste caso, exclusivos para os serviços terceirizados de Tecnologia da Informação, com dedicação exclusiva de mão de obra.

Como resultado, tivemos contratos com Empresas que apesar de atuarem no segmento beneficiados, informaram não estarem usufruindo do benefício. Outros casos são os contratos formalizados com empresas instituídas sob o regime do simples nacional.

A revisão dos contratos encerrados que poderão ensejar em economia para a IPHAN, não foram concluídas, considerando o efeito suspensivo atribuído aos itens 9.2 e 9.3 do Acórdão nº 2.859/2013 – Plenário, nos termos do Despacho do Relator, Ministro Raimundo Carreiro (Processo TC 013.515/2013-6), divulgado pela Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação - SLTI no site: www.comprasgovernamentais.gov.br, na data de 01/04/2015.

> *A Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação - SLTI informa aos órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional integrantes do SISG que foi conhecido o pedido de reexame com efeito suspensivo em relação aos itens 9.2 e 9.3 do Acórdão nº 2.859/2013 – Plenário, nos termos do Despacho do Relator, Ministro Raimundo Carreiro (Processo TC 013.515/2013-6). Segue abaixo a transcrição, in verbis, dos itens 9.2 e 9.3 do Acórdão nº 2.859/2013 – Plenário, ora recorrido.*
>
> *9.2. Determinar ao Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais, à Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, ao Conselho Nacional de Justiça e ao Conselho Nacional do Ministério Público que:*
>
> *9.2.1 nos termos do art. 65, § 5º, da Lei 8.666/1993, orientem os órgãos e entidades que lhes estão vinculados a adotarem as medidas necessárias à revisão dos contratos de prestação de serviços ainda vigentes, firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento, propiciada pelo art. 7º da Lei 12.546/2011 e pelo art. 2º do Decreto 7.828/2012, mediante alteração das planilhas de custo, atentando para os efeitos retroativos às datas de início da desoneração, mencionadas na legislação;*
>
> *9.2.2 orientem os referidos órgãos e entidades a obterem administrativamente o ressarcimento dos valores pagos a maior (elisão do dano) em relação aos contratos de prestação de serviços já encerrados, que foram firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento, propiciada pelo art. 7º da Lei 12.546/2011 e pelo art. 2º do Decreto 7.828/2012, mediante alteração das planilhas de custo;*

9.2.3 no prazo de 60 (sessenta) dias a contar da ciência da notificação, informem a este Tribunal sobre as medidas adotadas por seus respectivos órgãos e entidades vinculados para cumprimento das determinações acima, incluindo detalhamento específico sobre a quantidade de contratos revisados e a economia (redução de valor contratual) obtida por cada unidade;

9.3. Determinar à Diretoria-Geral do Senado Federal, à Diretoria-Geral da Câmara dos Deputados e à Secretaria-Geral de Administração do Tribunal de Contas da União que adotem, no âmbito de seus contratos, a medidas indicadas nos subitens 9.2.1 e

92.2, acima, e que, no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da ciência da notificação, informem a este Tribunal sobre as providências adotadas, incluindo detalhamento específico sobre a quantidade de contratos revisados e a economia (redução de valor contratual) obtida;

A Secretaria de Logística e Tecnologia expedirá orientações aos órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional integrantes do SISG, após o exame final da matéria pelo Tribunal de Contas da União.

Detalhamento da revisão do Contrato nº. 11/2011– firmado pelo IPHAN-Sede, encerrado em 13 de março de 2015.

Quadro 7.5 Revisão do contrato nº 11/2011

Nº. PROCESSO	01450.001007/2010-93
Nº. CONTRATO	11/2011
CONTRATANTE/UASG	IPHAN-Sede/343026
CONTRATADO	IOS INFORMÁTICA ORGANIZAÇÃO E SISTEMAS S/A
CNPJ DO CONTRATADO	38.056.404/0001-70
OBJETO	Serviços continuados de supervisão, análise e operação de suporte de infraestrutura e de atendimento aos usuários de soluções e recursos de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) da Administração Central do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), tanto em Brasília quanto no Rio de Janeiro (Palácio Gustavo Capanema), estruturada na forma de uma Central de Serviços.
VIGÊNCIA	De 14/04/2011 a 13/03/2015
VALOR APURADO PARA RESSARCIMENTO	R$ 464.715,15
SITUAÇÃO	SUSPENSO (não houve manifestação da Empresa)

Fonte: CGLOG/DPA/IPHAN

Ressaltamos que as planilhas com a demonstração dos cálculos foram enviadas a Empresa, não tendo havido qualquer manifestação, até a presente data. Diante da suspensão supracitada, não houve andamento do processo de restituição de valor. Estamos aguardando novas manifestações do MPOG e TCU, para continuidade do processo de revisão.

ANEXOS E APÊNDICES

CGU-PAD — Controladoria-Geral da União

RELATÓRIO DE PROCEDIMENTOS INSTAURADOS

Dados do Filtro:

Assunto(s): Nenhum assunto selecionado.

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional	
Período: 01/01/2015 a 31/12/2015	
Quadro Consolidado:	Número de Procedimentos
Total de Procedimentos	14

As informações contidas no presente documento, enquanto se mantiver a natureza preparatória das mesmas, são de acesso restrito nos termos do art.7º, §3º, da Lei 12.527, de 18 de novembro de 2011, c/c art. 20º do Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012;
As informações apresentadas não consideram o eventual cancelamento do registro das penalidades de advertência e de suspensão, conforme previsão do art. 131 da Lei 8.112/90.

Página: 1 de 4
Data da emissão do relatório: 13/01/2016
Emitido por: Tamara da Santana Lima Simplicio

CGU-PAD Controladoria-Geral da União

RELATÓRIO DE PROCEDIMENTOS EM INDICIAMENTO/CITAÇÃO

Dados do Filtro:

Assunto(s): Nenhum assunto selecionado.

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional	
Período: 01/01/2015 a 31/12/2015	
Quadro Consolidado	Número de Procedimentos
Total de Procedimentos	11

As informações contidas no presente documento, enquanto se mantiver a natureza preparatória das mesmas, são de acesso restrito nos termos do art.7º, §3º, da Lei 12.527, de 18 de novembro de 2011, c/c art. 20º do Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012;
As informações apresentadas não consideram o eventual cancelamento do registro das penalidades de advertência e de suspensão, conforme previsão do art. 131 da Lei 8.112/90.

CGU-PAD Controladoria-Geral da União

RELATÓRIO DE PROCEDIMENTOS ENCAMINHADOS PARA JULGAMENTO

Dados do Filtro:

Assunto(s): Nenhum assunto selecionado.

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional	
Período: 01/01/2015 a 31/12/2015	
Quadro Consolidado:	Número de Procedimentos
Total de Procedimentos	15

As informações contidas no presente documento, enquanto se mantiver a natureza preparatória das mesmas, são de acesso restrito nos termos do art.7º, §3º, da Lei 12.527, de 18 de novembro de 2011, c/c art. 20º do Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012;
As informações apresentadas não consideram o eventual cancelamento do registro das penalidades de advertência e de suspensão, conforme previsão do art. 131 da Lei 8.112/90.

CGU-PAD Controladoria-Geral da União

RELATÓRIO DE PROCEDIMENTOS JULGADOS

Dados do Filtro:

Assunto(s): Nenhum assunto selecionado.

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional	
Período: 01/01/2015 a 31/12/2015	
Quadro Consolidado:	Número de Procedimentos
Total de Procedimentos	23

As informações contidas no presente documento, enquanto se mantiver a natureza preparatória das mesmas, são de acesso restrito nos termos do art.7º, §3º, da Lei 12.527, de 18 de novembro de 2011, c/c art. 20º do Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012;
As informações apresentadas não consideram o eventual cancelamento do registro das penalidades de advertência e de suspensão, conforme previsão do art. 131 da Lei 8.112/90.

Data da emissão do relatório: 13/01/2016
Emitido por: Tamara da Santana Lima Simplicio

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTITULO	20411 - INSTITUTO DO PATRIMONIO HIST. E ART. NACIONAL - AUTARQUIA
ORGAO SUPERIOR	42000 - MINISTERIO DA CULTURA

EXERCICIO	PERIODO
2015	Anual
EMISSAO	**PAGINA**
10/03/2016	1

VALORES EM UNIDADES DE REAL

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2015	2014	ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
Receitas Orçamentárias	**3.134.133,83**	-	**Despesas Orçamentárias**	**363.759.324,71**	-
Ordinárias	**1.710.871,04**	-	**Ordinárias**	**314.978.433,11**	-
Vinculadas	**1.423.262,79**	-	**Vinculadas**	**48.780.891,60**	-
Educação		-	Educação		-
Seguridade Social (Exceto RGPS)		-	Seguridade Social (Exceto RGPS)	43.973.300,25	-
Operação de Crédito		-	Operação de Crédito		-
Alienação de Bens e Direitos		-	Alienação de Bens e Direitos		-
Transferências Constitucionais e Legais		-	Transferências Constitucionais e Legais		-
Previdência Social (RGPS)		-	Previdência Social (RGPS)		-
Doações		-	Doações		-
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	1.423.262,79	-	Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	1.264.754,00	-
Outros Recursos Vinculados a Fundos		-	Outros Recursos Vinculados a Fundos	3.542.837,35	-
Demais Recursos		-	Demais Recursos		-
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-	-			
Transferências Financeiras Recebidas	**757.448.722,35**	-	**Transferências Financeiras Concedidas**	**387.688.122,69**	-
Resultantes da Execução Orçamentária	561.820.512,66	-	Resultantes da Execução Orçamentária	288.291.147,66	-
Cota Recebida		-	Cota Concedida		-
Repasse Recebido	275.326.574,99	-	Repasse Concedido	1.797.209,99	-
Sub-repasse Recebido	286.493.937,67	-	Sub-repasse Concedido	286.493.937,67	-
Recursos Arrecadados - Recebidos		-	Recursos Arrecadados - Concedidos		-
Valores Diferidos - Baixa		-	Valores Diferidos - Baixa		-
Valores Diferidos - Inscrição		-	Valores Diferidos - Inscrição		-
Correspondência de Débitos		-	Correspondências de Créditos		-
Cota Devolvida		-	Cota Devolvida		-
Repasse Devolvido		-	Repasse Devolvido		-
Sub-repasse Devolvido		-	Sub-repasse Devolvido		-
Independentes da Execução Orçamentária	195.628.209,69	-	Independentes da Execução Orçamentária	99.396.975,03	-
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	191.966.925,94	-	Transferências Concedidas para Pagamento de RP	97.462.308,67	-
Demais Transferências Recebidas	3.609.359,25	-	Demais Transferências Concedidas		-
Movimentação de Saldos Patrimoniais	51.924,50	-	Movimento de Saldos Patrimoniais	1.934.666,36	-
Movimentações para Incorporação de Saldos		-	Movimentações para Incorporação de Saldos		-
Aporte ao RPPS	-	-	Aporte ao RPPS	-	-
Aporte ao RGPS	-	-	Aporte ao RGPS	-	-
Recebimentos Extraorçamentários	**89.408.146,64**	-	**Despesas Extraorçamentárias**	**100.872.914,36**	-
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	26.961.290,25	-	Pagamento dos Restos a Pagar Processados	12.307.840,81	-
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	57.947.625,54	-	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	83.914.923,24	-
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	4.451.942,84	-	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	4.517.738,01	-
Outros Recebimentos Extraorçamentários	47.288,01	-	Outros Pagamentos Extraorçamentários	132.412,30	-
Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento		-	Ordens Bancárias Sacadas - Cartão de Pagamento		-
Restituições a Pagar		-	Pagamento de Restituições de Exercícios Anteriores		-
Passivos Transferidos		-	Pagamento de Passivos Recebidos		-
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior		-	Cancelamento de Direitos do Exercício Anterior	132.412,30	-

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTITULO	20411 - INSTITUTO DO PATRIMONIO HIST. E ART. NACIONAL - AUTARQUIA
ORGAO SUPERIOR	42000 - MINISTERIO DA CULTURA

EXERCICIO	PERIODO
2015	Anual
EMISSAO	**PAGINA**
10/03/2016	2

VALORES EM UNIDADES DE REAL

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2015	2014	ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
Arrecadação de Outra Unidade		-	Transferência de Arrecadação para Outra Unidade		-
Variação Cambial		-	Variação Cambial		-
Valores para Compensação		-	Valores Compensados		-
Valores em Trânsito		-	Valores em Trânsito		-
DARF - SISCOMEX		-	Ajuste Acumulado de Conversão		-
Ajuste Acumulado de Conversão		-	Demais Pagamentos		-
Demais Recebimentos	47.288,01	-			
Saldo do Exercício Anterior	**6.212.577,09**	-	**Saldo para o Exercício Seguinte**	**3.883.218,15**	-
Caixa e Equivalentes de Caixa	6.212.577,09	-	Caixa e Equivalentes de Caixa	3.883.218,15	-
TOTAL	**856.203.579,91**	-	**TOTAL**	**856.203.579,91**	-

IPHAN — Instituto do Patrimonio Historico e Artistico Nacional

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCICIO	2015
PERIODO	Anual
EMISSAO	10/03/2016
PAGINA	1

VALORES EM UNIDADES DE REAL

TITULO	BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTITULO	20411 - INSTITUTO DO PATRIMONIO HIST. E ART. NACIONAL - AUTARQUIA
ORGAO SUPERIOR	42000 - MINISTERIO DA CULTURA

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2015	2014	ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
ATIVO CIRCULANTE	**171.411.678,37**	**168.215.968,78**	**PASSIVO CIRCULANTE**	**38.117.272,85**	**24.221.866,94**
Caixa e Equivalentes de Caixa	**3.883.218,15**	**6.212.577,09**	**Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pagar a Curto Prazo**	-	**638,76**
Créditos a Curto Prazo	-	-	**Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo**	-	-
Créditos Tributários a Receber		-	**Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo**	**29.872.664,79**	**11.115.993,83**
Clientes		-	**Obrigações Fiscais a Curto Prazo**	-	-
Créditos de Transferências a Receber		-	**Obrigações de Repartição a Outros Entes**	-	-
Empréstimos e Financiamentos Concedidos		-	**Provisões de Curto Prazo**	-	-
Dívida Ativa Tributária		-	**Demais Obrigações a Curto Prazo**	**8.244.608,06**	**13.105.234,35**
Dívida Ativa Não Tributária		-			
(-) Ajustes para Perdas em Créditos de Curto Prazo		-			
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	**167.039.324,79**	**161.571.870,30**			
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	-	-			
Estoques	**489.135,43**	**431.521,39**			
VPDs Pagas Antecipadamente	-	-			
ATIVO NÃO CIRCULANTE	**309.441.396,80**	**233.132.991,44**	**PASSIVO NÃO CIRCULANTE**	-	-
Ativo Realizável a Longo Prazo	**12.200,75**	**12.200,75**	**Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pag. de Longo Prazo**	-	-
Demais Créditos e Valores a Longo Prazo	12.200,75	12.200,75	**Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo**	-	-
Investimentos e Aplicações Temporárias a Longo Prazo		-	**Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo**	-	-
Estoques		-	**Obrigações Fiscais a Longo Prazo**	-	-
VPDs Pagas Antecipadamente		-	**Provisões de Longo Prazo**	-	-
Investimentos	-	-	**Demais Obrigações a Longo Prazo**	-	-
Participações Permanentes	-	-	**Resultado Diferido**	-	-
Participações Avaliadas p/Método da Equivalência Patrimonial		-	**TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL**	**38.117.272,85**	**24.221.866,94**
Participações Avaliadas pelo Método de Custo		-	-		
(-) Red. ao Valor Recuperável de Participações Permanentes		-	ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
Propriedades para Investimento	-	-	**Patrimônio Social e Capital Social**	-	-
Propriedades para Investimento	-	-	**Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC)**	-	-
(-) Depreciação Acumulada de Propriedades p/ Investimentos	-	-	**Reservas de Capital**	-	-
(-) Redução ao Valor Rec. de Propriedades para Investimentos	-	-	**Ajustes de Avaliação Patrimonial**	-	-
Investimentos do RPSS de Longo Prazo	-	-	**Reservas de Lucros**	-	-
Investimentos do RPSS de Longo Prazo	-	-	**Demais Reservas**	**4.909.134,59**	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Investimentos do RPPS	-	-	**Resultados Acumulados**	**437.826.607,73**	**377.127.093,28**
Demais Investimentos Permanentes	-	-	Resultado do Exercício	69.977.209,04	-
Demais Investimentos Permanentes	-	-	Resultados de Exercícios Anteriores	377.127.093,28	377.127.093,28
(-) Redução ao Valor Recuperável de Demais Invest. Perm.	-	-	Ajustes de Exercícios Anteriores	-9.277.694,59	-
Imobilizado	**307.651.248,84**	**232.107.678,52**	**(-) Ações / Cotas em Tesouraria**	-	-
Bens Móveis	47.383.563,49	45.970.622,38	**TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**	**442.735.802,32**	**377.127.093,28**
Bens Móveis	47.579.360,65	46.166.419,54			
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	-195.797,16	-195.797,16			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	-	-			

IPHAN Instituto do Patrimonio Historico e Artistico Nacional

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTITULO	20411 - INSTITUTO DO PATRIMONIO HIST. E ART. NACIONAL - AUTARQUIA
ORGAO SUPERIOR	42000 - MINISTERIO DA CULTURA

EXERCICIO	PERIODO
2015	Anual
EMISSAO	PAGINA
10/03/2016	2

VALORES EM UNIDADES DE REAL

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2015	2014	ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
Bens Imóveis	260.267.685,35	186.137.056,14			
Bens Imóveis	260.911.154,22	186.957.050,85			
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	-643.468,87	-819.994,71			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis	-	-			
Intangível	**1.777.947,21**	**1.013.112,17**			
Softwares	1.736.130,04	971.295,00			
Softwares	1.736.130,04	971.295,00			
(-) Amortização Acumulada de Softwares	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Softwares	-	-			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	41.817,17	41.817,17			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	41.817,17	41.817,17			
(-) Amortização Acumulada de Marcas, Direitos e Patentes Ind	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Marcas, Direitos e Pat.	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável Direito de Uso de Imóveis	-	-			
Diferido	-	-			
Diferido		-			
(-) Amortização Acumulada		-			
TOTAL DO ATIVO	**480.853.075,17**	**401.348.960,22**	**TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO**	**480.853.075,17**	**401.348.960,22**

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2015	2014	ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
ATIVO FINANCEIRO	**3.883.218,15**	**374.647.891,71**	**PASSIVO FINANCEIRO**	**157.763.933,02**	**536.798.113,44**
ATIVO PERMANENTE	**476.969.857,02**	**26.701.068,51**	**PASSIVO PERMANENTE**	**-**	**-350.126.833,61**
SALDO PATRIMONIAL		**-**	**SALDO PATRIMONIAL**	**323.089.142,15**	**214.677.680,39**

Quadro de Compensações

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos	2015	2014	ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos	2015	2014
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	**32.805.090,52**	**35.018.950,10**	**SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS**	**248.147.095,04**	**195.269.011,37**
Execução dos Atos Potenciais Ativos	32.805.090,52	35.018.950,10	Execução dos Atos Potenciais Passivos	248.147.095,04	195.269.011,37
Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar	75.507,27	75.507,27	Garantias e Contragarantias Concedidas a Execut	-	-
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Cong	32.729.583,25	34.943.442,83	Obrigações Conveniadas e Outros Instrum Congên	190.107.555,85	156.369.046,63
Direitos Contratuais a Executar	-	-	Obrigações Contratuais a Executar	58.039.539,19	38.899.964,74
Outros Atos Potenciais Ativos a Executar	-	-	Outros Atos Potenciais Passivos a Executar	-	-
TOTAL	**32.805.090,52**	**35.018.950,10**	**TOTAL**	**248.147.095,04**	**195.269.011,37**

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTITULO	20411 - INSTITUTO DO PATRIMONIO HIST. E ART. NACIONAL - AUTARQUIA
ORGAO SUPERIOR	42000 - MINISTERIO DA CULTURA

EXERCICIO	PERIODO
2015	Anual
EMISSAO	**PAGINA**
10/03/2016	3

VALORES EM UNIDADES DE REAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERÁVIT/DÉFICT FINANCEIRO
Recursos Ordinários	**-138.033.596,04**
Recursos Vinculados	**-15.847.118,83**
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	303.811,02
Outros Recursos Vinculados a Fundos	-16.150.929,85
TOTAL	**-153.880.714,87**

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTITULO	20411 - INSTITUTO DO PATRIMONIO HIST. E ART. NACIONAL - AUTARQUIA
ORGAO SUPERIOR	42000 - MINISTERIO DA CULTURA

EXERCICIO	PERIODO
2015	Anual
EMISSAO	PAGINA
10/03/2016	1

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS

	2015	2014
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	**779.367.073,34**	-
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-	-
Impostos	-	-
Taxas	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-
Contribuições	-	-
Contribuições Sociais	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-
Contribuição de Iluminação Pública	-	-
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais	-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	**1.209.238,89**	-
Venda de Mercadorias	66.122,15	-
Vendas de Produtos	-	-
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	1.143.116,74	-
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	**139.317,42**	-
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	19.816,87	-
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Obtidos	-	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	119.500,55	-
Aportes do Banco Central	-	-
Outras Variações Patr. Aumentativas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Recebidas	**762.218.411,30**	-
Transferências Intragovernamentais	758.840.062,76	-
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências das Instituições Privadas	-	-
Transferências das Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências de Consórcios Públicos	-	-
Transferências do Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada de Entes	-	-
Transferências de Pessoas Físicas	-	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas	3.378.348,54	-
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	**13.627.684,77**	-
Reavaliação de Ativos	1.732.784,74	-
Ganhos com Alienação	-	-
Ganhos com Incorporação de Ativos	2.535,03	-
Ganhos com Desincorporação de Passivos	11.892.365,00	-
Reversão de Redução ao Valor Recuperável	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	**2.172.420,96**	-
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar	-	-
Resultado Positivo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCICIO	2015
PERIODO	Anual
EMISSAO	10/03/2016
PAGINA	2

TITULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTITULO	20411 - INSTITUTO DO PATRIMONIO HIST. E ART. NACIONAL - AUTARQUIA
ORGAO SUPERIOR	42000 - MINISTERIO DA CULTURA

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS

	2015	2014
VPA de Dívida Ativa		-
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	2.172.420,96	-
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	**709.389.864,30**	-
Pessoal e Encargos	**107.236.061,39**	-
Remuneração a Pessoal	82.672.021,79	-
Encargos Patronais	16.979.666,85	-
Benefícios a Pessoal	6.141.674,27	-
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	1.442.698,48	-
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	**59.361.212,94**	-
Aposentadorias e Reformas	49.553.045,48	-
Pensões	9.745.674,05	-
Benefícios de Prestação Continuada	-	-
Benefícios Eventuais	-	-
Políticas Públicas de Transferência de Renda	-	-
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	62.493,41	-
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	**112.303.709,69**	-
Uso de Material de Consumo	1.414.930,15	-
Serviços	110.776.977,64	-
Depreciação, Amortização e Exaustão	111.801,90	-
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	**1.670,05**	-
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	1.670,05	-
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Concedidos	-	-
Aportes ao Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Concedidas	**399.030.919,12**	-
Transferências Intragovernamentais	389.079.463,10	-
Transferências Intergovernamentais	2.354.612,68	-
Transferências a Instituições Privadas	-	-
Transferências a Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências a Consórcios Públicos	-	-
Transferências ao Exterior	2.100.000,00	-
Execução Orçamentária Delegada a Entes	-	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas	5.496.843,34	-
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	**29.818.619,77**	-
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	-	-
Perdas com Alienação	-	-
Perdas Involuntárias	6.300,35	-
Incorporação de Passivos	1.071.614,17	-

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCICIO	2015
PERIODO	Anual
EMISSAO	10/03/2016
PAGINA	3

TITULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTITULO	20411 - INSTITUTO DO PATRIMONIO HIST. E ART. NACIONAL - AUTARQUIA
ORGAO SUPERIOR	42000 - MINISTERIO DA CULTURA

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS

	2015	2014
Desincorporação de Ativos	28.740.705,25	-
Tributárias	**99.188,41**	-
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	25.414,87	-
Contribuições	73.773,54	-
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados	-	-
Custo das Mercadorias Vendidas	-	-
Custos dos Produtos Vendidos	-	-
Custo dos Serviços Prestados	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	**1.538.482,93**	-
Premiações	341.812,00	-
Resultado Negativo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
Incentivos	902.700,00	-
Subvenções Econômicas	-	-
Participações e Contribuições	-	-
Constituição de Provisões	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	293.970,93	-
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	**69.977.209,04**	-

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS

	2015	2014

IPHAN
Instituto do Patrimonio Historico e Artistico Nacional

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTITULO	20411 - INSTITUTO DO PATRIMONIO HIST. E ART. NACIONAL - AUTARQUIA
ORGAO SUPERIOR	42000 - MINISTERIO DA CULTURA

EXERCICIO	PERIODO
2015	Anual
EMISSAO	**PAGINA**
10/03/2015	1

VALORES EM UNIDADES DE REAL

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES	**1.305.551,00**	**1.305.551,00**	**3.134.133,83**	**1.828.582,83**
Receitas Tributárias	-	-	-	-
Impostos	-	-	-	-
Taxas	-	-	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-	-	-
Receitas de Contribuições	-	-	-	-
Contribuições Sociais	-	-	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-	-	-
Contribuição de Iluminação Pública	-	-	-	-
Receita Patrimonial	**803.463,00**	**803.463,00**	**577.819,29**	**-225.643,71**
Receitas Imobiliárias	803.463,00	803.463,00	577.819,29	-225.643,71
Receitas de Valores Mobiliários	-	-	-	-
Receita de Concessões e Permissões	-	-	-	-
Compensações Financeiras	-	-	-	-
Receita Decorrente do Direito de Exploração de Bens Públicos	-	-	-	-
Receita da Cessão de Direitos	-	-	-	-
Outras Receitas Patrimoniais	-	-	-	-
Receitas Agropecuárias	-	-	-	-
Receita da Produção Vegetal	-	-	-	-
Receita da Produção Animal e Derivados	-	-	-	-
Outras Receitas Agropecuárias	-	-	-	-
Receitas Industriais	-	-	-	-
Receita da Indústria Extrativa Mineral	-	-	-	-
Receita da Indústria de Transformação	-	-	-	-
Receita da Indústria de Construção	-	-	-	-
Outras Receitas Industriais	-	-	-	-
Receitas de Serviços	**459.490,00**	**459.490,00**	**656.572,13**	**197.082,13**
Transferências Correntes	-	-	-	-
Transferências Intergovernamentais	-	-	-	-
Transferências de Instituições Privadas	-	-	-	-
Transferências do Exterior	-	-	-	-
Transferências de Pessoas	-	-	-	-
Transferências de Convênios	-	-	-	-
Transferências para o Combate à Fome	-	-	-	-
Outras Receitas Correntes	**42.598,00**	**42.598,00**	**1.899.742,41**	**1.857.144,41**
Multas e Juros de Mora	40.797,00	40.797,00	193.709,81	152.912,81
Indenizações e Restituições	1.801,00	1.801,00	1.706.032,60	1.704.231,60
Receita da Dívida Ativa	-	-	-	-
Receitas Dec. Aportes Periódicos Amortização Déficit do RPPS	-	-	-	-
Rec. Decor. de Aportes Periódicos para Compensações ao RGPS	-	-	-	-
Receitas Correntes Diversas	-	-	-	-
RECEITAS DE CAPITAL	-	-	-	-

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTITULO	20411 - INSTITUTO DO PATRIMONIO HIST. E ART. NACIONAL - AUTARQUIA
ORGAO SUPERIOR	42000 - MINISTERIO DA CULTURA

EXERCICIO	PERIODO
2015	Anual
EMISSAO	PAGINA
10/03/2016	2

VALORES EM UNIDADES DE REAL

RECEITA

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
Operações de Crédito	-	-	-	-
Operações de Crédito Internas	-	-	-	-
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-
Alienação de Bens	-	-	-	-
Alienação de Bens Móveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-	-
Amortização de Empréstimos	-	-	-	-
Transferências de Capital	-	-	-	-
Transferências Intergovernamentais	-	-	-	-
Transferências de Instituições Privadas	-	-	-	-
Transferências do Exterior	-	-	-	-
Transferência de Pessoas	-	-	-	-
Transferências de Outras Instituições Públicas	-	-	-	-
Transferências de Convênios	-	-	-	-
Transferências para o Combate à Fome	-	-	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-
Integralização do Capital Social	-	-	-	-
Resultado do Banco Central do Brasil	-	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Dívida Ativa Prov. da Amortização Empréstimos e Financiam.	-	-	-	-
Receita Dívida Ativa Alienação Estoques de Café	-	-	-	-
Receita de Títulos Resgatados do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Receitas de Capital Diversas	-	-	-	-
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	-
SUBTOTAL DE RECEITAS	**1.305.551,00**	**1.305.551,00**	**3.134.133,83**	**1.828.582,83**
REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
Operações de Crédito Internas	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	**1.305.551,00**	**1.305.551,00**	**3.134.133,83**	**1.828.582,83**
DÉFICIT			**360.625.190,88**	**360.625.190,88**
TOTAL	**1.305.551,00**	**1.305.551,00**	**363.759.324,71**	**362.453.773,71**
DETALHAMENTO DOS AJUSTES NA PREVISÃO ATUALIZADA	-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Superávit Financeiro	-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Excesso de Arrecadação	-	-	-	-
Créditos Cancelados Líquidos	-	-	-	-
Créditos Adicionais Reabertos	-	-	-	-

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCICIO	2015
PERIODO	Anual
EMISSAO	10/03/2016
PAGINA	3

TITULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTITULO	20411 - INSTITUTO DO PATRIMONIO HIST. E ART. NACIONAL - AUTARQUIA
ORGAO SUPERIOR	42000 - MINISTERIO DA CULTURA

VALORES EM UNIDADES DE REAL

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	**264.212.603,00**	**277.110.057,00**	**278.363.954,30**	**252.493.305,01**	**248.475.246,17**	**-1.253.897,30**
Pessoal e Encargos Sociais	**168.473.834,00**	**169.766.668,00**	**165.015.350,26**	**165.015.350,26**	**165.015.350,26**	**4.751.317,74**
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	**95.738.769,00**	**107.343.389,00**	**113.348.604,04**	**87.477.954,75**	**83.459.895,91**	**-6.005.215,04**
DESPESAS DE CAPITAL	**181.084.600,00**	**175.510.974,00**	**85.395.370,41**	**53.318.394,16**	**30.375.162,75**	**90.115.603,59**
Investimentos	**181.084.600,00**	**175.510.974,00**	**85.395.370,41**	**53.318.394,16**	**30.375.162,75**	**90.115.603,59**
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-	-	-	-	-
RESERVA DO RPPS	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS	**445.297.203,00**	**452.621.031,00**	**363.759.324,71**	**305.811.699,17**	**278.850.408,92**	**88.861.706,29**
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	**445.297.203,00**	**452.621.031,00**	**363.759.324,71**	**305.811.699,17**	**278.850.408,92**	**88.861.706,29**
TOTAL	**445.297.203,00**	**452.621.031,00**	**363.759.324,71**	**305.811.699,17**	**278.850.408,92**	**88.861.706,29**

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	**21.557.332,02**	**46.861.980,16**	**42.797.284,02**	**36.622.879,02**	**2.719.525,60**	**29.076.907,56**
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	**21.557.332,02**	**46.861.980,16**	**42.797.284,02**	**36.622.879,02**	**2.719.525,60**	**29.076.907,56**
DESPESAS DE CAPITAL	**20.458.697,98**	**73.571.402,73**	**51.230.135,80**	**47.292.044,22**	**3.897.658,98**	**42.840.397,51**
Investimentos	**20.458.697,98**	**73.571.402,73**	**51.230.135,80**	**47.292.044,22**	**3.897.658,98**	**42.840.397,51**
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL	**42.016.030,00**	**120.433.382,89**	**94.027.419,82**	**83.914.923,24**	**6.617.184,58**	**71.917.305,07**

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	**645.823,56**	**3.025.008,42**	**2.892.034,34**	**8.268,55**	**770.529,09**
Pessoal e Encargos Sociais	-	**638,76**	**638,76**	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCICIO	2015
PERIODO	Anual
EMISSAO	10/03/2016
PAGINA	4

TITULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTITULO	20411 - INSTITUTO DO PATRIMONIO HIST. E ART. NACIONAL - AUTARQUIA
ORGAO SUPERIOR	42000 - MINISTERIO DA CULTURA

VALORES EM UNIDADES DE REAL

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
Outras Despesas Correntes	645.823,56	3.024.369,66	2.891.395,58	8.268,55	770.529,09
DESPESAS DE CAPITAL	58.218,19	9.436.686,34	9.415.806,47	-	79.098,06
Investimentos	58.218,19	9.436.686,34	9.415.806,47	-	79.098,06
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
TOTAL	704.041,75	12.461.694,76	12.307.840,81	8.268,55	849.627,15

IPHAN Instituto do Patrimonio Historico e Artistico Nacional

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCICIO	2015
PERIODO	DEZ (Aberto)
EMISSAO	10/03/2016
PAGINA	1

TITULO	DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTITULO	20411 - INSTITUTO DO PATRIMONIO HIST. E ART. NACIONAL - AUTARQUIA
ORGAO SUPERIOR	42000 - MINISTERIO DA CULTURA

VALORES EM UNIDADES DE REAL

Especificação	Patrimônio/ Capital Social	Adiant. para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	Reserva de Capital	Reservas de Lucros	Demais Reservas	Resultados Acumulados	Ajustes de Avaliação	Ações/Cotas em Tesouraria	Total
Saldo Inicial do Exercício 2014	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Variação Cambial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajustes de Exercício Anterior	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aumento/Redução de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resgate/Reemissão de Ações e Cotas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Const./Realiz. da Reserva de Reavaliação de Ativos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado do Exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Constituição/Reversão de Reservas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos/Juros sobre Capital Próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisão Tributária - IR/CS s/ Res. de Reavaliação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos de Fusão, Cisão e Incorporação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo Final do Exercício 2014	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Especificação	Patrimônio/ Capital Social	Adiant. para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	Reserva de Capital	Reservas de Lucros	Demais Reservas	Resultados Acumulados	Ajustes de Avaliação	Ações/Cotas em Tesouraria	Total
Saldo Inicial do Exercício 2015	-	-	-	-	-	377.127.093,28	-	-	377.127.093,28
Variação Cambial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajustes de Exercício Anterior	-	-	-	-	-	-9.277.694,59	-	-	-9.277.694,59
Aumento/Redução de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resgate/Reemissão de Ações e Cotas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Const./Realiz. da Reserva de Reavaliação de Ativos	-	-	-	-	4.909.194,59	-	-	-	4.909.194,59
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado do Exercício	-	-	-	-	-	69.977.209,04	-	-	69.977.209,04
Constituição/Reversão de Reservas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos/Juros sobre Capital Próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisão Tributária - IR/CS s/ Res. de Reavaliação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos de Fusão, Cisão e Incorporação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo Final do Exercício 2015	-	-	-	-	4.909.194,59	437.826.607,73	-	-	442.735.802,32